



FACULTAD DE TEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TEOLOGÍA MORAL Y PASTORAL

TESINA DE LICENCIATURA

CONTROLE DE NATALIDADE.
UMA VISÃO DESDE ÁFRICA SUBSAARIANA

DIRECTOR: DR. JAVIER DE LA TORRE DÍAZ

ALUMNO: LUÍS CUSTÓDIO CARDOSO

MAYO DE 2015

ÍNDICE

Páginas

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	4
POPULAÇÃO E TAXA DEMOGRÁFICA DE ÁFRICA SUBSAARIANA.....	4
1. Doenças comuns da região.....	6
2. Dados Sociológicos.....	6
3. Dados Técnicos	8
3.1. Mortalidade Materna	8
3.2. Mortalidade Infantil	9
3.3. Mortalidade Neonatal.....	9
3.4. Uso de anticonceptivos e planeamento familiar.....	9
3.4.1. Causas da fraca aderência aos anticonceptivos e planeamento familiar	10
3.4.2. Definição	11
3.4.3. Métodos físicos/artificiais.....	12
3.4.4. Métodos Comportamentais/naturais.....	12
3.4.5. Métodos Naturais ou Continência.....	12
4. Métodos Artificiais de controle de natalidade usados na África Subsaariana	13
4.1. Anticoncepção de Barreira	13
4.1.1. Preservativo Masculino	13
4.1.1.1. Como usar.....	14
4.1.1.2. Vantagens e Desvantagens.....	14
4.1.2. Preservativo Feminino.....	14
4.1.2.1. Vantagens e desvantagens.....	14
4.1.3. Pílula do Dia Depois	15
4.1.4. Ervas e Raízes Tradicionais.....	15
4.1.5. Esterilização Feminina	16
4.1.5.1. Moderna ou convencional.....	16
4.1.5.2. Tradicional	17
4.2. Aborto Provocado.....	17
5. Métodos Naturais mais usados	18
5.1. Método Estatístico ou de Calendário	18
5.2. Método da Temperatura Basal Corporal.....	19
5.3. Billings (Moco Cervical o Fluxo Vaginal)	19
5.4. Métodos Sinto térmicos.....	20
5.5. Latência Materna Prolongada.....	20
5.6. Coito Interrompido.....	20
5.7. Abstinência Sexual.....	21
6. Um Exemplo paradigmático: UGANDA.....	21
6.1. Críticas e oposições	25
7. SIDA Como Problema Socio-cultural e Político-Económico	26
7.1. Causas e Factores que Favorecem a Evolução crescente e constante das infeções do HVI/SIDA.....	27
7.2. Prevenção	32
7.3. Mudança de Paradigma	33

8. Crescimento Populacional e o controle da natalidade (Regulação dos Nascimentos)	34
8.1. Causas do Crescimento da População	35
8.1.1. Visão Positiva.....	35
8.1.2. Visão Negativa.....	37
CAPÍTULO II	39
TRADIÇÃO BÍBLICA	39
1. A Sagrada Escritura, Alma da Teologia Moral	40
1.1. Sexualidade na Bíblia.....	41
1.1.1. A Pessoa Humana.....	42
1.1.2. Sexualidade Humana.....	42
2. Antigo Testamento	44
2.1. A Tradição Sacerdotal e Yahvista.....	44
2.2. O Carácter unitivo da sexualidade humana	45
2.3. A fecundidade obra de Deus.....	46
2.4. Mudança de paradigma sobre a fecundidade.....	47
2.5. O Amor no livro de Cântico dos Cânticos	47
2.6. O Onanismo.....	49
3. Novo Testamento	50
3.1. Jesus e a Ética Sexual.....	51
3.2. Teologia Paulina	52
3.3. A Comunidade Primitiva e a anticoncepção.....	54
4. Tradição Cristã	55
4.1. Santo Agostinho e São Gregório.....	56
4.2. Anticoncepção na Alta Idade Média.....	57
4.3. Não à Anticoncepção.....	58
4.4. Controle de Natalidade na época contemporânea (Séc. XIX-XX).....	59
CAPÍTULO III	61
MAGISTÉRIO DA IGREJA E O CONTROLE DA NATALIDADE	61
1. Concílio Vaticano II (1965)	62
2. De Pio XI a Paulo VI	65
2.1. Pio XI – Casti Cannubii (31.12.1930)	65
2.2. PIO XII.....	66
2.3. Convergências entre Pio XI e Pio XII	66
3. João XXIII – Mater et Magistra (MM 1961)	67
4. Paulo VI – Humanae Vitae (1968)	68
4.1. Sobre a Paternidade Responsável.....	69
4.2. Sobre a licitude de la RN	69
5. João Paulo II	72
5.1. Familiaris Consortio (1981).....	72
5.2. Evangelium Vitae (1995).....	73
6. Os Bispos de África e a RAN	74
6.1. O Aborto procurado e ajuda económica	76
6.2. A Verdade e Acções Humanitárias Internacionais.....	79
7. Uma palavra do Sínodo de Família de 2014	81

CAPÍTULO IV.....	83
REFLEXÃO MORAL E ORIENTAÇÃO PASTORAL	83
1. Um olhar otimista e a favor	84
1.1. O Crescimento Demográfico e a Moral	84
1.2. Necessidade de Espaçar os Filhos.....	85
1.3. Princípio de duplo efeito e do mal menor	87
2. Um olhar negativo e contra o controle da natalidade.....	90
2.1. Conflito Moral e o papel dos Pastores.....	93
2.2. Planeamento Familiar e a Paternidade Responsável.....	94
2.3. Necessidade de Uma Nova Ordem Económica.....	96
2.4. Necessidade de uma Pastoral de Conjunto.....	98
2.4.1. Finalidade do Trabalho/pastoral de conjunto	100
2.4.2. Objetivos específicos da pastoral de conjunto de formação.....	100
3. Pastoral da adolescência e da Juventude	100
3.1. Princípios Básicos	101
CONCLUSÃO	104
BIBLIOGRAFIA	115

DEDICATÓRIA

À eterna memória do senhor Luís Chomola, meu saudoso pai que nos deixou para junto do Pai Celeste no dia 13.08.2013 e junto com ele os meus amados sobrinhos Barroso de Fátima, Fabília de Fátima e Tomé Manuel. Paz as suas almas!

À todas crianças africanas e todas vítimas de violências terrorista e aos cristãos que sofrem por causa da sua fé.

AGRADECIMENTOS

De coração sincero e humilde quero agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente me ajudaram a fazer frente a este trabalho muito conflituoso.

Agradeço de modo especial ao professor Javier de la Torre, que incansavelmente se empenhou em proporcionar-me todos os meios para conseguir enfrentar neste desafio.

Agradeço ao senhor Cuco e meu irmão Ananias que me ajudaram a corrigir o trabalho.

E minha comunidade religiosa de Madrid que me tolerou muito durante o tempo de estudos.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Abstinência, Fidelidade e Preservativo (tradução de Inglês a Português)
ACO	Anticoncepcionais Orais
AIDS	Sigla inglesa de SIDA
BM	Banco Mundial
CNCS	Conselho Nacional do Combate ao Sida
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CEM	Conferência Episcopal de Moçambique
DP	Dignitas Personae
DTS	Doenças se Transmissão Sexual
DV	<i>Dei Verbum</i>
DV	<i>Donum Vitae</i>
HV	<i>Humanae Vitae</i>
FC	<i>Familiaris Consortio</i>
FDA	Administração Alimentar e da Droga (<i>Food and Drug Administration</i>)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo da População das Nações Unidas
GS	<i>Gaudium et Spes</i>
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humano (tradução de Inglês a Português)
LG	<i>Lumen Gentium</i>
MM	<i>Mater Magistra</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Planeamento Familiar
RAN	Regulação Artificial dos Nascimentos
RDC	República Democrática de Congo
EMM	Rácio de Mortalidade Materna
RN	Regulação de Natalidade
SMNI	Saúde Materno, Neonatal e Infantil
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UNAIDS	Programa das Nações Unidas contra o SIDA
UNICEF	Programa das Nações Unidas para Educação da Infância

INTRODUÇÃO

O tema de crescimento demográfico ou regulação dos nascimentos é um problema política e eticamente controverso em muitas culturas e religiões de sempre. Muitas pessoas guiadas pelas suas crenças religiosas, valores culturais e ideologias se opõem total ou parcialmente ao controle de natalidade. Alguns mais radicais são contra de todas as formas de regulação de nascimentos fora de abstinência sexual. Outros são contra as formas de regulação de natalidade que não sejam naturais enquanto permitem a regulação dos nascimentos naturais. Outras pessoas e entidades apoiam na maioria das formas de espaçamento dos filhos.

O planeta terra está a registar o maior crescimento de população jamais vista na história da humanidade. Infelizmente o grande índice da população se encontra no hemisfério sul, isto é, nos países pobres. O superpovoamento do nosso espaço terra, torna-se cada vez mais preocupante, no sentido de que encontramos um número tão elevado de população a viver em condições desumanas.

Esta problemática é causa de conflito (em alguns casos de interesses), discórdia e desentendimento entre vários grupos sociais, entre os teólogos e o Magistério e entre o Magistério e as políticas mundiais sobretudo as potências económicas que vêm os seus esforços ameaçados com o superpovoamento do planeta terra.

O crescimento da população mundial que já ultrapassou os sete bilhões, a paternidade responsável, a pobreza (fome e enfermidades), planeamento familiar, o esgotamento dos recursos naturais entre outros que são apontados como sendo os factores e causas que motivam a pôr um travão no crescimento da população, não convencem a Igreja. Por isso, ela na sua defesa a vida contesta negativamente esta pretensão. Com a regulação dos nascimentos contestada pelo Magistério, pode

minimizar a questão da devastação e esgotamento dos recursos e do meio ambiente o que favoreceria o desenvolvimento económico e humano e por conseguinte prosperidade de vida e a possibilidade de ter os filhos que quer e duma maneira espaçosa.

Estas e outras situações em que vive maior parte da população mundial, nos faz parar e reflectir sobre a questão do controle da natalidade ou regulação dos nascimentos sobretudo nos países pobres como é o caso da África Subsaariana. Neste contexto, torna este tema muito actual e pertinente que necessita um tratamento mais augurado. No entanto, por ser muito actual, torna-o cada vez mais complexo e problemático. Por isso, na hora de fazer qualquer abordagem referente a este tema, um precisa ter em conta os diversos factores que levam primeiro as grandes taxas de nascimentos e a necessidade de controlar ou limitar essas taxas.

Assim, ao longo do trabalho, tentaremos trazer à vista do leitor os dados sociológicos e técnicos que estão em volta desta questão. Trataremos também dos métodos naturais e a questão do SIDA no controle da natalidade e as causas do crescimento populacional apontando alguns números indicativos de alguns países da África Subsaariana mas com maior enfoque para alguns da África Austral. Num terceiro momento faremos uma pequena abordagem da visão bíblica e o que o Magistério da Igreja diz sobre este assunto, dando maior realce às notas/cartas pastorais de algumas Conferências Episcopais desta região planetária. Por fim apresentaremos uma reflexão moral pastoral com realce sobre o uso dos contraceptivos.

Como dizia acima que este tema é muito actual e portanto muito complexo e problemático, nos deixa perguntas que talvez em alguns casos ninguém se responsabiliza em responder: será que ao definir as políticas sobre o controle da população mundial, tem-se em conta os aspectos culturais e usos e costumes de cada situação? Será ético impor medidas de esterilização ou planeamento familiar pelo simples facto de serem pobres? Será ético esterilizar as meninas sem o consentimento dos pais nem conhecimento das mesmas? Será que a questão de paternidade responsável é aplicável em todas situações da mesma maneira? Será que o africano está suficientemente instruído para compreender a necessidade de fazer o planeamento familiar com intuito de limitar os filhos? Não será o controle de natalidade uma imposição do ricos contra os pobres que vêm nos filhos uma grande riqueza e bênção

divina? Será que chegou o tempo propício para aplicar a cultura ocidental em África no que respeita à regulação dos nascimentos?

Seja o que for ou se fale o que falar, a questão da pobreza e a quantidade de crianças abandonadas nas ruas das cidades e vilas, aliado ao desemprego, leva-nos a acreditar que é importante e necessário controlar os nascimentos pois, enquanto a população aumenta a qualidade de vida baixa, o acesso a educação e a saúde reduz e piora cada vez mais a situação da alimentação que é um dos garantes de uma vida digna. No entanto, é necessário uso da razão para este controle. Neste processo, é necessário um trabalho combinado e corporativo que parte dos governos internacionais para os particulares ou locais até chegar na família que é a base.

Para evitar o exercício da lei de força impondo leis a um povo inocente e ignorante por não ter instrução, deve-se começar pela educação e formação em matérias de saúde reprodutiva, educação sexual, paternidade responsável, luta contra o SIDA, saúde sexual, acções do género, desenvolvimento sustentável e outros. Só depois das populações compreenderem todos estes assuntos é que se deve entrar na questão de planeamento familiar.

CAPÍTULO I

POPULAÇÃO E TAXA DEMOGRÁFICA DE ÁFRICA SUBSAARIANA

Em muitas das culturas de África falar de sexo com os mais novos é um tabu, por isso, não se fala disso embora se pratique. Assim, os jovens aprendem fazendo ou praticando pois ninguém está ali para lhes dar a conhecer a transformação do seu próprio corpo e organismo, e assim, terem consciência do que devem fazer (como, quando e onde) e o que evitar. Nas culturas onde se pratica os ritos de iniciação tanto das meninas como dos rapazes, aí os adolescentes e jovens são educados sobre a sexualidade e o sexo.

Segundo o relatório das Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2009, “África tem a maior taxa de fecundidade do Mundo com 4,45% e com a taxa de fertilidade média entre 4 – 7 filhos por mulher”¹.

Economicamente, maior parte do continente depende da agricultura rudimentar de subsistência e com poucos índices da agricultura mecanizada ou de rendimentos. Outra fonte de sobrevivência para as populações rurais e suburbanas são a caça, a pesca caseira, e a recollecção de produtos naturais como as diferentes frutas tropicais e tubérculos e na criação de animais e aves de pequenas espécies.

Apesar desta penúria e miséria, “África possui um dos mais ricos solos do mundo, com 30% de reservas dos recursos minerais do mundo. Entre os minerais

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_fecundidade: Taxa de fecundidade – Wikipédia, a enciclopédia livre

destacam-se o ouro, diamante, manganês, cobre, urânio (35% das reservas mundial), carvão mineral, platino com 90% da reserva mundial, titânio com 75% da reserva do mundo, petróleo, gás natural, antimônio, fosfato”², para além de areias pesadas, pedras preciosas e simi-preciosas, mármore e outros. Para além dos recursos minerais, também vários recursos naturais como a madeira que ultimamente se assiste um corte e exportação dela de uma maneira assustadora e sem cumprir nenhuma norma legal. Até aquelas que são protegidas são cortadas e exportadas em toros nos contentores.

No entanto, África continua sendo o continente mais pobre do mundo de um lado porque “a descolonização aconteceu tardiamente e do outro porque mesmo os minerais que podiam servir para a industria local são canalizados a exportação ou melhor, os investidores levam tudo para os países de origem deixando o continente cada vez mais pobre. Aliado a isto, está a problemática da corrupção dos seus governos e as políticas económicas internacionais injustas submetidas ao continente. Desta visão, se pode dizer que o continente africano não é pobre, mas sim empobrecido por essas políticas injustas que tomam vários nomes como a solidariedade/caridade, cooperação bilateral, ajuda humanitária, investimentos que em realidade o interesse é muito egoísta que de ajudar a desenvolver o continente e melhorar o nível sustentável de vida dos africanos. Isto justifica porque “a indústria africana continua a ser a mais pobre do mundo e a sua participação na economia do continente se limite em cerca de 26% do PIB”³.

Agora centraremos a nossa atenção na África Subsaariana.

Chamam África Subsaariana porque fica no sul do Deserto de Saara, o qual divide o continente em dois hemisférios bem distintos em termos tanto sócio-culturais como político-económicos. Sendo o norte mais rico e o sul (subsaariana) o mais pobre não somente da África mas sim de todo o mundo.

A taxa de fecundidade consiste em uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida. Nesse sentido, esse indicador expressa a

² Fundo da População das Nações Unidas (FNUAP). África - Geografia humana: População, organização social (31.01.2015). <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/africa---geografia-humana-populacao-organizacao>.

³ Fundo da População das Nações Unidas (FNUAP). África - Geografia humana: População, organização social (31.01.2015). <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/africa---geografia-humana-populacao-organizacao>.

condição reprodutiva média das mulheres de um determinado local, sendo um dado importantíssimo para a análise da dinâmica demográfica.

1. Doenças comuns da região

As doenças de grande preocupação que toda a região enfrenta são a doença de sono que muitas pessoas desconhecem mas que se encontra em 36 países subsaarianas, a malária que é a primeira enfermidade que mais provoca óbitos em toda região e o HIV/SIDA que também tira sono a todos.

A doença de sono afecta cerca de “60 milhões de pessoas das quais menos de quatro milhões têm acesso ao tratamento contra esta enfermidade. A malária, que se encontra em 100 países do mundo e ameaça cerca de 40% da população mundial, infecta quase 500 milhões de pessoas cada ano e a maior parte dessas pessoas são de África Subsaariana (estimando-se que 90% dos casos mundiais e 90% da mortalidade por malária ocorrem na África Subsaariana). A malária é a primeira causa de morte de crianças de 0-5 anos em África, e mata uma criança a cada 30 segundos no mundo. Segundo publicado pelo Programa das Nações Unidas contra o SIDA (UNAIDS) em maio de 2006, África Subsaariana abriga 24,5 milhões dos 10% infectados pelo o vírus que provoca o sida”⁴.

2. Dados Sociológicos

Antes de falar dos dados demonstrativos do crescimento da população na África Subsaariana, importa referir que a concepção dum cultura e dos seus valores depende dos seus cidadãos que a integram e interpretam e das condições que estes vivem. Digo isto, porque o que constitui um valor importante para um povo, pode ser um escândalo para outra cultura. Assim acontece dentro e fora da África Austral em que alguns povos e culturas têm como sistema educação tradicional dos jovens os ritos de iniciação como apresentaremos com mais detalhes ao falarmos das causas. Este facto é criticado por outras culturas e negam taxativamente este facto.

O mesmo acontece nos países desenvolvidos em que os cidadãos são protegidos com os sistemas de segurança social, bem alimentados e cuidados, têm toda razão de virarem as suas atenções aos animais domésticos, dando-lhes carinho e tempo e

⁴ África Subsaariana: http://pt.wikipedia.org/wiki/%25C3%2581frica_subsaariana

gastando muito dinheiro para e por eles. O amor aos animais constitui assim, um ponto chave da sua realização pessoal. Em comparação com o povo africano que sofre de toda espécie de carências e necessidades básicas, é normal que não vejam com bons olhos este afecto aos animais e assim virem a sua atenção para os que mais sofrem como as crianças órfãs e abandonadas, as viúvas, os idosos sem lar nem família e os doentes. O acolhimento e a capacidade de diálogo interpessoal que a base de convivência social constituem sólidos valores culturais deste povo africano.

Maior parte da população africana está estruturada por clãs (primeira forma de organização social) e tribos (forma de organização social posterior aos clãs). Em termos religioso espiritual, a parte sul do Saara predomina mais a Religião Tradicional Africana, o Cristianismo e nos últimos tempos seitas que fazem o casamento entre a religião tradicional ou curandeirismo e o cristianismo e na parte norte de Saara com influencia Islâmica. O Sul é particularmente habitado pela população negra e o Norte população da raça branca e mestiça.

Desta feita, “a cultura constitui ainda uma resposta a uma situação concreta que o povo vive e serve para o seu progresso. Neste contexto, o povo está sendo confrontado com a situação de superpovoamento, pobreza e muitas doenças como a malária, o HIV/SIDA e outras. Não seria oportuno examinar algumas práticas tradicionais, cujo sua execução pode constituir uma fonte para propagação desta situação, que se deve evitar a todo custo”⁵.

Um elemento socio-cultural que não é menos importante nesta questão de aumento de natalidade em África é a poligamia. A questão da polígama é preocupante em algumas culturas africanas onde pode-se encontrar um homem com mais de duas mulheres sobretudo nas regiões com muita influência muçulmana e não só. Com esta prática, não restam dúvidas que torna difícil o controle dos filhos podendo-se encontrar um homem com mais de vinte filhos e sem condições para dar uma vida digna a esses filhos. No entanto a poligamia é praticada em pequena escala normalmente com homens com poder socioeconómico. Para os praticantes da poligamia, esta é sinal de poder, grandeza e domínio e garante de descendência.

⁵ Cunlela, F., *Moçambique, a dignidade da pessoa criada a imagem e semelhança de Deus: uma reflexão ética-moral e pastoral do SIDA em Moçambique*, Roma 2003, pg. 133-134.

3. Dados Técnicos

Um primeiro e importante dado é que “os métodos anticoncepcionais específicos que as mulheres usam variam bastante de um país a outro. As opções de métodos usados num país reflectem muitos factores, inclusive a disponibilidade de vários métodos anticoncepcionais e a percepção que as pessoas têm dos mesmos, de seu custo e de como obtê-los. Além disso, as preferências pessoais, as normas sociais e a percepção de como o uso do planeamento familiar é aceite ou não afectam as opções anticoncepcionais”⁶.

A incidência de mortalidade materno-infantil continua assustadora e precisa de alguma intervenção de todos. Talvez uma sensibilização das famílias partindo dos indicadores de mortalidade e das opções do uso dos anticoncepcionais possa ajudar a compreender a necessidade de planificar os nascimentos reduzindo, na medida do possível, o numero de filhos a ter em cada família para melhor combater esta questão de mortalidade dos neonatos e por infecções de doenças oportunistas.

3.1. Mortalidade Materna

Segundo o Relatório Anual da União Africana, Sobre o Estado da Saúde Materna, Neonatal e Infantil em África de 2013, a “maior parte dos países de África (mais de 60%), teve elevados rácios de mortalidade materno (RMM) com mais de 300 óbitos maternos em cada 100.000 nados vivos e Chade e Somália apresentam uma RMM extremamente elevada de mais de 1.000 óbitos em cada 100.000 nados vivos. Os países com maior peso de mortalidade materna são a Nigéria com cerca de 40.000, República Democrática de Congo com 15.000, Sudão com 10.000, Etiópia com 9.000 e República Unida da Tanzânia com 8.500, cada um dos quais contribui com entre 3% a 14% do total global”⁷.

⁶ As opções diferentes de métodos anticoncepcionais - Bibliomed
<http://www.bibliomed.com.br/lib/showdoc.cfm%3FLibDocID%3D15315>

⁷ União Africana: Relatório Anual Sobre o Estado de Saúde Materno, Neonatal e Infantil de África. *Intervenções de SMNI de elevado impacto e de baixo custo em África*. Adis Abeba 2013, pg. 8.

3.2. Mortalidade Infantil

Em contrapartida a taxa de mortalidade infantil (TMI) tende a reduzir. “Registou uma tendência de queda de 102 óbitos por cada 1.000 nados vivos em 1990, para 75 óbitos por cada 1.000 nados vivos em 2009. Isto representa um decréscimo de 26% num período de 20 anos. Embora não muito satisfatório, de 1990 a 2009, houve redução de TMI que variam entre 3 a 73% em 47 países de todo continente”⁸.

Como dissemos acima, o uso dos anticoncepcionivos varia de país a país e de cultura a cultura e segundo a capacidade de obtê-los, a compreensão que se tem sobre o planeamento familiar. Os indicadores que os investigadores apresentam a esta matéria não são muito encorajadores, ou porque faltam os meios, ou porque a mensagem de sensibilização não chega como devia ser, ou seja, não convence os implicados.

3.3. Mortalidade Neonatal

A mortalidade neonatal “decreceu em 32%, dos 32 óbitos em cada 1.000 nados vivos, em 1990, para 22% óbitos em cada 1.000 nados vivos em 2011. Isto representa uma média anual de redução de 1.8%. Os países subsaarianos contribuem com 38 % dos óbitos neonatais a nível global, e têm as taxas de mortalidade neonatal mais elevadas, de 34 óbitos por 1.000 nados vivos em 2011. Os países que apresentam taxas de mortalidade neonatal abaixo de 22 óbitos por 1.000 nados vivos são as Maurícias (9), Seychelles (9), República do Cabo Verde (10), o Botswana (11), a Namíbia (18), a Argélia (16), a África do Sul (14), a Eritreia (21), o Ruanda (22) e o Congo (22)”⁹.

3.4. Uso de anticoncepcionivos e planeamento familiar

O uso de alguns anticoncepcionivos junto com o planeamento familiar “melhora a saúde materna, reduz as gravidezes indesejadas e os abortos, evita a disseminação do HIV/SIDA, e promove o desenvolvimento responsável e a sustentabilidade ambiental. Para além disso, o uso dos métodos de contraceção modernos aumenta a realização

⁸ Ibid., pp. 16-17.

⁹ Ibid., pp. 17-18. Pode-se lêr também: UNICEF et al (2012) Levels and trends in child mortality.

educacional das mulheres, participação como forma de trabalho a estabilidade económico”¹⁰.

Actualmente a fertilidade feminina continua alta, com uma media de 5 filhos por mulher. No entanto em alguns países da região já estão a reduzir o numero de filhos de uma média de 3-5 para 2 filhos. Isto se verifica mais nas cidades onde a juventude já tem uma nova visão procura viver a sua sexualidade responsavelmente e seguindo as exigências do tempo moderno. Graças a esta nova mentalidade que os jovens casais têm e com ajuda destes recursos são capazes de garantir uma boa vida aos seus filhos.

Na África Subsaariana, “somente 17 por cento das mulheres casadas usam anticonceptivos. As taxas de prevalência de contraceptivos acima de 80% dos países Africanos situam-se abaixo dos 50%. Apenas em alguns países como a África do Sul, o Zimbabwe, o Botswana e o Quênia, existem programas de planeamento familiar suficientemente bem sucedidos para aumentar o uso de contraceptivos para níveis mais elevados”¹¹.

3.4.1. Causas da fraca aderência aos anticonceptivos e planeamento familiar

De entre os vários factores que influenciam negativamente na não aceitação dos métodos anticonceptivos e o planeamento familiar, encontramos elementos ligados aos mitos, crenças e práticas socio-culturais. Estas convicções negativas contribuem na degradação da saúde materna infantil, razão pela qual as mulheres daqueles países morrem mais cedo que os homens.

São crenças que provêm da comunidade e não da iniciativa da mulher ou do marido. Por isso, antes de julgar mal e tirar conclusões precipitadas é necessário uma sensibilização e educação das comunidades para que todos possam entender dos riscos que as mulheres enfrentam ao longo da vida sexual e reprodutiva. Sem este trabalho de base, todos esforços feitos serão quase falhados e pouco efectivos. Este problema se

¹⁰ União Africana: Relatório Anual Sobre o Estado de Saúde Materno, Neonatal e Infantil de África. *Intervenções de SMNI de elevado impacto e de baixo custo em África*. Adis Abeba 2013, pg. 36. Para mais informação pode-se ler o texto original em: Adam Sonfield, Kinsey Hasstedt, Megan L. Kavanaugh and Ragnar Anderson The Social and Economic Benefits of Women’s Ability To Determine Whether and When to Have Children March 2013. <http://www.guttmacher.org/pubs/social-economic-benefits.pdf>

¹¹ Ibid., pg. 39.

agudiza quando se envolve o pessoal da saúde, porque assim torna-se cada vez mais uma grande barreira e perde-se a oportunidade de oferecer o aconselhamento e serviços de Planeamento Familiar e o uso dos anticonceptivos.

Os mitos mais comuns que justificam esta mentalidade de não aderência aos anticonceptivos e não ao planeamento familiar são: “ter muitos filhos é uma riqueza; as crianças são dádiva de Deus, pelo que não devemos evitar a gravidez; o planeamento familiar é para mulheres que tenham muitos filhos (mais de 5); os noivos métodos (modernos) contraceptivos provocam infertilidade; os métodos tradicionais são mais eficazes; o planeamento familiar não é seguro e pode trazer doenças do útero; no geral os homens consideram que o PF é só para as mulheres e que as mulheres que estejam a amamentar não precisam de fazer PF”¹²

Para fazer um juízo “eticamente valido é sempre necessário ter os dados científicos e um bom conhecimento da evolução histórica dos usos costumes e das normas que regulam a convivência verdadeiramente humana”¹³. Esta aproximação interdisciplinar nos ajuda a proporcionar uma informação aos outros que por sua vez lhes facilitará a livre escolha segundo as suas convicções. É nesta perspectiva que vamos apresentar brevemente alguns dos métodos anticonceptivos e usados para a regulação dos nascimento.

3.4.2. Definição

“Anticonceptivos são um conjunto de acções ou dispositivos ou ainda medicamentos usados para prevenir ou reduzir a possibilidade de uma mulher estar grávida depois de um acto sexual ou depois de dar a luz a um filho. Este conjunto de acções ou métodos contraceptivos são promovidos e usados para o planeamento familiar”¹⁴.

Segundo o Ministério da Saúde da República de Moçambique, Anticoncepção é “a prevenção intencional da gravidez através da utilização de métodos contraceptivos, sendo o Planeamento Familiar um dos serviços habitualmente utilizados por quem quer

¹² Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública, *ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO 2011 – 2015 (2020)*, Maputo, Agosto de 2010, pg. 7.

¹³ De la Torre, J., *Anticonceptivos e Ética. Una historia, una realidad, una decisión moral*, San Pablo, Madrid 2009, pg. 231.

¹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_fecundidade: Taxa de fecundidade – Wikipédia, a enciclopédia livre

fazer alguma forma de contracepção (Nodin, 2002). Outra definição refere que a contracepção é a prevenção da concepção por bloqueio temporário ou permanente da fertilidade (esterilização reprodutiva)”¹⁵.

De entre os métodos contraceptivos usados encontramos os naturais ou comportamentais e artificiais que por sua vez se dividem em diferentes subgrupos a saber:

3.4.3. Métodos físicos/artificiais

Os métodos artificiais mais frequentes são os de Contracepção de barreira (preservativo feminino e masculino; espermicidas; diafragma; capuchón cervical); Métodos Hormonais; Ormeloxifeno (contchroman); Métodos intrauterinos; Contracepção de Emergência o Urgência; Esterilização feminina o masculina (ligadura de trompas, vasectomia) e o Aborto que não faz parte dos anticonceptivos mas que é um dos métodos artificiais de controle de natalidade.

3.4.4. Métodos Comportamentais/naturais

São como a Monitorização da Fertilidade; Método Estatístico; Coito Interrompido (Evitando Relação ou Penetração Vaginal); Abstinência; Lactacional ou Lactância Materna Prolongada.

Como podemos ver são vários os métodos de regulação dos nascimentos. No entanto, o nosso interesse não está em descrever os métodos anticonceptivos na sua totalidade como tal. Por isso, nos centremos nos métodos mais usados na África Subsaariana tanto os naturais como os artificiais.

3.4.5. Métodos Naturais ou Continência

Os métodos naturais ou comportamentais mais antigos e mais usados com excepção da abstinência sexual eram o coito interrompido, lavagem vaginal, o uso de algumas ervas e raízes e o método do “Penso menstrual”¹⁶. Estes métodos exceptuando

¹⁵ Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública, *ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO 2011 – 2015 (2020)*, Maputo, Agosto de 2010, pg. 4.

¹⁶ O uso dos pensos menstrual, é feito de duas maneiras: a primeira as mães usam o primeiro ou ultimo penso da primeira menstrual das filhas para que não fiquem grávidas antes do tempo, pois isso constitui uma grande vergonha e desonra a família. A outra é feita para mulheres que tem muitos filhos e que quer parar de procriar. A primeira a mãe leva o tal penso e põe numa concha de caracol e tapa com barro e depois volta a colocar a concha numa panela de barro e sela com outro barro e por fim vai enterrar num lugar que só ela sabe. Até que a mãe não tire fora este penso por onde enterrou a menina nunca vai conceber. A segunda ocorre quase o mesmo, com a diferença de que esta se usa qualquer

o da lavagem vaginal ainda continuam em vigor, especialmente no ambiente rural onde os métodos anticonceptivos artificiais e mais actuais ou modernos não chegam e em alguns casos as mulheres nem conhecem tão pouco sabem da sua existência.

4. Métodos Artificiais de controle de natalidade usados na África Subsaariana

Os métodos mais usados nas região subsaariana para a regulação dos nascimentos ou planeamento familiar são os métodos de barreira, a esterilização e o aborto.

4.1. Anticoncepção de Barreira

Como o próprio nome diz, este tipo de anticonceptivos têm a finalidade de bloquear a entrada ou penetração dos espermatozoides no canal cervical da mulher. Ultimamente usam-se também como preventivo da contaminação com as Doenças de Transmissão sexual (DTS) e especialmente o HIV/SIDA. O método de barreira mais conhecido e mais usado é o preservativo feminino e masculino.

Alguns dos métodos anticonceptivos de barreira exercem dupla função, de anticonceptiva ou seja prevenir a gravidez indesejada e prevenção ou protecção contra as doenças de transmissão sexual e HIV/SIDA.

4.1.1. Preservativo Masculino

O preservativo masculino é o método contraceptivo de barreira mais conhecido e mais usado na região Subsaariana de África. De um lado porque é mais económico e fácil de transportar e do outro, porque não necessita de nenhuma prescrição médica para usar. Ele é usado também para o combate ao HIV/SIDA.

Actualmente conta-se mais de 90 marcas de preservativos dos “quais 29 marcas mostram segundo os estudos recentes, que apresentam infiltrações para o HIV. A *Food Drug Administration* (FDA) afirma que um 0,3% dos preservativos apresentam infiltrações de água. Por este motivo está-se a procurar variantes ao látex com finalidade de aumentar a resistência, a sensibilidade e a comodidade e para evitar reacções

penso dela. Abrem um buraco numa árvore e esconde-se o penso. Na medida que a árvore vai cicatrizando e fechando a ferida provocada pela abertura do buraco, a senhora também vai perdendo a fertilidade. O perigo da primeira é que se a mãe morre antes de tirar fora enquanto não havia informado a ninguém a menina ficará estéril para toda a vida.

alérgicas ao látex e evitar rupturas ou deterioramentos derivados das más condições de armazenamento (luz, calor, humidade)”¹⁷

4.1.1.1. Como usar

No momento de usar é preciso observar as instruções para evitar efeitos não desejados e por tanto frustrantes. O preservativo deve “ser do tamanho adequado ao pénis e deve ser sempre novo em cada relação sexual; não deve ser estragado por qualquer instrumento cortantes (unhas, dentes ou outro objecto); deve ser usado com o pénis erecto e antes do contacto vaginal; deve ter lubrificante adequado; deve manter o preservativo firmemente contra a base do pénis para que o sémen não se derrame fora durante a retirada enquanto o pénis está erecto; que o preservativo não toque a vulva ao retirar-lo; lava o pénis e as mãos antes de ter nova aproximação amorosa; respeitar as datas de caducidade e comprovar a homologação em caso de adquirir fora das farmácias”¹⁸

4.1.1.2. Vantagens e Desvantagens

O preservativo tem muitas vantagens porque não precisa de prescrição médica; é muito económico (acessível a todas classes sociais); é conhecido em todo o mundo e todas as autoridades e campanhas de prevenção contra as doenças de transmissão sexual (DTS); normalmente não têm efeitos colaterais; facilmente se usa de comum acordo dos parceiros.

O uso frequente pode provocar irritação vaginal e para as mulheres com problemas de sequeira vaginal também pode produzir irritação incómoda.

4.1.2. Preservativo Feminino

O preservativo feminino tem anéis que ajudam a sustentar para que não fique na vagina. Quer dizer uma parte fica fora e outra fica dentro da vagina. Como as mulheres são mais propensas em estarem infectadas com as DTS ou HIV que os homens pela própria constituição fisionómica, este preservativo serve de anticonceptivo e também de anti DTS/HIV.

4.1.2.1. Vantagens e desvantagens

“Seu uso é muito simples e seguro; a mulher não precisa da colaboração do homem; não requer prescrição médica; não interrompe o jogo erótico; não precisa retirar

¹⁷ De la Torre, J., op. cit., pg. 138-139.

¹⁸ Ibid., 140-141

imediatamente após a ejaculação; previne as grávidas não desejadas e DTS melhor que o preservativo masculino e é mais resistente. Em contrapartida, é menos aceite socialmente; mais caro que o masculino; menos acessível para as mulheres pobres; em alguns países os homens desaprovam o seu uso e há risco do anel exterior introduzir-se no interior da vagina ou o pénis introduzir-se fora do anel”¹⁹

4.1.3. Pílula do Dia Depois

Em algumas cidades de alguns países usa-se a pílula do dia depois para evitar a gravidez. A maioria das mulheres não sabe da existência desta pílula. Mesmo se conhecessem e soubesse não podiam adquirir porque os custos para obter são elevados. Portanto, são para as classes socialmente estáveis e com economias altas ou ao menos um dos parceiros tenha poder económico sustentável. No entanto, existe ao nível tradicional cultural métodos de barreira que funcionam como a pílula do dia depois, que passamos a apresentar.

4.1.4. Ervas e Raízes Tradicionais

Em algumas culturas e tradicionais sobretudo nas zonas rurais onde os métodos modernos de planeamento familiar não chegam, as comunidades locais têm médicos tradicionais que lhes oferecem alternativas para espaçar os nascimentos ou mesmo para interromper a fertilidade. Não vamos dizer que é geral de toda África Subsaariana, mas que em muitos países usam estes métodos tradicionais de barreira. Algumas usam como a pílula do dia seguinte e outras como anticonceptivos orais (ACO) ou injetáveis. Ora bem, vamos explicar um pouco como funcionam e como se usam.

Segundo as conversas tidas com algumas pessoas de diferentes países da região e sobretudo de Moçambique, Quênia, África do Sul, Congo (RDC) e Uganda, funcionam da seguinte forma:

Para os que funcionam como anticonceptivos orais ou injetáveis, usam a raiz de uma planta (*Epilimamulela/Mulela Wathiyana* em Macua Lomué), deixam secar e depois pilam e a farinha dilui-se e toma-se um copo horas antes do encontro sexual. Outra forma de tomar este medicamento é colocar a farinha ou o pó das raízes piladas numas folhas doutra árvore chamada *Muyepe* e desde aí toma-se um copo por dia especialmente durante o período menstrual. O outro que se confunde com a pílula do dia

¹⁹ Ibid., pg. 146-147.

seguinte mas que não chega a ser, também consiste em usar raízes ou folhas de algumas árvores que a mulher toma logo depois de um coito completo. Dizia que não há que confundir com a Pílula dia depois porque esta implica uma tomada imediata enquanto a pílula dia depois toma-se um dia depois da relação sexual.

4.1.5. Esterilização Feminina

A esterilização feminina é um dos métodos mais usados para os países do terceiro mundo sobretudo na África Subsaariana. A esterilização feminina pode ser temporal ou permanente e também moderna ou tradicional. A esterilização impede a reprodução e em muitos casos, a acção anticonceptiva pode ser irreversível até que se faça outra intervenção cirúrgica para reactivar a fertilidade.

4.1.5.1. Moderna ou convencional

A esterilização feminina (ligadura de trompas de Falópio), impede que os óvulos expulsos pelos ovários cheguem a cavidade uterina. Isto é, as trompas de Falópio (tubas uterinas) que ligam os ovários ao útero, são cortados ou ligados a estes métodos. “Antigamente era usado por mulheres que eram obrigadas a ter relações sexuais para evitar a gravidez indesejada. Actualmente é mais usado nos países do terceiro mundo. E fala-se de mais de 10% das mulheres férteis de todo o mundo foram esterilizadas por este método até 1995, e na Espanha já haviam aplicado cerca de 8,6% da mulheres de 18 a 49 anos”²⁰.

É efectivo, permanente, simples e seguro; não tem efeitos colaterais e a produção hormonal continua normalmente; não produz nenhuma mudança na excitação sexual, e até aumenta a fase de excitação e proporciona uma vida sexual mais relaxada e a função anticonceptiva é imediata e é mais adequado para mulheres com muitos filhos ou maiores.

Do outro lado, pode provocar “infecções da ferida, hormonas, infecção pélvica; há possibilidades de produzir sequelas psicológicas no casal (medo, desapareção do desejo sexual, baixa autoestima), por isso, precisa assistência psicológica. Provoca

²⁰ Ibid., pg. 160-161

obesidade, trompas excessivamente grossas, transtorno cardiovasculares e pulmonares e provoca transtornos menstruais depois da esterilização”²¹.

4.1.5.2. Tradicional

Outro tipo de esterilização feminina é a tradicional de corte de ciclo menstrual. Este tipo consiste em parar ou cortar o ciclo menstrual da mulher. Para as mulheres que têm muitos filhos e querem parar de procriar, usam o penso menstrual da mulher e coloca-se num buraco aberto numa árvore e fecham. Na medida em que a árvore vai cicatrizando a mulher também vai perdendo a fertilidade. E ao cicatrizar totalmente a mulher atinge a menopausa total. O outro, que também usa o penso menstrual, destina-se às meninas para evitar que elas concebam antes do tempo. Esta normalmente é temporal e em muitos casos as meninas não sabem, somente as mães. A diferença com a primeira é que nesta usa-se o primeiro ou ultimo penso da primeira menstrual e enterra-se. Em alguns casos misturam no penso alguns medicamentos tradicionais que as mães conhecem. Antes que a mãe ou outra pessoa indicada por esta não retire o penso do local onde enterrou, por mais que menina faça relações sexuais completos nunca concebe.

4.2. Aborto Provocado

O aborto provocado ou procurado é aquele que se deve à intervenção livre do homem. Este é o aborto considerado pela moral e pelo direito, já que nele intervêm a liberdade e vontade humanas. Segundo Vidal, “desde o ponto de vista moral, o aborto procurado é considerado em referencia a responsabilidade pessoal e ao valor moral objectivo. Se fala de aborto moral em relação a um comportamento abortivo negativo: quando há intervenção da responsabilidade numa acção que induz a um contra valor neste âmbito de gestação”²².

Um outro elemento usado naquela região para as camadas da elite e da classe média, para regular os nascimentos é o aborto procurado e querido. Embora não seja um contraceptivo frequente, é usado para livrar-se das grávidas não planificadas nem desejadas. Este método de controle de natalidade é usado muito mais por jovens estudantes e mulheres que ficam grávidas fora do matrimónio. As jovens em muitos

²¹ Ibid., pg. 163-164

²² Vidal, M., *Moral de la Persona: Moral de Actitudes, II. Bioética, Ética sexual, Ética de la convivencia*, PS Editorial, Madrid 1991, pg. 225.

casos são obrigadas pelos namorados ou amantes sobretudo quando o autor é um senhor pai de uma família ou com um lugar social de prestígio.

Em outros as meninas abortam por medo dos pais e por vergonha de conceber antes de casar ou fora de via legal aceite pela sociedade. Há casos em que as estudantes abortam porque querem continuar a estudar, ou porque a realidade da pobreza em que vivem lhes obriga a isso. Em muitos casos as meninas se sentem obrigadas a abortar contra a sua vontade, mas porque o amante ou namorado não aceita assumir a gravidez e com peso de criar o filho sozinha acabam livrando-se desse pesadelo.

Na maior parte dos países subsaarianos, o aborto não está legalizado. Em alguns ainda o projecto está arquivado nos respectivos parlamentos para uma posterior discussão, porque a oposição da Igreja católica faz com que os governos não decidam sobre esta matéria, visto que são muitos os católicos parlamentares. Portanto, nesses países o aborto é feito de forma clandestina embora se realize também nos hospitais públicos.

5. Métodos Naturais mais usados

São métodos anticonceptivos que utilizam os comportamentos fisiológicos que são produzidos na regra da mulher para se identificar os períodos férteis. Fora do termómetro usado para medir a temperatura basal corporal, não se usa nenhum dispositivo ou medicamento contraceptivo. Baseando-se nas transformações comportamentais do corpo da mulher, se evita o contacto sexual total ou com ejaculação intravaginal em períodos férteis. Tudo é para prevenir a gravidez não desejada.

Importante remarcar que os métodos que vou apresentar como os mais usados na realidade subsaariana, não são abrangentes a toda realidade da região. O seu uso ou não, uso é muito determinado por vários factores desde as práticas culturais, acessibilidade, nível de instrução, convicções puramente pessoais, e entre outros. Por isso, não será de admirar aparecer alguém com uma opinião ou visão distinta desta. Assim, passamos a apresentar os métodos naturais mais usados na África Subsaariana:

5.1. Método Estatístico ou de Calendário

Embora se considere já arcaicos, naquela parcela do planeta ainda continuam em vigor. De um lado porque as pessoas têm vergonha de usar os métodos modernos,

científicos e por outro, porque não têm meios para sua obtenção ou simplesmente porque não os conhecem. Os hábitos culturais também continuam a ser marcantes no não uso dos métodos modernos e porque entra no âmbito privado das famílias.

Este método foi descoberto por “Ogino em Japão e Knaus na Austria nos anos vinte. Segundo eles, a ovulação se produz entre a regras e não durante estas. Assim, a ovulação ocorre normalmente no 14º dia anterior a menstruação”²³. Este método é muito propenso a falhas. Para as mulheres com o ciclo menstrual irregular não é fiável, pois torna difícil fazer a contagem dos dias. Se verificar-se alterações no ciclo, é preciso uma continência periódica entre o 7º e 20º dia do ciclo em caso da mulher ter o ciclo entre 26 a 30 dias. Como se pode ver, este método é um pouco complicado e facilmente se pode esquecer, o que o torna este método ineficaz.

5.2. Método da Temperatura Basal Corporal

Este método baseia-se na observação e registo dos principais sinais da fertilidade que o corpo da mulher vai apresentando ao longo do tempo para determinar as fases férteis e inférteis do seu ciclo menstrual. Com a ovulação, a temperatura sobe até a menstruação o que condiciona a gravidez. Se o acto sexual é feito depois do terceiro dia da subida da temperatura até a menstruação, o perigo de conceber é menor.

Os principais sinais da fertilidade que a mulher deve observar e registar são as mudanças de temperatura basal corporal, o muco cervical (secreção vaginal) e a posição cervical. Este método também pode ser complicado para algumas mulheres pois requer muita disciplina e muita atenção na medição e registo da temperatura. “Recomenda-se muita disciplina nos três primeiros ciclos para comprovar sua regularidade. Se a curva estabelecida se repete de ciclo a ciclo, a mulher poderá tomar a temperatura, depois, somente a partir do 8º ou 10º dia, contando desde o primeiro dia da última regra”²⁴. Este método é menos usado que o de estatístico, por causa do processo que envolve no seu uso. É mais usado nos centros urbanos e suburbanos que no ambiente rural.

5.3. Billings (Moco Cervical o Fluxo Vaginal)

Na tentativa de encontrar um método natural de espaçamento de filhos aceite pela Igreja Católica, o John Billings e Evelyn, identificaram este de muco cervical ou

²³ De la Torre, J., op.cit., pg. 178.

²⁴ Ibid., pg. 170-171.

fluxo vaginal que em muitos círculos bioetistas chamam por método Billings. Para as mulheres atentas e com experiência, facilmente descobrem o seu período fértil a partir do aparecimento com muita intensidade do muco cervical na vagina. Quando a mucosidade vaginal muda em quantidade e consistência durante o ciclo, quer dizer que a mulher está no tempo fértil, tempo que deve evitar o acto sexual completo. Isto porque a quantidade lubrificante do muco cervical, favorece o coito e a migração dos espermatozoides. Segundo estes, os dias que sucedem a ovulação são inférteis, portanto, dias que se pode fazer coito completo com poucas possibilidades de ficar grávida. Apesar disso, como qualquer outro método, pode falhar também e ter uma gravidez não planificada.

5.4. Métodos Sinto térmicos

Como o próprio nome diz, é um método que se baseia nos sintomas no organismo da mulher. Associam três métodos (do muco cervical, da temperatura basal corporal e do calendário), e combinam com a dor abdominal da ruptura do folículo, o sangramento intramenstrual, a abundância da humidade vaginal, as mudanças da libido e do humor, um cheiro particular, tensão mamária, inchaço vulvar, e entre outros.

Embora seja uma combinação de vários métodos, este método não precisa de muita instrução académica para o seu uso, por isso, é muito mais usado em relação aos outros, pois é mais fácil identificar a proximidade ou chegada do período fértil por causa dos sintomas que aparecem nas mulheres. No entanto, é importante ressaltar que como nem todas as mulheres têm os mesmos sintomas tão pouco as manifestações iguais, não é válido ou não serve para todas mulheres.

5.5. Latência Materna Prolongada

É um método usado para prolongar a duração da infertilidade depois do parto ou durante o período que a mãe amamenta o bebé. Se recomenda que durante este tempo, a mulher use anticonceptivos para evitar uma nova concepção e a possível suspensão da produção do leite materno para o bebé.

5.6. Coito Interrompido

Este é um dos métodos mais antigos e se usa na actualidade. Trata de retirar o pénis antes da ejaculação, ou terminar o acto sexual antes de atingir o orgasmo ejaculatório. O problema é que dependendo de homem para homem, a dificuldade de

controlar o tempo da ejaculação que pode ser maior ou menor. O facto de ejacular fora da vagina ou terminar o acto sexual antes do orgasmo ejaculatório não dá total segurança de não conceber.

Muitos parceiros ou casais acabam acusando-se um ao outro por falhas que o método provoca. Num acto em situação descrita acima nem a mulher nem o homem acabam de entender como é que surge uma concepção. Os estudos recentes justificam esta ocorrência dizendo que, “há evidências de que antes da ejaculação se produz uma emissão de gotinhas de sémen que contêm espermatozóides capazes de produzir uma gravidez. Por este motivo, em coitos consecutivos, é recomendável uma lavagem do pénis e um mijo (urinar) antes da penetração”²⁵.

5.7. Abstinência Sexual

Embora se reconheça que é muito difícil para maior parte das pessoas este é único método anticonceptivo totalmente eficaz e mais seguro que evita a gravidez não desejada e evita perfeitamente o contágio das DTS's e HIV/SIDA. Não envolve nenhuma despesa, não precisa fazer nada, somente evitar ou abster-se das relações sexuais.

6. Um Exemplo paradigmático: UGANDA

Uganda é um país da África subsaariana, que segundo a divisão política regional pertence a região da África Oriental. Actualmente conta com um pouco de 30 milhões de habitantes maioritariamente de jovens e menores de 20 anos. Talvez alguém pergunte porque falar de Uganda em específico num tema abrangente de toda região subsaariana e não de um contexto concreto e singular.

A resposta a este provável questionamento é simples. Apresentamos a Uganda porque estamos a tratar de um tema que tem que ver com a vida e saúde dum povo, afectado e infectado por várias enfermidades que apoquentam não somente a região em particular mas todo o continente e o mundo em geral. Nesta perspectiva, queremos apresentar a Uganda como exemplo a seguir na sua política na luta contra o HIV/SIDA, que apesar de críticas conseguiu resultados muito satisfatórios.

²⁵ Ibid., pg. 183-184.

Estamos a falar da política chamada ABC que quer dizer: A = (*Abstinence*) Abstinência; B = (*Be Faithful*) Fidelidade; C = (*Condom*) Preservativo. Abstinência, ser fiel, usar preservativo, “também conhecido como (Educação Sexual baseada na abstinência ou abstinência mais educação sexual), é uma política de educação sexual que consiste na redução de riscos ao modificar o prévio sistema de educação sexual de somente abstinência, mediante a inclusão complementária de educação sobre o sexo seguro e métodos de controle de natalidade. O enfoque ABC foi desenvolvido em resposta a crescente epidemia do HVI/SIDA em África, e para prevenir a propagação de outras enfermidades de transmissão sexual”²⁶.

A primeira vez que ouvi falar de HIV/SIDA foi em 1989, e tinha 17 anos. As primeiras notícias dessa enfermidade eram muito assustadoras. Foi minha mãe que depois de uma reunião das mããs anciãs da comunidade chamou-me juntamente com os meus irmãos mais novos para falar-nos disso. Em primeiro dizia que era uma doença que se transmite via relações sexuais por isso tínhamos que ter muito cuidado nas nossas brincadeiras com as meninas. Mais adiante nos falou que na Uganda a tal doença (SIDA) havia matado pessoas de quase um bairro inteiro.

Exagerado ou não, a verdade é que Uganda foi o país que teve o maior número de infectados por HIV/SIDA de África nos anos 80 do século passado. É nesta ordem de ideias que o governo de Uganda, com a ajuda da Igreja Católica, promoveu esta política ABC para mitigar a situação.

Uganda viveu em conflitos armados em diferentes momentos e em vários anos. Durante as guerras facilmente se transmite as DTS e HVI/SIDA porque as mulheres são raptadas e violadas pelos militares e pelos rebeldes. Com muitas dificuldades para ter acesso ao centro sanitário torna ainda mais difícil saber o estado de saúde que a pessoa vive, se é seropositivo ou negativo. É nestas circunstâncias que esta estratégia ABC se tornou numa arma para lutar contra a pandemia do sida elevando nas pessoas cada vez mais a consciência de fidelidade para os casados, abstinência para os jovens e adultos solteiros e educação sexual em valores ou usar o preservativo nas relações sexuais ocasionais para os que não aguentam com as primeiras duas.

²⁶ Abstinence, be faithful, use condom.
http://es.wikipedia.org/wiki/Abstinence,_be_faithful,_use_a_condom.

Esta estratégia abraçada pelo governo Ugandês com ajuda da Igreja e “patrocinado pelo governo norte-americano e elevado ao carro-chefe da política anti *Aids*, conseguiu reduzir significativamente a incidência da enfermidade, de uma maneira que ultrapassa a abordagem tradicional. Até julho de 2008, as estatísticas oficiais falavam em uma redução de 30% da população contaminada no final dos anos 80 para pouco mais de 7% atualmente”²⁷.

Esta experiência embora criticada por vários círculos políticos e económicos internacionais, uma realidade que deve ser um grande exemplo de boa conducta. Ao mesmo tempo coloca ao mundo inteiro um desafio sobre a política do combate e prevenção da pandemia. Por outro lado, é um chamamento ou convite a uma mudança de comportamento e das políticas que pensam que com o preservativo pode combater o sida.

A estratégia moralista de Uganda que investe na mudança de comportamento e não na massificação de uso de preservativo como acontece em muitos países, “surgiu nos anos 80 em círculos cristãos norte-americanos, mas foi na Uganda que adquiriu proporções de política do Estado. Desde 1986, o governo ugandês adopta a política baptizada por ABC: Abstinência para os jovens; ser fiel para os casados e por fim usar a camisinha para aqueles que não conseguiram as anteriores”²⁸.

A educação em valores é muito importante e necessário para o combate do sida porque o preservativo não é 100% seguro. Tomando o exemplo de África, continente mais afectado com esta doença, nos últimos tempos é normal encontrar preservativo usado e jogado na rua. Para dizer que as pessoas usam. No entanto, na medida em se incrementa o uso da camisinha, mais cresce o número dos infectados.

Isto nos leva a vários questionamentos. Porque este contraste? Esta pergunta que nunca teve sua resposta convincente leva a muitas pessoas a não usar o preservativo porque de um lado, suspeitam que o preservativo que se manda para África é contaminado propositadamente razão pela qual sobe o número de infectados com o seu

²⁷ Uganda é bem-sucedida no combate à Aids pregando abstinência e fidelidade.
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uganda-bem-sucedida-no-combate-aids-pregando-abstinence>

²⁸ Uganda é bem-sucedida no combate à Aids pregando abstinência e fidelidade.
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uganda-bem-sucedida-no-combate-aids-pregando-abstinence>

uso. Por outro, porque pensam que o preservativo é para prevenir a gravidez e que provoca a esterilidade feminina ou porque alguns se convencem que durante a fricção do acto sexual o preservativo deixa passar o vírus causador do sida.

Esta ideias são sustentadas pelo facto de que em algumas marcas de preservativos há infiltração do vírus do sida e que também alguns há infiltração de água. Também se dá o exemplo do corpo humano que através dos poros que ao olho nu não se vê, quando está em movimento continuo ou com calor transpira deixando sair água através do suor.

Importante sublinhar que a estratégia ABC “aborda temas como as relações humanas, a biologia básica da reprodução humana, os métodos de sexo seguro e anticonceptivos, informação sobre HIV/SIDA e o conceito de masturbação em vez do sexo. Anima os jovens a desenvolver a prática da abstinência até o matrimónio e adoptar normas sociais que apoiam esta prática; apela a fidelidade dentro dos seus matrimónios e outros tipos de relações sexuais, eliminando as relações sexuais ocasionais; ensina ao uso correcto e consistente do preservativo”²⁹.

Segundo a mesma fonte, esta abordagem reduziu a exposição ao HIV/SIDA, e o presidente Musseveni informou que entre o 1989-1995, houve uma diminuição de 20% de parceiros sexuais ocasionais, e uma diminuição de 11% dos casos notificados do HIV.

Como, podemos ver, a educação em valores para a mudança de comportamentos é crucial na luta contra o sida, porque os discursos que se limitam em uso de camisinhas como único meio para prevenção e combate ao HIV/SIDA e esquecendo do elemento fundamental das condutas morais mostra um fracasso. Nisso sustenta o senhor Miguel A. Martínez-González, Director do Departamento de Saúde Pública da Universidade de Navarra, que “sem abstinência e fidelidade de pouco serve o preservativo. O sida e as outras doenças de transmissão sexual (DTS), não se controlarão, se não se ter em conta toda a estratégia do ABC. Não somente é o sida, são também outras DTS mortais como o cancro cervical por *papilomavirus*, onde o preservativo não serve. Ou o crescente número de abortos, porque o preservativo está falhando também é isso. São motivos

²⁹ Abstinence, be faithful, use condom.

http://es.wikipedia.org/wiki/Abstinence,_be_faithful,_use_a_condom.

mais que suficientes para que os responsáveis políticos se replantem o desenho que fizeram”³⁰.

6.1. Críticas e oposições

Embora os resultados positivos que a abordagem da política do governo de Uganda (ABC), existem pessoas e instituições que se opõem e criticam severamente, sobretudo a ala progressista do mundo ocidental. A aceitação deste método varia de pessoa para pessoa e segundo as intenções ou interesses, ideologias políticas que cada um tem. Para os mais críticos fundamentam a sua tese contra ABC dizendo que “se prioriza excessivamente a abstinência e a fidelidade sobre o livre uso do preservativo e outras medidas como a educação, empoderamento da mulher e a disponibilidade antivirais”³¹.

Outra oposição a esta estratégia é da ONG (*Human Right Watch*), que no seu relatório de 2005 ataca essa abordagem directamente dizendo que a “política *anti-Aids* do governo Uganda atenta contra os direitos humanos e pode colocar vidas em risco. Amplamente considerada líder na prevenção do Sida, Uganda está redireccionando sua estratégia de métodos cientificamente comprovados para os programas de carácter ideológico”³².

O VIH/SIDA, é muitas vezes usado para proveito egoístas individuais. Para este tipo de pessoas ou instituições, mesmo com provas concretas se apresentam cegos diante da realidade somente para alcançar os seus intentos da indústria e comércio do preservativo. A iniciativa ugandesa não rejeita o uso do preservativo, razão pela qual, toda presenta da letra C (*Condom*), mas somente aplicável em grupos de alto risco e não toda a população. Muitas ONG’s e grupos de campanhas e aconselhamento dos distintos grupos alvos, potenciam somente o uso de preservativo como o único meio. O esquecimento de que “não só o uso extensivo do preservativo pode explicar a

³⁰ Miguel A. Martínez-González. Dissertação sobre o SIDA no dia 1 de Dezembro de 2004. “Sin abstinencia y fidelidade de poco sirve el condon”.

³¹ Abstinence, be faithful, use condom.

http://es.wikipedia.org/wiki/Abstinence,_be_faithful,_use_a_condom.

³² Reinaldo Azevedo. Uganda é bem-sucedida no combate à Aids pregando abstinência e fidelidade. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uganda-bem-sucedida-no-combate-aids-pregando-abstinence>

diminuição no número de novos contágios”³³, um erro que tornam as pessoas em certa forma propensas aos novos contágios e promove a promiscuidade. Haverá sempre necessidade de animar e sensibilizar os jovens na mudança de comportamento dando lhes ferramentas que ajude a compreender a necessidade de fazer boas e melhores escolhas livres de qualquer tipo de política, ideologia, crença ou costume coerciva.

7. SIDA Como Problema Socio-cultural e Político-Económico

O tema do HIV/SIDA é muito vasto e discutido em todo o mundo, visto que constitui uma das doenças que ameaça o desenvolvimento económico e humano em todo o globo. O SIDA é uma enfermidade que tira a dignidade da pessoa sobretudo nos países em via de desenvolvimento. Por isso, é importante lembrar sempre o apelo do papa João Paulo II sobre a dignidade humana: “o homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus. Esta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida, inclusive já na sua fase temporal” (RH 10).

Para África Subsaariana, o HIV/SIDA é um problema pluridimensional, pois afecta várias realidades da pessoa como um todo. Falar de sida nesta região de África é significa falar de um problema sociocultural e político económico, pois as políticas usadas para a prevenção e o combate da enfermidade que conduzem ao controle da população e enriquecimento a uns e em detrimento dos infectados e afectados directos. A realidade do sida urge a todos a comprometerem-se na defesa e promoção dos direitos e liberdades dos que sofrem desta pandemia. Ao mesmo tempo é necessário denunciar todas as formas de estruturas injustas, ofensivas e desumanizantes que não respeitam a pessoa ou de alguma forma ofendem e diminuem a dignidade de outros, usando-os para alcançar interesses sejam eles sociais, culturais, políticos ou económicos.

O HIV/SIDA constitui a segunda doença que provoca muito luto nas famílias da África Subsaariana depois da malária. Por isso, há necessidade de ter um olhar aberto, honesto e solidário para estes países e seus pacientes. Ultimamente há muitas organizações governamentais e privadas a trabalhar na luta contra esta pandemia.

³³ Raquel Barba, Sida y Hepatitis, Educación Sexual. Condonos, abstinencia y fidelidad contra el Sida. <http://www.elmundo.es/elmundosalud/2004/04/12/hepatitissida/1081793702.html>

Infelizmente, a política usada, não ajuda a diminuir mas sim aumentar o número de infectados. Os meios usados estimulam e incitam a prática de sexo e favorecem as políticas nacionais e internacionais, pois tiram muitos proveitos nele.

Falamos do HIV/SIDA no contexto da contracepção porque “a utilização de anticonceptivos pode reduzir a ocorrência duma gravidez, permitindo a mulher manter o sistema imunológico forte e ao casal ter uma vida mais saudável, reduzir o numero de crianças infectadas pelo HIV através da transmissão vertical, e reduzir o número de crianças órfãs. A utilização de métodos de barreira também têm grande impacto na prevenção da transmissão do HIV/SIDA na população”³⁴.

7.1. Causas e Factores que Favorecem a Evolução crescente e constante das infecções do HVI/SIDA

A maioria da população são mulheres em idade activa, e por conseguinte, o maior número dos infectados são também mulheres. De um lado, por causa da sua constituição fisionómica que faz com que no processo do contágio tornam as mulheres mais vulneráveis em relação aos homens. Por exemplo, “a vagina tem uma área consideravelmente propícia ao contágio e suas membranas mucosas absorvem o vírus facilmente. Em geral, as mulheres são duas vezes mais propensas de contrair o vírus que os homens através do coito vaginal, com um parceiro infectado. O risco aumenta si a mulher practica *o sexo seco* porque as substâncias usadas para reduzir os líquidos vaginais ou o facto de si enxugarem constantemente tais líquidos, produzem atrito entre o pénis e a mucosa vaginal, o que facilita a ocorrência de lesões”³⁵.

Algumas das causas e factores que contribuem na evolução crescente y assustadora de novas infecções do vírus de SIDA são várias: os usos e costumes tradicionais; abandono dos valores culturais e religiosos; a prática de sexo sem protecção; ignorância; pobreza mental-económica; prostituição infantil e profissional; poligamia; tatuagem; purificação das viúvas; migrações; refugiados; guerras; falta de pessoal médico qualificado; falta de meios para o diagnóstico e entre outros.

³⁴ Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública, *ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO 2011 – 2015 (2020)*, Maputo, Agosto de 2010, pg. 10.

³⁵ Cunlela, F., *Moçambique, a dignidade da pessoa humana criada a imagem e semelhança de Deus : “uma reflexão ético-moral e pastoral da situação do SIDA em Moçambique*, Roma 2003, 121 -122.

* **Abandono dos valores culturais e religiosos** – as pessoas hoje com a má interpretação da modernidade e civilização, abandonaram muitos dos valores culturais que regulam a boa convivência social. Os ensinamentos e a moral religiosa caiu em desuso e como consequência disso, a moral social ficou drasticamente degradada e cada um faz o que o seu deus lhe manda.

* **Usos e costumes tradicionais** – em muitas culturas existem práticas costumeiras que vão contra a dignidade da pessoa e que são vectores importante da transmissão do vírus que provoca o sida. De entre eles temos alguns:

* **Purificação da viúva** – algumas culturas embora duma maneira discreta em alguns casos, depois da morte do marido, obrigam a viúva a ter relações sexuais desprotegidas com um dos familiares do defunto, sobretudo o irmão o tio/sobrinho. Isto contribui de certa forma na propagação do vírus.

* **Poligamia** – os países com muita influencia muçulmana são os que mais se practica a poligamia, mas não só. A poligamia se interpreta como símbolo de poder social e económico. Quer dizer, ter mais de duas mulheres e significa poder, grandeza e domínio. Se um homem está infectado implica infectar a suas mulheres e consequentemente os filhos que deles provirão. A poligamia não é generalizada nem é condenada. O que se deve observar é que tanto a poligamia como a monogamia, não sejam caracterizadas por irresponsabilidade dos esposos ou parceiros, o que constitui um factor de alto risco para a transmissão do vírus provocador do sida.

* **Tatuagem e circuncisão** – Algumas tribos e culturas ainda continuam com a prática de tatuagem sobretudo nas mulheres. Ela é feita a baixo do ventre ou do umbigo e na parte superior das pernas (coxas). Esta prática é simplesmente questão tradicional e de beleza para facilmente excitar sexualmente os homens e também como um elemento de identificação tribal. Pela mesma razão se justifica a prática da circuncisão. Estas são factores potencialmente fortes para a transmissão do HIV/SIDA por usarem os mesmos instrumentos cortantes para várias pessoas. Muitas pessoas morrem sem saberem que morrem de sida, porque confiam nos seus médicos tradicionais que muitas vezes confundem as enfermidades oportunistas do sida com algumas infecções de tratamento local/tradicional e assim não vão ao hospital.

Neste contexto, precisa-se de uma alerta para as responsabilidades nas formas como se realizam estes costumes tendo em conta o problema desta pandemia. “Perigos semelhantes de transmissão do VIH/SIDA existem pelas práticas de alguns curandeiros ou médicos tradicionais que para tratar os pacientes fazem incisão com instrumentos cortantes não esterilizados, alegando serem insubstituíveis nos rituais. A esterilização do material e depois do seu uso é indispensáveis na prevenção de enfermidades oportunistas no processo do contágio do vírus de do sida”³⁶ (Cunlela pg.137).

* **Guerra e Refugiados** – estes dois elementos também são factores que contribuem para a expansão imparável da pandemia. Esta realidade violenta, infelizmente é vivida em muitos países da região subsaariana de África. Ela paralisa quase todos os meios de produção e leva ao êxodo a milhões de refugiados aos países vizinhos e provoca a deslocação de outros milhões fora e dentro dos seus países de origem. Os centros de acolhimento dos refugiados e deslocados são lugares propensos de transmissão do sida que também constitui uma guerra que continua a matar o povo indefeso africano. O VIH/SIDA persiste como uma grande preocupação e constitui uma prioridade nas políticas do desenvolvimento do continente. O continente tem o maior número de órfãos e viúvas como consequência destas realidades, sida e guerras. Há muitas crianças em idade escolar que são obrigados a abandonar os estudos para tomarem conta do agregado familiar.

* **Prostituição infantil e profissional** – a prática da prostituição é faseada. De um lado está a prostituição infantil em que as crianças e adolescentes são obrigadas a prostituir em alguns casos com os seus próprios progenitores. Esta acção aumenta as infecções do VIH/SIDA nas crianças e adolescentes. Do outro lado é a prostituição profissional. Em muitos casos destes acabam ficando infectados porque muitos homens sobretudo camionistas de longo curso, sabendo que são seropositivos não aceitam usar o preservativos que as profissionais lhes oferecem. Elas sem opções de vida porque devem ganhar dinheiro para viver acabam por aceitar fazer o sexo sem protecção.

Outro elemento que facilita a propagação da enfermidade é o relativismo ético. “Muitas sociedades africanas sempre pautam por uma forte tradição e mentalidade de moral. Mas nas últimas décadas foram afectadas por uma atitude moral relaxada, especialmente em questões sexuais. Com esta situação do sida, é um convite sem limites

³⁶ Cunlela, F., op. cit., pg. 137.

a reexaminar os ensinamentos em matéria moral sexual, pois esta é uma enfermidade transmissível devido, principalmente as condutas sexuais desordenadas que resultam de um relaxamento moral do nosso tempo”³⁷.

Com a mudança comportamental moral em relação ao sexo, os encontros sexuais pré-matrimoniais e fora do matrimónio multiplicaram. Este tipo de relações sexuais se encontra também entre as pessoas com poder económico e com altas posições do governo que simplesmente perseguem as jovens universitárias e não só. São muitos os casos em que os professores engravidam as suas próprias alunas e em alguns casos as vítimas são menores de idade. Outras, para poder passar de classe, entregam o seu corpo em troca de notas. Em alguns destes casos, quando as meninas são infectadas, elas também fazem de tudo para infectar a outros.

Sobre este caso, em 2013, numa das universidades de Quénia, uma estudante que segundo as fotos que exhibia apresentava um corpo muito bonito e atraente que a própria dona reconhecia o facto, foi infectada por um colega. Ela com raiva jurou vingar-se infectando o maior número possível de homens. Até a data da publicação do artigo na internet, era dois meses depois de ela da saber da sua situação positiva, já havia infectado mais de 370 homens entre deputados da Assembleia da República, ministros, colegas da universidades e outros homens influentes. Segundo ela a meta era de atingir o numero de 3000 homens infectados em um ano.

Como podemos ver, há muitos comportamentos humanos que são uma força deliberada para a propagação da infecção do sida.

Muitas mulheres (solteiras, viúvas, estudantes) sem meios económicos para viver, recorrem a prostituição para ganhar a vida e manter ou sustentar a sua família ou seus estudos. Ela torna-se um dos canais privilegiados de difusão do vírus de sida. A prostituição é uma coisa má porque é uma das práticas mais degradantes da dignidade humana. Hoje já é institucionalizada a procura desesperada de sobrevivência resultante da miséria em que vivem muitas das famílias. Esta é outra preocupação que a Igreja em África junto com os seus governos tem, porque ela é um viveiro para a transmissão do SIDA. A ela se junta a prática precoce do sexo dos adolescentes estimuladas pelas

³⁷ Nwachuku Udaku, B., *El sida en África : reflexiones y propuestas desde el pueblo Igbo*, Universidad Pontificia Comillas, Madrid 2009, pg. 119.

propagandas pornográficas e eróticas de certos programas e da informação sobre o preservativo.

O HIV/SIDA é um problema económico. Esta observação está baseada no facto de que se trata de uma enfermidade financeiramente exigente. Estamos falando de um região considerada mais afectada por HIV/SIDA, devido a sua pobre situação económica. A instabilidade económica e a necessidade contribuem para a vulnerabilidade da gente”³⁸.

As consequências desta instabilidade económica são as mortes dos pacientes que em condições normais podiam recuperar a saúde. Muitos lugares de acolhimento dos enfermos desta pandemia não são adequados e carecem das condições básicas; os medicamentos são caros, por tanto, inacessíveis aos pacientes pobres; a dieta alimentar a seguir com rigor não é adequada nem recomendável para pacientes de sida.

Outro problema relacionado com a questão financeira, são as” estruturas e práticas económicas globais. Estas estruturas valorizam a pessoa enquanto possui algo e não segundo o que ela é (ter e não o ser). Elas estão desenhadas para fazer umas nações ricas, prósperas e influentes, enquanto outras vivem uma pobreza tremenda e na exclusão. O surgimento de tais situações incrementaram consideravelmente a propensão do povo em África a contrair o HVI/SIDA”³⁹ (Uduku, pg.130). Por isso, não estaríamos equivocados concluir que o sida é um problema económico que afecta directa e maioritariamente aos pobres; que o sida é uma enfermidade de e para os pobres.

É também um problema político porque a política dos governos desta região é marcada de muita corrupção generalizada, mal administração dos bens do Estado e falta de autonomia, afirmação e autoestima, e como consequência disso se inspiram nas políticas internacionais injustas. Os poderosos económicos dos países ricos usam organizações internacionais das Nações Unidas credíveis como a FMI, OMS, BM, UNICEF e entre outras para impor essas políticas, obrigando as nações pobres a fazer o que eles querem, sob risco de não receber ajuda financeira em caso de recusar essas políticas arbitrarias dos detentores da economia mundial.

³⁸ Ibid., pg. 127.

³⁹ Ibid., pg. 130.

Sendo estes países maioritariamente dependentes de financiamento externo, não fazem nada a não ser aceitar ao pé da letra, mesmo sabendo que alguns aspectos vão contra a convivência normal do povo ou contra os valores soberanos da nação como um todo. Assim os dirigentes com mente corrupta vão enriquecendo com o dinheiro dos programas de prevenção e combate ao SIDA. Esta mentalidade corrupta e egoísta procura alcançar os seus próprios benefícios económicos e políticos.

Assim, no momento de pedir ajuda ou financiamento, apresentam uma estatística da pandemia, elevam sobremaneira o número dos infectados e quando é para justificar o dinheiro recebido apresentam um número baixo. Isto leva a não se saber exactamente qual é a situação real da enfermidade. Isto dificulta o combate, por isso, há sempre necessidade de purificar e renunciar este tipo de políticas escravagistas para verdadeiramente combater esta enfermidade.

7.2. Prevenção

Uma das medidas indicadas para a prevenção do SIDA é uso do preservativo. Os preservativos não curam o sida. Mas se fala que o seu uso reduz em 70% o risco de infecções do HIV. Actualmente fala-se de “89 marcas de preservativo das quais 29 apresentam infiltrações para o HIV. A *Food and Drug Administration* (FDA) afirma que 0,3% dos preservativos apresentam infiltração a água”⁴⁰. Isto quer dizer que existe sempre um perigo de contrair o vírus mesmo com o preservativo posto. Por isso, o único meio eficaz para evitar o contágio é abstinência sexual fora do seu parceiro e simplesmente seu. Dai a necessidade de educação e formação em matérias de sexualidade e fidelidade dos parceiros.

O uso de preservativo não constitui um sistema infalível para evitar a transmissão do vírus de Sida. Contudo, seu uso diminui ou reduz o risco de uma exposição ao vírus e não só. Quando funciona perfeitamente, constitui barreira, contribuindo assim como um factor que vai reduzir o número de parceiros potencialmente infectados. Se ele não for usado correctamente os riscos de transmissão aumentam. “O preservativo contribui somente para manter relações sexuais relativamente seguras, mas não garante relações sexuais sem risco”⁴¹.

⁴⁰ De la Torre Díaz, J., *Anticonceptivos y Ética. Una historia, una realidad, una decisión moral*, San Pablo, Madrid 2009, pg. 139.

⁴¹ Cunlela, F., op. cit., pg. 191.

A convicção de que o preservativo é perfeito e elimina os riscos de transmissão do HIV/SIDA é uma fantasia dos laboratórios que fabricam e que têm a missão de comercializar seu produto. Quando falsamente seguro pode induzir ao sujeito a aumentar seus comportamentos de risco, anulando assim a expectativa de proteger-se das infecções. Ultimamente os governos da região fazem campanhas de sensibilização e educação cívica. Em muitos casos, os activistas apresentam o uso do preservativo como o único meio para evitar ter contaminado ou para praticar sexo seguro. Infelizmente essas campanhas não surtem os efeitos esperados. Os grupos que dão a informação se esquecem ou não sabem dar as informações adequadas e mais importantes: não explicam como e quando usar, como tirar para que não haja fuga ou troca de líquidos sexuais, como e onde conservar e ver a caducidade do mesmo.

7.3. Mudança de Paradigma

Quando falamos sobre as causas da explosão demográfica apresentamos a prática dos ritos de iniciação e circuncisão como sendo um dos factores que contribuem para o crescimento descontrolado da natalidade pois criam curiosidade aos iniciandos a experimentam o que aprenderam. Por sua vez as organizações humanitárias internacionais criticavam esta prática costumeira pois apontavam a circuncisão como um vector de transmissão do HIV/SIDA e das outras doenças de transmissão sexual. Nos últimos tempos, as mesmas organizações e os mesmos governos, defendem a teoria de que a circuncisão diminui o risco de contaminação e por tanto incentivam a circuncisão do maior numero possível dos homens.

É neste âmbito que no discurso no dia 1 de Dezembro 2011, dia mundial da luta contra o SIDA, o senhor Leonardo Chavane, representante do ministério da Saúde de Moçambique, dizia que o número das circuncisões no país estava a aumentar e o governo tinha como meta atingir 3 milhões de homens (crianças, adolescentes, jovens e adultos) circuncidados em todo o país:

“O governo tem uma meta de circuncidar três milhões de homens até 2014 em todo país. Acredita-se que a circuncisão masculina reduz em 60% o risco de contaminação assim como o cancro no pénis. Essa medida de prevenção tem vindo exponencialmente, passando de nenhuma circuncisão em 2008 para 100 em 2009 e 7.633 circuncisões em 2010. Para atingir

80% de prevenção entre os homens de 15-49 anos, seria necessário realizar em Moçambique 1.059.104 circuncisões⁴².

Existem muitas campanhas de solidariedade, prevenção, esperança que trabalham no acolhimento, tratamento, educação e formação em valores para melhor fazer as escolhas para sua vida e sobretudo para romper a estigmatização dos enfermos. Em alguns casos estas campanhas têm surtido efeitos positivos que necessitam serem incentivados. Por exemplo, na região da África Austral como Moçambique, Zimbabué, Zâmbia, Malawi, Angola e outros, há “aumento na aderência da mulheres grávidas seropositivas a tratamentos para evitar a transmissão do vírus para que o vírus do HIV/SIDA seja transmitido aos filhos. Graças a esta adesão ao tratamento, desde 2002 em Moçambique, a taxa de transmissão vertical do vírus de mãe par ao filho caiu de 30% para menos de 2%. Somente entre 2005 e 2011, o número de mulheres seropositivas a aderir ao tratamento contra a transmissão do vírus ao bebê aumentou de 8 mil para 70 mil”⁴³.

O problema do VIH/SIDA junto com a pobreza e subdesenvolvimento da região, constitui uma inquietação tanto para a Igreja como os governos das nações, assim como das organizações humanitárias, pois é uma grande marcha atrás ao desenvolvimento do continente e da região em particular. Aumenta a pobreza absoluta porque afecta maioritariamente a população em idade activa.

8. Crescimento Populacional e o controle da natalidade (Regulação dos Nascimentos)

A distância que separa entre o norte e o sul faz pensar que na actualidade a humanidade está a experimentar uma luta de fortes contra os fracos ou vice-versa. É inegável que no nosso mundo vive-se uma dominação do norte sobre o sul e que o seu fim último, são o poder e o lucro. Neste âmbito, para fazer frente estes planos usam as relações internacionais e cooperação disfarçadas de saúde reprodutiva, educação sexual,

⁴² Relatório da ONUSIDA em parceria com a OMS e UNICEF, a quando da celebração do dia mundial da luta contra o SIDA. Este documento é citado por Leonardo Chavane, representante do Ministerio da Saúde no seu discurso de abertura nas mesmas celebrações.

⁴³ Conselho Nacional do Combate ao Sida. Moçambique, Boletim Informativo Julho 2013 – CNCS. <http://www.cncs.org.mz/index.php/por/content/download/2209/21601/file/Boletim%2520Informativo%25>

planeamento familiar, paternidade responsável, luta contra o SIDA, saúde sexual, acções do género, desenvolvimento sustentável e outros.

8.1. Causas do Crescimento da População

São vários os factores que concorrem para uma taxa cada vez mais crescente da população mundial e em particular na região austral de África.

8.1.1. Visão Positiva

Pensando positivamente nesta questão de crescimento de natalidade em África, diria que nas últimas duas décadas houve um crescimento económico que de certa maneira contribuiu para a modernização da medicina e aumentou um pouco mais o acesso a assistência sanitária, médica e medicamentosa. As distâncias a percorrer para se chegar a um posto sanitário diminuiu embora não seja a desejada. Aliado a este facto do crescimento económico, diminuiu a taxa de malnutrição. Diminuiu também a “taxa de mortalidade tanto global como a materno infantil em 2,0%”⁴⁴(FNUAP de 01.11.2010). As mortes por malária que é a primeira doença que mais mata em África, diminuiu consideravelmente em alguns países e o HIV/SIDA também está sendo controlado.

Estes factos, fazem com que o número da população cresça cada vez mais. Isto é, o aumento demográfico de África Subsariana em particular, não é porque há nascimento exageradamente descontrolados embora em alguns casos isso seja uma realidade. Mas é sobretudo porque a taxa de mortalidade baixou, a idade média de vida aumentou em relação a 25 anos atrás. Então, o aumento de esperança de vida associada com a redução da taxa de mortalidade e a constante taxa de nascimentos fazem com que a população africana aumente e se pense que a natalidade e a paternidade sejam pouco responsáveis.

Um dos elementos tem a ver com as práticas culturais. Para muitos africanos sobretudo os da zona rural ter muitos filhos é visto como uma riqueza e bênção divina. Uma família com muitos filhos é rica no sentido de que usam os filhos para os trabalhos do campo. Mais filhos mais força produtiva, pois lhe dá a capacidade de trabalhar

⁴⁴ Fundo da População das Nações Unidas (FNUAP). África - Geografia humana: População, organização social (31.01.2015). <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/afica---geografia-humana-populacao-organizacao>

muitos campos e ter muita produção para alimentar a própria família. O outro elemento cultural, é que os filhos são vistos como o garante da continuidade da família (para os da linhagem matriarcal meninas e a patriarcal os rapazes).

Neste sentido uma família com um ou dois filhos é vista como desgraçada e desprovida de meios para desenvolver ou com muita pouca capacidade para produção e sem muita prosperidade.

O outro elemento ligado a laços culturais tem a ver em certos casos e não todos, a prática dos ritos de iniciação, em que os adolescentes (meninas e rapazes), são ensinados toda a vida de uma pessoa desde a concepção até a morte. Para as culturas que têm esta prática, os ritos de iniciação formam um verdadeiro nascimento social dado que marca a passagem da vida infantil para a vida adulta. Os jovens nestes ritos adquirem maturidade, tomam consciência da própria identidade e do lugar que lhe compete na sociedade.

É lógico que ao ensinarem a vida desde a concepção até a morte também fazem alusão das vias que conduzem a mulher a conceber, ou seja, falam da sexualidade de maneira mais profunda e íntima. Por exemplo como tratar o homem antes e depois da prática do acto sexual, como atrair o homem ou a mulher, como cuidar do marido ou da esposa e outros. Este ensinamento naturalmente cada um compreende e interpreta segundo a sua capacidade e educação inicial familiar.

Assim os que interpretam erradamente como acontece muitas vezes, levam como sendo um ensinamento e indução a prática do sexo. A verdade é que isso, para a maioria dos adolescentes cria muita curiosidade e acabam experimentando o sexo antes do tempo. O pior que conduz a essa má interpretação, é que depois da iniciação, os jovens já tomam pleno direito em todas as actividades da sociedade como, participar nos sacrifícios, activamente, sentar-se no meio dos adultos, falar publicamente nas reuniões do conselho da comunidade, tomar parte activa nas festas, visitar outros iniciandos dando-os conhecimentos adquiridos durante os ritos da iniciação anterior e ate arranjar mulher.

Em outras palavras diríamos que, “dos ritos o jovem separa-se do seu mundo e passa a transformação da sua personalidade física, social, psicológica, moral e cultural e

integra-se completamente na sociedade como um membro activo que pode exprimir as suas ideias e contribuir para o bem da mesma”⁴⁵.

Por sua vez, as meninas também “são preparadas emocional e espiritualmente e depois são ensinadas e dadas conselhos como comportar-se antes e depois do casamento; sobre o sexo, a gravidez, e as doenças sexualmente transmitidas; sobre o casamento e o cuidado a ter no marido e nos filhos; como comportar-se adequadamente e com dignidade na comunidade em que vivem e o respeito às outras pessoas”⁴⁶. Daqui já estão preparadas para a sua vida como mulheres. Já não são mais crianças, mas sim mulheres com capacidade de formar família ou ser mãe de família.

8.1.2. Visão Negativa

Outro elemento que causa o aumento da densidade demográfica nesta zona de África está directamente ligado ao próprio problema da pobreza. Na África Austral se não todo o continente, maior parte da população vive na zona rural e suburbana com elevado índice de pobreza. Em alguns países como Moçambique, Malawi, Zimbabwe e outros vivem numa pobreza absoluto, isto é, na média de um dólar norte-americano por dia ou mesmo menos que isso e em algumas situações dormem sem ter posto nada no estômago.

Estas populações não têm nenhuma diversão. Depois das suas machambas, quando anoitece não têm mais nada a fazer a não ser ir a cama e a prática de sexo nesses casos é inevitável. Esta falta de meios de entretenimento, lazer ou ócio que lhes permita a variação de actividades e descarregar as energias e impulsos sexuais, leva a recorrer o sexo como único meio de diversão para os adolescentes e jovens. Como resultado também são os nascimentos descontrolados.

Este é um caso para desafiar a comunidade internacional, sobretudo os países nórdicos que são os principais promotores do controle da população mundial ou regulação dos nascimentos a reflectir sobre as políticas usadas para o efeito. Enquanto se educa essas populações pobres na paternidade responsável, deve-se-lhes proporcionar com meios necessários que lhes ajudem a compreender a necessidade de limitar o numero dos filhos.

⁴⁵ Raul, P. R., *Cultura Tradicional Bantu*, Ed. S. A. P., Luanda 1985, pg. 57.

⁴⁶ Dophne Paizee et Cabinda, Manuel, *Learning English: English Language Class 10*, Longman Mozambique, I. Maputo 2008, pg. 18-19.

Um factor que também contribui para a procriação descontrolada são os meios de comunicação social. A televisão, as revistas pornográficas, filmes pornográficos, associado ao culto do corpo, conduzem as crianças a uma precoce experiência sexual, porque são estimulados com aquilo que consomem nestes meios. Infelizmente, isto como é um negócio e algo que vem do mundo desenvolvido, todos se abstêm dar algum reparo no dano que criam na nossa juventude.

Mas quando se trata de uma prática cultural tradicional como os ritos de iniciação que descrevemos um pouco acima, aí sim, todo o mundo crítica e obriga com leis bem rígidas a abandonarem tais práticas. Estes meios conduzem a um elevado e descontrolado “clima de permissividade, negação dos valores humanos, morais e religiosos”⁴⁷, que podiam fazer frente a esta preocupante situação do crescimento da taxa de natalidade.

⁴⁷ Bermejo, J. C., *Sida, vida en el camino : líneas de acción pastoral*, San Pablo, Madrid, 1990, 26

CAPÍTULO II

TRADIÇÃO BÍBLICA

A Sagrada Escritura é uma mensagem de salvação de um Deus que vai ao encontro do homem e acompanha-o ao longo da sua história. A história tem um tempo específico e circunstâncias concretas. Por isso, a mensagem bíblica respeita as situações particulares socioculturais para que elas possam conformar a boa nova da Bíblia sem conflitos de interesses. Esta diversidade cultural dificulta de certo modo a unidade desta mensagem. Daí que ela torna-se flexível na sua aplicação concreta nos distintos ambientes. Neste contexto, a mensagem bíblica referente a ética sexual deve sempre colocar a moral no centro da vida da comunidade propondo desta forma modelos de vida social adequados para cada situação particular.

As fontes da ética sexual cristã encontram-se na “Palavra de Deus, por onde manam os princípios em ordem moral e religioso (GS 33) e na Tradição, pois a Tradição e a Sagrada Escritura constituem o depósito sagrado da palavra de Deus, confiado a Igreja” (DV 10). Desta feita, ao tratar as questões morais ou éticas segundo a Bíblia, temos que fazer uma aproximação abrangente ou seja lê-lo como um todo e colocar a Jesus, o seu reino e seguimento como o seu ponto central. No momento de interpretar, precisamos sempre de pôr na consciência que devemos fazê-lo à luz da tradição e a vida da Igreja e por fim o Magistério ordinário que regula as normas da mesma.

A questão de regulação artificial de nascimentos ou controle de natalidade (anticonceptivos) não se encontra de maneira explícita na Bíblia. Ela se apresenta referindo a sexualidade e o matrimónio. Em muitas passagens bíblicas tanto do Antigo como do Novo Testamento destacam o valor do amor entre os esposos e a dignidade dos actos conjugais com o mandato de manter a descendência numa fiel e mútua doação,

sem fazer nenhuma menção de anticoncepção. No entanto, embora não trate o assunto explicitamente oferece algumas diretrizes dos princípios fundamentais sobre o controle de natalidade, baseando-se no amor dos esposos. Esta tem como “ponto de partida de toda a sua reflexão posterior, a concepção unitária que tem o ser humano”⁴⁸.

1. A Sagrada Escritura, Alma da Teologia Moral

O Concílio Vaticano II afirma que “a teologia moral se apoia, como em cimento perdurável na Sagrada escritura unida à Tradição (que....) deve ser a alma da teologia”⁴⁹ (DV 24). Isto não quer dizer que a Bíblia tenha todas respostas para todos os casos morais, porque ela não é um documento ou livro de princípios éticos. Tão pouco a tradição tem normas de conduta válida para todas as épocas. Por isso, é sempre necessário sem abandonar a inspiração divina e da tradição, requalificar algumas categorias normativas muito rigoristas e adequar a mensagem bíblica e a tradição ao homem de hoje, na sua cultura/tradição de hoje e segundo as circunstâncias de cada caso.

Não pretendo dizer com isto, que a moral ou a doutrina cristã esteja em constante mudança segunda ou guiada pelas circunstâncias, mas sim adequar a mensagem divina à realidade do homem actual. A Sagrada Escritura e a Tradição, não devem ser um peso ou motivo de tristeza e divisão do povo de Deus, mas sim um elo que une todos formando, assim, uma família humana mais fraterna. No entanto, há sempre necessidade de ter em conta que a Bíblia não é um compêndio de normas morais teológico e tão pouco uma normativa sobre a sexualidade.

Em um tempo em que a evolução das ciências e a técnica exige de todos uma abertura e flexibilidade, na hora de ler e interpretar a sagrada escritura, há necessidade de evitar o fundamentalismo e o liberalismo, sob risco de cairmos na infidelidade ou esvaziar todos os valores éticos contidos nela. A abertura a estes aspectos nos possibilitará a compreensão da mensagem bíblica facilitando cada vez mais a aplicação

⁴⁸ López Azpitarte, E., *Simbolismo de la sexualidad humana. Criterios para una ética sexual*, Sal Terrae, Santander 2001, pg. 60.

⁴⁹ Vico Peinado, J., *Liberación sexual y ética cristiana. Aportaciones a la vida en pareja*, San Pablo, Madrid 1999, pg. 26. Texto original de F. Festorazzi, *Sacra Scritura anima dl vinnovamento della teologia morale*, ScoulCatt 94 (1966) 91-115; E. Hamel, *LEscriture âme de la theologie morale*, Greg 54 (1973) 417-444.

de cada valor nos respectivos ambientes e situações sem entrar em choque nem em contradição com as culturas ou políticas vigentes.

Um estudo hermenêutico feito nestes moldes, “ajudar-nos-á a formular, a partir do texto bíblico, uma ideia fundamental do homem, do que Cristo quis para ele, de como a mensagem bíblica moral há-de ser aplicado hoje”⁵⁰. Esta forma de compreender abriria novos caminhos que permitirá a melhorar algumas normas bíblicas de conduta que já não têm relevância no nosso tempo.

O outro elemento a considerar neste ponto é que apesar de que a Bíblia foi escrita numa determinada cultura com uma linguagem própria dela e do seu tempo, ela não é dirigida somente àquela cultura. Foi escrita por inspiração divina e dirigida para todos os povos, de todas as culturas. Portanto, ela deve responder e adequar-se à realidade de cada cultura e de cada povo, não para destruir as culturas mas sim iluminar e completá-las.

Esta impregnação da mensagem divina nas culturas vai permitir exercer o seu verdadeiro papel de “anunciar e propor o principio activo de esperança e fonte de compromisso em ordem a humanização do homem; denunciar e negar na cultura dominante quanto se opõe a humanização do homem; e integrar e realizar os autênticos valores humanos que vão fazendo sua aparição nas diversas culturas”⁵¹. Quer dizer, em toda mensagem bíblica e sua difusão é sempre importante e necessário observar a exigência de uma leitura dos sinais dos tempos e o respetivo discernimento mais augurado.

1.1. Sexualidade na Bíblia

A sexualidade no seu todo pode se considerar como sendo o modo ou maneira segundo o qual os seres humanos experimentam tanto a incomplementaridade das suas individualidades como as suas relações interpessoais como homem e mulher. Isto é, ela é uma dimensão humana que se apresenta num duplo sentido de encontro e mútua doação.

⁵⁰ Ibid, pg. 30. Citação original de E. Hemel, *La legge morale e i problemi che pone al biblista*, 35.

⁵¹ Ibid, pg 30.

1.1.1. A Pessoa Humana

Para uma profunda e ampla interpretação da sexualidade em relação ao controle da natalidade, precisamos compreender o conceito da pessoa humana no seu todo. Hoje, o conceito da pessoa, afirmada com o cristianismo, não é partilhado em muitos círculos do nosso mundo. Muitas pessoas já não querem a palavra pessoa para entender a unicidade/singularidade, o aspecto irrepetível, o valor inestimável e a santidade do indivíduo, mas querem assinar esta palavra no sentido meramente sociológico.

O sentido da palavra pessoa não é por conseguinte aquela da realidade humana, mas sim aquela da convenção social. Desta forma, é necessário recuperar o verdadeiro e mais amplo significado da pessoa humana que é “aquela substância racional com uma dádiva de consciência, comunicação e transcendência”⁵². Na mesma linha de ideias Mondin define a pessoa humana como sendo “um indivíduo dotado de autonomia quanto ao ser, consciência, de comunicação e de autoconsciência”⁵³.

A pessoa humana reconhece no seu ser que no respeito da sua unicidade, a existência racional e social, a presença no mundo e a própria existência. Através destes aspectos, a pessoa humana manifesta a sua sexualidade no mundo. Por isso, a totalidade da pessoa humana consiste no reconhecimento total da vida afectiva, familiar, social, cultural, e espiritual para manifestar plenamente a sua sexualidade no mundo.

1.1.2. Sexualidade Humana

Tudo o que Deus fez é bom e perfeito, embora os homens distorçam esta beleza que existe em cada homem e mulher criado por Deus. O relato da criação vem repetindo esta beleza ao fim da criação de cada coisa que veio culminar na criação do homem mais próximo a Ele, pois criou-o à sua imagem e semelhança. Nesta criação, o homem foi criado como sexuado, pelo que falar do ser humano implica falar da sua sexualidade mesmo que seja de maneira indirecta.

O primeiro dado fundamental da pessoa e da existência humana é de pertencer a um sexo. Esta diversidade tem como fim a complementaridade dos dois sexos, o encontro com o outro e mútua doação (amor –caridade) e permite corresponder plenamente o desígnio de Deus, quer no plano físico como no psico-espiritual. Ela

⁵² Mthokozisi Maseko, *Notas de aulas de Antropologia Filosófica*, Cedara 1996.

⁵³ Mondin, B., *O Homem quem é? Elementos da Antropologia Filosófica*, São Paulo 1980, pg. 297.

revela a expressão do eu profundo (interioridade, unicidade, espiritualidade, comunhão, comunicação e encontro). Nesta perspectiva, a sexualidade humana “é uma manifestação concreta do chamamento divino à complementaridade, vocação estendida a cada pessoa em cada acto da criação enraizada em cada essência da existência humana”⁵⁴. Desde os primórdios da humanidade das antigas culturas humanas, “a união sexual era santificada, enquanto que reproduzia uma acção divina, pois essas culturas relacionavam esta união com o mundo transcendente que se davam as relações sexuais entre deus pai e a deusa mãe.

Portanto, a sexualidade e as suas múltiplas manifestações apareciam como sagrados por ser uma imitação das experiências que se davam no mundo dos deuses. Apesar de o sexo não pertencer ao mundo dos deuses, nem por ela se considera profano, pois fica vinculado com o criador. A sexualidade recebeu uma significação religiosa e uma realidade santa por haver surgido das mãos criadoras de Deus”⁵⁵.

Ela é dom gratuito de Deus que reflete um algo de amor do mesmo Deus e faz parte do plano original da criação sobre a humanidade e o mundo; “ela é digna e boa e nada tem de mal que possa provocar vergonha (Gén 1,31), é uma expressão carnal de uma realidade espiritual e de amor pessoal. Ela “goza de um privilegio de homem inteiro, nela o corpo e alma se encontram”⁵⁶ (Charbonneau 1968, 338-50). Portanto, a sexualidade verdadeiramente humana é um sinal de amor, um dom e uma oblação ou doação.

A sexualidade enquanto fonte de comunicação e de comunhão entre os componentes do género humano, é fonte de todo o relacionamento interpessoal, diferente do domínio genital. É frequente ouvir falar de pessoas que a sexualidade é coisa suja, proibida, má e muitos outros adjectivos negativos sobre ela. Isto porque elas ainda não distinguem entre a sexualidade e o exercício genital. Elas vêm na sexualidade sobretudo os abuso e os desvios.

Em suma, a Bíblia coloca o tema da sexualidade humana na concepção da pessoa humana como uma entidade unitária. Esta afirma que a sexualidade é uma parte

⁵⁴ Kosnik, A. et Al., *Human Sexuality: New Directions in Catholic Thought*, Search Press, London 1977, pg. 82-83.

⁵⁵ López Azpitarte, E., op. cit., pg. 63.

⁵⁶ Charbonneau, P. E., *Moral Conjugal no século XX*, Editora Herder, São Paulo 1968, pg. 338-350.

integral da pessoa e vê a pessoa como um ser que está em relação com Deus e com os outros através da vivência harmoniosa e ordenada da sua sexualidade.

2. Antigo Testamento

Desde o Antigo Testamento compreendemos que a prominência da prática sexual relacionada ao culto do povo no período pós exílio, levou os líderes religiosos e os Padres da Igreja a ter um ponto de partida acerca desta matéria. Apesar da má interpretação deste, os filhos eram vistos como um dom de Deus (Sal 127,3) e as crianças como uma bênção (Sal 128, 4). Assim defende Kosnik a alusão a esta visão que “nos primeiros quatro capítulos de Génesis, refere que a sexualidade é uma coisa querida e que sai da vontade de Deus, e não há nada de embaraço ou de vergonha em nenhum caso. Na tradição Yahwística relaciona-se a sexualidade com o problema da solidão do homem”⁵⁷. Desta feita a procriação torna-se consequência ou resultado directo do plano de Deus, “multiplicai-vos e enchei a terra” (Gén 1, 28).

2.1. A Tradição Sacerdotal e Yahvista

Os fundamentos procriador no Antigo Testamento encontramos no livro de Génesis. Desde o primeiro momento da criação do Homem ou do primeiro casal (Adão e Eva), Deus esteve sempre presente no deles. Tanto na tradição sacerdotal (Gén 1, 26-28) como a tradição Yahvista (Gén 2, 18-24) defendem a presença divina de uma forma directa. Então disse Deus: “ façamos o homem a nossa imagem e semelhança. Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus Ele criou; e criou-os homem e mulher” (Gén 1, 26-28).

Ao criar o homem à sua imagem e semelhança, Deus atinge o ponto mais alto da sua obra criadora. A humanidade é o centro da criação. Na mesma linha se notabiliza a intenção de Deus na criação do primeiro casal: “Deus disse, não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer-lhe uma auxiliar que lhe seja semelhante... e Deus fez cair um sono profundo ao homem e ele adormeceu. Então tomou uma costela do homem e da costela tirada do homem modelou uma mulher e apresentou-a ao homem...(Gén 2, 18-24).

⁵⁷ Kosnik, A. et Al., *Human Sexuality: New Directions in Catholic Thought*, Search Press, London 1977, pg. 8

Neste sentido, o homem é chamado a colaborar e a participar através da sua sexualidade no poder criativo de Deus e a mulher formada da costela do homem, está destinada para sua companheira, ambos unidos num mútuo amor e admiração.

Notar que o ponto central da criação é a dimensão procriadora da sexualidade humana, “Deus abençoou-os e disse-lhes: sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra” (Gén 1, 28). Desde este ponto de vista, é inegável que o papel do primeiro casal era de dar continuidade a espécie humana através do uso racional da sua sexualidade. Logo nos primeiros momentos da existência do homem e da mulher, foi abençoada a fecundidade do matrimónio como condição para a digna multiplicação do género humano.

Da Tradição Sacerdotal (Gén 1, 26-28), pode-se inferir nos seguintes temas: primeiro que o homem tem o mandato de Deus de proteger o corpo social e integrar a sexualidade no projecto da criação (multiplicar e encher a terra); em segundo lugar que de acordo com a lei divina e humana, a sexualidade pode ser impura quando ela põe em causa a ordem querida por Deus seu criador, ultrapassa os limites da ordem fundacional; terceiro que o homem criado à imagem e semelhança de Deus, é um ser relacional. Ao serem criados homem e mulher (um casal), a solidão, o individualismo ou egoísmo ou fechamento, não têm razão de existir. No entanto, é preciso distinguir e nunca confundir ou pôr no mesmo nível a dimensão sexual com a da fecundidade. Eles são dois elementos distintos embora façam parte integrante da sexualidade.

Por outro lado, a Tradição Yahvista (Gén 2,18-25) faz notar que tanto animais como o homem foram criados a partir da terra, têm a mesma origem na ordem da criação. Que o homem ao reconhecer a mulher carne da sua carne e osso dos seus ossos, os dois estão destinados a formarem uma comunidade de vida de amor, que vivem complementando-se um ao outro e num ambiente de mútua ajuda. O “deixará” pai e mãe para se unir a sua mulher, mostra a profunda união e doação incondicional que devia ligar o primeiro casal e que deve por consequência da sua fé, orientar to o casal cristão.

2.2. O Carácter unitivo da sexualidade humana

A grande e maravilhosa oferta que Deus deu a Adão foi a mulher sua companheira. O “não é bom” que o homem fique sozinho, vou fazer-lhe uma auxiliar... descrito em Gén 2, 18, é sinal de que Deus não quer ver o homem solidário e

infecundo, mas sempre unido com uma semelhante em um fecundo amor e mútua entrega. “Por isso o homem deixará pai e mãe, para juntar-se a sua mulher e os dois serão uma única carne” (Gén 2, 24). Desde então, no grito de Adão, este é osso dos meus ossos e carne da minha carne, o homem se sente completo na companhia e feliz união da mulher.

Aqui não há sombras de dúvidas de que a mulher é alegria do homem e que “a realidade sexual, a chamada recíproca entre o homem e a mulher fica orientada desde os seus começos a essa dupla finalidade. Uma relação pessoal, íntima, um encontro na unidade, uma comunidade de amor, um diálogo afetivo pleno e totalizante, cujo palavra e expressão mais significativa se encarna na entrega corporal; e por outro lado, que esta mesma doação, produto do carinho, se abre a uma fecundidade que brota como destino e consequência”⁵⁸.

2.3. A fecundidade obra de Deus

Tanto na antiguidade como nos nossos tempos a fecundidade foi sempre vista como um elemento muito importante em todas as culturas e povos, não somente por questões religiosas, como também em termos de continuidade, herança e como fonte de riqueza para as famílias.

No ambiente rural e camponês sobretudo nos países em desenvolvimento, ainda hoje os filhos continuam a ser recebidos como uma bênção de Deus e uma grande fonte de rendimento familiar. Quem tem “muitos” filhos possui maior possibilidade de cultivar grandes extensões de terra que lhe proporcione a produção de riqueza, pelo menos para o sustento familiar que aqueles que tem um ou nenhum filho. Partindo deste ponto de vista, podemos deduzir que “a procriação aparece como um valor religioso fundamental. Desde a primeira chamada a encher a terra, como fruto da bênção divina (Gén 1, 28), a promessa de uma prosperidade aparece vinculada com uma dádiva de Deus, a felicidade do homem”⁵⁹.

O desejo de chegar a ser mãe e pai de família é uma realidade inegável dos esposos. Quem não atinge esta dimensão conjugal em muitas culturas é visto como uma desgraça. Nesta ordem de ideias, a esterilidade é considerada como um castigo, uma vergonha, uma terrível maldição e a fecundidade como um dom absoluto, algo que é

⁵⁸ López Azpitarte, E., op. cit., pg. 67.

⁵⁹ Ibidem.

necessário conseguir de forma e por meios que sejam, sem reparar-se em escrúpulos excessivos”⁶⁰. Assim, o matrimônio não podia ser outra coisa que um grande símbolo e imagem da aliança que Deus selou no homem desde a criação por amor ao mesmo homem e isto explica profundamente a existência e o acompanhamento do criado a imagem e semelhança de Deus.

2.4. Mudança de paradigma sobre a fecundidade

Nos livros Sapienciais começa a mudar a maneira de compreender a visão da fecundidade. Apresenta a parte humana do amor e da sexualidade. A experiência do exílio, as normas, prescrições rituais, os tabus sexuais que orientavam a sociedade na sua convivência, sofreram muitas alterações quase em todas dimensões; tanto no seu comportamento como na visão das coisas, na moral, na família, na religião. Mudaram a sua maneira original de viver.

A partir desta época “a fecundidade já não aparece como um bem absoluto, nem a esterilidade, portanto, é considerada como maldição. Desaparece em grande parte a poligamia e a lei do livirato não tem vigência. A masculinidade não se qualifica no facto de ter filhos, mas sim em outras atitudes éticas mais importantes. Uma fecundidade puramente biológica não tem sentido sem o temor do Senhor. Se acentua a grandeza do amor conjugal e a importância da mulher como ajuda e companheira”⁶¹.

Nesta nova perspectiva, a mulher deixa de ser vista como mero instrumento de conservação da espécie humana; a função feminina já torna-se algo mais que puramente de maternidade. Isto não quer dizer em nenhum momento que o desejo da mulher de chegar a ser mãe é descartado. A maternidade ou a fecundidade continua tendo o seu valor, mas não de forma absoluta.

2.5. O Amor no livro de Cântico dos Cânticos

A linguagem da mensagem do Cântico dos Cânticos numa primeira vista parece profundamente profana pela forma erótica como trata a sexualidade. Ele expressa claramente sentimentos práticos de pessoas loucamente apaixonadas um pelo outro. Isto leva alguns críticos a questionar se de verdade este livro é de inspiração divina. Mas a verdade é que se alguém quer encontrar se Sagrada Escritura um evangelho de amor humano, procura neste livro. O Cântico dos Cânticos é um evangelho de amor que

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibid., pp. 72-73.

“realça o amor sexual humano independentemente da fertilidade, como o livro dos Provérbios 31, louva a boa esposa tanto por sua fecundidade como pela sua prudência”⁶².

Longe do pensamento profano sobre ele, o que se pode dizer é que o Cântico dos Cânticos apresenta “um amor carregado de emoções e afectos, enraizados na beleza física da pessoa amada. Desvela o símbolo clássico da alegoria nupcial para descrever as relações entre o Senhor e o seu povo; uma união mística entre Cristo e a alma. O aspecto unitivo da sexualidade se explica com plena evidencia. De um lado acentua-se a importância da procriação e do outro sublinha a primazia do amor”⁶³.

A pesar desta grande e esplendida visão positiva do encontro amoroso do Senhor com o seu povo que o evangelho do amor nos apresenta, o homem na sua limitação e busca insaciável do prazer amoroso, tem prevaricado o projecto inicial de Deus. O “ideal da sexualidade, como vínculo unitivo e como força procriadora, ou seja, como amor fecundo e como fecundidade amorosa, fica manchado por perversões de todo tipo: divórcio, poligamia, fornicção, prostituição, incestos, adultérios, orgias, crimes passionais, ciúmes e invejas, violações, bestialidade e outros, como se o projecto do primeiro do casal, na manha da criação, fosse uma ingénua utopia”⁶⁴.

Como se pode ver, o bem e o mal vão de mãos dadas. Por isso, para não dar mais campo de acção ao pecado/mal em detrimento do bem, é preciso saber equilibrar os desejos e os sentimentos sexuais. O pecado desvirtualiza o valor da sexualidade e da fecundidade humanas. Não se deve sobre estimar o valor da liberdade sexual e tão pouco sobre exaltar a visão rigorista e condenatória dela. É necessário saber não dizer sim a tudo nem não a tudo. Equilíbrio consciente para fazer escolhas livres e bem acertadas é requerido.

O problema que se coloca aqui é que em “geral a mulher não é tratada em plano de igualdade. Se permite a poligamia e o concubinato com a escreva. Um homem não casado que mantenha relações sexuais com uma mulher solteira é multado e obrigado a

⁶² De la Torre, J., op. cit., pg. 25.

⁶³ López Azpitarte, E., op. cit., pp. 73-4.

⁶⁴ Ibid., pg. 75.

casar-se com ela, mas se a jovem tiver faltado secretamente a castidade, é apedrejada (Dt 22, 13-29). O divórcio, somente pode obter o marido”⁶⁵.

Encontramos um grande contraste em relação a mulher e a sexualidade. De um lado se louva a mulher, se vê como companheira perfeita do homem, com suas virtudes femininas é alegria do marido e da sua casa, a fecundidade ou a fertilidade da mulher é vista e recebida como uma ornamento da sua casa, bênção divina, uma riqueza. Do outro lado, ela estas suas dimensões sexuais, a sua capacidade de atrair o homem é visto como um desastre, ligada ao pecado. Se dá o caso da “Eva e Dalila que são conotadas como tentadoras do pecado (Gén 3 3 Jue 16), ou Betsabé com ocasião de queda de David e Tamar de Amón. Ou ainda no Salmo 50, 7 onde se lê em pecado nasci e em pecado me concebeu minha mãe”⁶⁶.

2.6. O Onanismo

O texto bíblico que fala e condena a anticoncepção de forma clara se encontra em Gén 38, 8-10 sobre a lei do livirato ou onanismo. Segundo a lei do livirato (cunhado) quando o marido morria sem deixar descendências, o seu irmão era obrigado por esta lei a unir-se à viúva sua cunhada e a criança que nascesse era considerada filha do falecido. Esta lei visava salvaguardar o direito à descendência e conservar a herança no âmbito da família (Dt 25, 5-10). Onã foi condenado a morte por praticar ou cometer o pecado de anticoncepção ilícito ao “derramar o sémen por terra a fim de não dar descendência ao seu irmão” (Gén 38,9). O castigo de Onã não foi por não respeitar a lei do livirato, mas por praticar uma acção que desagradou a Yahvé” (Gén 38, 10), cometer uma acção abominável, uma anticoncepção ilícita; usar a união sexual/conjugal de forma egoísta quebrando a aliança matrimonial.

Segundo a lei da propagação da descendência, livirato, a anticoncepção nas suas variadas formas é acto desonesto e egoísta. Aqueles que provocam casar ou dar-se em casamento com uma mulher estéril sabendo a sua condição “actua somente por prazer e é condenável. As pessoas que fazem uma acção de matar a vida do sémen à medida que se depreende, se declaram inimigos da natureza”⁶⁷ (De la Terra pg. 30).

⁶⁵ De la Torre, J., op. cit., pg. 25-26.

⁶⁶ Ibid., pg. 26.

⁶⁷ Ibid., pg. 30.

3. Novo Testamento

O Novo Testamento igual que o Antigo Testamento, não tenta providenciar uma completa e sistemática ética na conduta sexual. Contudo, alguns valores directivos são apresentados que até hoje a Igreja apostólica segue. Jesus quanto a este tema não proclamou nova ética, mas centrou a atenção no melhor pensamento do seus dias pondo assim o homem e a mulher no mesmo nível no sentido prático e na vida real.

Jesus fala da sexualidade relacionando-a com o matrimónio e a virgindade que quando são bem vividas tornam a sexualidade plena, boa, desejosa e frutífera. Neste contexto nos escritos Paulinos encontramos exaltações no que diz respeito à vida matrimonial como símbolo de união de Cristo com a Igreja (Ef 5, 22-33) e que esta união é grande mistério de revelação de profundo significado.

Importante referir que Paulo compara a relação entre Cristo e a Igreja com a visão do matrimónio na sociedade antiga, onde a mulher devia submeter-se inteiramente ao marido. De facto, Cristo é cabeça e salvador da Igreja e esta deve submeter-se a ele como seu Senhor. Numa concepção actual de relação marido-mulher, onde existe igualdade de direitos e deveres, Paulo certamente faria outro tipo de aplicação.

A questão anticonceptiva neotestamentária está ligada aos valores contidos no amor matrimonial nas mais distintas dimensões como a “virgindade, o matrimónio, como uma instituição, a relação sexual como boa e sagrada, o valor relativo da procriação, os actos sexuais pecaminosos, a conduta sexual *contra natura*, o conceito do pecado original, a aversão a *pharmakeia* e outros”⁶⁸.

A pregação de Jesus trouxe muitas e profundas mudanças no seio da tradição do seu tempo sobretudo em relação a mentalidade discriminatória que tinham contra a mulher e a sexualidade. Embora Ele não tenha tratado directamente a questão sexual, a contundência dos seus discursos sobre os aspectos ligados a sexualidade humana, valeu para a mudança de paradigma. Com a Boa Nova trazida por Jesus, a mulher já pode participar plenamente na comunidade; a sua dignidade é reconhecida e respeitada e não é vista como perigosa. Jesus ensina não a discriminação entre mulher e homem ao afirmar que “já não há diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre o homem e a mulher, pois todos vós sois um só em Jesus Cristo” (Gal 5, 28). Quer dizer

⁶⁸Ibid., pg. 31-34.

que, em Jesus Cristo, portanto, os homens ficam libertos de toda e qualquer lei e de qualquer diferença que possa privilegiar a uns e marginalizar a outros.

3.1. Jesus e a Ética Sexual

A ética que Cristo veio trazer para a humanidade é a de responsabilidade e não de proibições e condenações e chama a tomar com mais seriedade a questão do comportamento sexual evitando tudo aquilo que possa desviar o comportamento humano sexual. Por isso mesmo, em Mateus se lê que “se teu olho direito é causa de pecado, arranca-o e lança-o fora.....se a mão direita é causa de perdição, corta-a e lança-a fora....”(Mt 5, 29-30).

Jesus radicaliza até à interioridade a fidelidade matrimonial, apelando ao amor verdadeiro e leal. Isto porque o adultério começa com um olhar de desejo e o mal deve ser cortado pela raiz. A questão da mão neste sentido, é uma alusão à masturbação que se deve evitar, não se refere somente no sentido imaginário e luxúria que acompanham mas também ao desperdício da semente do sémen derramado por terra.

Paralelamente a esta, encontramos em Marcos a menção de cortar o mal pela raiz e ainda com um castigo severo para os que escandalizam os pequeninos (no uso das suas mãos, pés, olhos). Esses devem ser lançados ao mar com uma pedra de moinho amarrado no pescoço (Mc 9, 42-48). Os pequeninos que esperam confiantes numa sociedade mais humana, mais fraterna e mais igualitária, ficariam escandalizados se os seguidores de Jesus andassem a procura de poder e formassem uma casta privilegiada. Do outro lado, seria trair a missão de Jesus. Na perspectiva do nosso tema, a referencia dos pés e das mãos, podia-se relacionar com o pénis que se pode vincular ao abuso dos menores.

Os castigos mencionados referem à prevenção dos abusos, para que a comunidade dos discípulos seja um lugar onde as crianças e as mulheres se sentem seguras e acarinhadas. O fundamento desta tese é que estas duas classes da pessoa humana ou da comunidade são mais vulneráveis aos tais abusos e relações de poder, por mais que tenha havido um acordo consensual entre as partes. Esta situação se faz sentir mesmo hoje, muitos dos detentores de poder tomam sempre vantagem dos que têm menos poder para a sua satisfação egoísta.

Jesus sublinha muito o valor da “virgindade e assim como a pobreza e ser como criança, como sinais positivos da vinda do reino dos céus. Na ressurreição, os homens e as mulheres não se casarão nem se darão em casamento, pois serão como os anjos do céu (Mt 22, 30). Jesus exclui qualquer consideração do matrimónio e Paulo de Tarso proclama que é bom para o homem não tomar mulher”⁶⁹ (1Cor 7,1). O texto do Apocalipse realça a virgindade referindo que os cento e quarenta e quatro mil marcados que foram resgatados da terra, são os que não se contaminaram com mulheres, são virgens (Ap 14, 3-5). Estes não se prostituem, nem mantem, tão pouco se submetem aos falsos absolutos, pois são fieis a Deus e seguem o cordeiro, dando testemunho de Jesus até ao fim.

No que refere ao matrimónio como uma instituição Jesus reafirma o projecto original de Deus de formar homem e mulher para eles formarem por sua vez uma comunidade de amor. Portanto, o matrimónio como encontro de amor é bom (Gén 1-2) e que ele tem a sua origem em Deus (Mc 10, 1-12). Deus une homem e mulher, por isso, Jesus recusa ver o matrimónio a partir de permissões legalistas. Ele reconduz o matrimónio ao seu sentido fundamental: aliança de amor e como tal, abençoado por Deus e com vocação específica de eternidade. Diante deste principio fundamental, marido e esposa são igualmente responsáveis por uma união que deve crescer sempre, e os dois se equiparam quanto aos direitos e deveres familiares.

3.2. Teologia Paulina

Partindo de Ef 5, 22-23, percebemos que a união carnal dos esposos é símbolo da relação de Cristo e a Igreja – a relação sexual é boa e sagrada – ao comparar a relação entre Cristo com a Igreja com a visão matrimonial na sociedade antiga, onde a mulher devia submeter-se inteiramente ao marido, não quer dizer que a mulher seja objeto de prazer escrupuloso do homem. Na concepção cristã actual onde marido e mulher têm igualdade de direitos e deveres, seguramente Paulo faria outra aproximação diferente desta.

Diante dos exageros na comunidade cristã sobre a liberdade sexual no matrimónio e o celibato como a única condição para viver o Evangelho Paulo apresenta uma alternativas as anteriores posições salientando que a virgindade ou o celibato não

⁶⁹ Ibid., pg. 31.

devem ser uma imposição e que o matrimônio é bem aceitável para os que não podem controlar os seus impulsos sexuais:

“o marido cumpra o seu dever conjugal para com a sua esposa, e a esposa faça o mesmo com o marido. A esposa não é dona do seu corpo, mas sim do seu marido. Do mesmo modo, o marido não é dono do seu corpo, mas sim da sua esposa. Não se recusem um a outro, a não ser que estejam em comum acordo e por algum tempo, para se entregarem a oração; depois disso, voltem a unirem-se, a fim de que satanás não os tente por não poderem dominar-se. Digo isto como concessão, e não como ordem” (1 Cor 7, 3-6).

Esta passagem paulina, refere taxativamente a igualdade que deve existir entre marido e esposa, tanto nos direitos como nos deveres. Para tal, ninguém deve obrigar a ninguém; tudo deve ser consensual e que as relações sexuais é algo de direito e dever entre os esposos. Consciente das necessidades e da fragilidade humana, ele coloca no devido lugar tanto o celibato como o matrimônio. A virgindade goza das preferências de Paulo; no entanto, mostra que se trata de “um dom , uma vocação, que para o celibatário não significa nenhum mérito. O matrimônio é o lugar por excelência da união e da vida sexual; uma união indissolúvel, feita de dom e disponibilidade recíproca” (Ef 5, 4-33).

A aversão a *pharmakeia* ou seja uso de drogas ou substâncias associadas normalmente a magia; Paulo denuncia o seu uso (Gál 5, 20) e o livro do Apocalipse condena aos que usam a *pharmakeia* (Ap 21, 8; 9,21) e situa-os fora da cidade celeste junto com os fornicadores, assassinos, idolatras, irresponsáveis (Ap 22, 15). Para Paulo, o uso da *pharmakeia* é uma impureza que perverte o amor humano; é uma idolatria e a feitiçaria que perverte a relação com Deus, único absoluto; cria divisões pervertendo assim as relações sociais e produz a perda de dignidade humana.

Em suma, segundo a visão paulina, pelo baptismo todo o homem e todos os componentes do seu corpo foram transformado pela presença salvadora de Cristo. Desta feita “o corpo participa também deste destino que lhe leva a converter-se numa realidade sagrada, propriedade exclusiva de Deus: daí, a urgência de glorificar a deus no próprio corpo, embora a tal glorificação não seja possível enquanto a união sexual não manifeste a plenitude e totalidade do seu significado. A relação sexual autêntica não é valer-se do outro para alimentar uma urgência de prazer ou ver vício psicológico, mas sim para viver uma comunhão a níveis mais profundas”⁷⁰.

⁷⁰ López Azpitarte, E., op. cit., pg. 77-78.

Para os estoicos e os cristãos, a preocupação estava em “formar as pessoas em virtudes, em cumprimento da ordem familiar e lei natural. O controle dos desejos sexuais mediante a razão. Evitar de toda actividade física que faz o homem escravo do seu próprio corpo. Séneca condena o adultério pelos problemas e desordem que causa. A finalidade principal do matrimónio era a propagação da raça, e esta finalidade racional baseada na natureza ajudará a moderar o excesso nas relações matrimoniais. Musonio Rufo defendia que o acto conjugal por prazer mesmo dentro do matrimónio é reprimível”⁷¹.

3.3. A Comunidade Primitiva e a anticoncepção

Para reagir e responder as atitudes anticonceptivas do seu tempo, a comunidade cristã primitiva afirmou-se com a sua doutrina cristã à hostilidade dos gnósticos a procriação por um lado, e contra a indiferença romana à vida embrionária e infantil por outro. Desde o Antigo Testamento “defendeu o valor da fecundidade e do matrimónio e com recurso ao Novo Testamento denunciaram algumas condutas não permitidas; que a lei natural servia para demonstrar que certas normas da natureza são comuns aos cristãos e judeus.

Para Ireneu, Cristo não havia abolido a lei natural. Mas encontra nos três sentidos da lei natural na argumentação sobre a sexualidade: o processo sexual é como uma sementeira num campo; o que fazem os animais é natural e que a natureza é uma estrutura discernida no corpo humano na função de cada órgão. Os olhos são para ver, a sua função era natural. E por fim, que o natural um meio de ensino que reforçava posições prévias. Há uma função pedagógica da natureza”⁷².

Os estoicos não incluíam quase nada sobre a anticoncepção porque não era causa de preocupação para eles. A esta doutrina anticonceptiva se encontra no texto de Musonio Rufo que defende a “proibição de induzir as mulheres ao aborto; castigo aos que não obedecem a estas normas; proibição de incitar a falta de filhos e evitar a concepção e prémio aos que tivessem muitos filhos. Portanto, a falta de filhos devia ser motivo de penalização....”⁷³ (Ibid pp. 36-37). Na mesma ordem de ideias, os neoplatónicos condenavam as relações sexuais que não tenham fins procriativo. Não ao acto sexual por mero prazer e para dar relevância as prácticas rituais.

⁷¹ De la Torre, J., pg. 34-35.

⁷² Ibid., pg. 39-40.

⁷³ Ibid., pg. 36-37.

O controle da sexualidade tinha também como razão de ser a protecção da própria vida. Por exemplo, Séneca nega as relações sexuais durante a gravidez, por causa do perigo que implicava para o feto, ou durante a amamentação porque a mulher pode ficar grávida e cortar a produção do leite para alimentar o bebé. Ainda o acto sexual durante a menstruação que se interpreta também como forma de proteger a criatura. E na causa e fundamento principal estava na protecção da vida futura.

Este argumento de protecção da vida abriu caminho para as “primeiras condenações e críticas anticonceptivas. Em *Didache*, o caminho da morte está feito do uso da *pharmakeia*, que são drogas usadas como abortivas e contraceptivas. Clemente afirma que, devido a sua instituição divina para a propagação do homem, o sémen não deve ser ejaculado em vão, nem danificado, nem malgastado. Municio Félix opõe-se a conduta cristã daquelas das mulheres pagãs que bebem drogas que extinguem o nascimento do futuro homem e antes de nascer, já cometem partocídio (Octaviano 30,2)”⁷⁴.

Segundo a mentalidade estoica do fim procriativo e sua visão naturalista, a anticoncepção atenta contra a vida em que o processo da gestação de nova vida é sagrada e portanto, é necessário evitar toda interferência que possa danificar ou eliminá-la.

4. Tradição Cristã

A tradição cristã é uma transmissão constante da palavra de Deus em virtude do Espírito Santo mediante o ministério da Igreja para a salvação de todos os homens; por isso, o ideal da ética cristã da sexualidade é de ser tradicional e permanecer firmemente ancorada na tradição. A sua dimensão tradicional será fruto de fidelidade a realidade percebida em cada presente situacional. O recurso a tradição, longe de ser imóvel, pode proporcionar-nos um conhecimento mais fundo do *kerigma* e a estimular-nos a não olhar o passado com nostalgia, mas a viver com perspicácia as possibilidades do presente na nossa própria situação e cultura”⁷⁵.

A tradição cristã fundamenta que a sexualidade é uma dimensão construtiva, fundamental e essencial da vida da pessoa humana à qual ela não pode renunciar. O

⁷⁴ Ibid., pg 43

⁷⁵ Vico, J., op. cit., pg 32.

corpo da pessoa, a sua voz, maneira de ser, de pensar, de amar e a sua estrutura, tudo está caracterizado por sexualidade. Todas as suas relações são sexuadas. “A pessoa humana é profundamente afectada por sexualidade e que deve ser considerado como um dos factores que dá ao individuo uma vida espiritual que distingue a ela. Da sexualidade a pessoa recebe a característica que ao nível biológico, psico-espiritual faz a pessoa um homem ou uma mulher e daí o seu largo progresso em direcção a maturidade e inserção na sociedade”⁷⁶.

É importante saber distinguir a sexualidade (dimensão da pessoa) da mera genitalidade (exercício da primeira numa união sexual). Ela deve ser assumida na dimensão salvífica. Do outro lado, a tradição Conciliar “ensina explicitamente que ela é ordenada com Deus para o amor conjugal e que de volta o amor é ordenado a procriação e educação das crianças”⁷⁷ (Hamigan 1982, pg. 23). Em suma, a tradição crista vincula a sexualidade a dimensão procriativa e unitário da comunhão do amor dos parceiros. Afirma também a dignidade do corpo humano como obra de Deus, a legitimidade do casamento e da união sexual.

4.1. Santo Agostinho e São Gregório

Santo Agostinho vincula a sexualidade com a concupiscência, portanto, pecaminosa. Durante estes onze anos Agostinho viveu como maniqueio e depois se converteu ao cristianismo. Os maniqueios viam o matrimónio como pecado porque um homem nascido dele é uma criatura do demónio, manchado pelo pecado original; desprezavam a procriação e denunciavam todo tipo de relação sexual como fornicação.

Para os católicos o matrimónio é bom mas o homem nascido da concupiscência atrai consigo o pecado original. As relações maritais são combinação entre o bem e o mal. Para legitimar as relações sexuais vincula ao fim procriativo”⁷⁸. Como se pode ver, após a conversão ao cristianismo, Agostinho elabora uma moral que se opõe à doutrina maniqueia que condenava a procriação e exaltava liberdade absoluta do sexo e une o acto sexual a procriação e avalia como boa coisa ter filhos no matrimónio. “Três bens ao matrimónio: descendência (filhos), fidelidade e estabilidade simbólica (sacramento). Na mesma linha de pensamento, o papa Gregório (590-604), defendia que o acto sexual em si, não é pecado nenhum, nem tão pouco com sua relação com a concupiscência,

⁷⁶ Kosnik, A. et Al., op. cit., pg. 50.

⁷⁷ Hanigan, P. J., *What are they saying about human sexuality?*, Paulist Press, New York 1982, pg. 23.

⁷⁸ De la Torre, J., op. cit., pp. 46-52.

mas sim o prazer que liga a ela. Quando os esposos desejam ter filhos, não pode evitar a mistura do prazer anexo no acto, então os esposos transgridem a lei do matrimónio”⁷⁹.

Para Agostinho, as relações maritais têm um fim que as salva. A procriação justifica o acto marital. Daqui ele apresenta a sua tese condenatória do anticoncepção:

“... os que procuram somente o prazer no acto conjugal, impedindo a geração dos filhos mediante uma má oração ou mau acto, a estes por mais que se chamam marido e mulher, não são; nem guardam a essência do matrimónio, mas sim que cobrem um infame com um nome respeitável. Eles se traem a si mesmos. A crueldade luxúria lhes levam a procurar ainda mais venenos de esterilidade e se estes não servem, então extinguem e destroem o feto no ventre de algum modo, preferindo que a sua descendência morra antes que viva, ou, se já vivia no ventre, preferem mata-la antes que nasça. Sem dúvida, os esposos desta classe não estão casados e si forem assim desde o começo eles não estão unidos em matrimónio, mas sim na desonra. Se são desta classe, me arisco a dizer que ou a mulher é de alguma maneira a prostituta do seu marido ou este é adúltero com a sua própria esposa (1, 15, 17)”⁸⁰.

Em poucas palavras podemos dizer que Agostinho condena a anticoncepção, o uso de venenos para esterilização e o aborto de qualquer das formas. Ele condena a anticoncepção artificial mas também algumas formas naturais como o coito interrompido e justifica a relevância dos maritais somente se forem por fim procriativo.

4.2. Anticoncepção na Alta Idade Média

Segundo as análises medicinais feitos nesta época aos animais, são vários os factores que provocam a esterilidade como o “excesso de frio, calor ou sequeira. As humidades fazem o sémen demasiado escorregadio. Algumas vezes os alimentos ácidos têm efeitos desidratantes ou refrigerantes sobre o sémen masculino. Outras coisas podem ser os defeitos nos membros gerativos. O pénis pode ser demasiado curto, a vulva demasiada longa ou estreita, os nervos genitais podem estar lesionados, os vasos de esperma estar debilitados ou cortados. Também os erros humanos podem causar a esterilidade”⁸¹.

Os anticonceptivos nesta época eram usados por vários motivos. De entre eles se acentuava mais por maldade, *tornar o inimigo estéril* para que não venha a ter descendência e assim em tempos de conflitos ou guerra podia sair em desvantagem por

⁷⁹ De la Torre, J., Notas de aulas da cadeira da ética do amor e da sexualidade. Comillas 2015.

⁸⁰ De la Torre, J., op. cit., pg. 53-54.

⁸¹ Ibid., 71.

falta de pessoas para fazer frente à luta. A outra razão era por *motivos económicos*; esta é uma das causas da prática do coito interrompido porque não queriam ter filhos que não podiam sustentar devidamente. Em vista ao bem estar e saúde da mulher, encontramos o terceiro motivo que é *terapêutico*. Em caso em que a gravidez podia ser fatal para ela, então neste preciso caso, os anticonceptivos eram a melhor opção para prevenir a gravidez perigosa à saúde da mulher. Também dá-se o caso de *egoísmo* em que a mulher considera inapropriado levar adiante uma gravidez, então prefere ou escolhe esta via anticonceptiva. Por fim se falava das *razões sociais*. Para evitar a desonra pessoal ou da família, a mulher casada que comete adultério ou a solteira que comete fornicção recorrerá aos métodos anticonceptivos para evitar ou prevenir a gravides não desejada.

Entre os séculos XIII – XV, o controle dos nascimentos se realizava por “motivos económicos, atrasando o matrimónio, pelo coito interrompido e pela opção de muitos filhos menores de não casar-se com o objectivo de evitar a divisão do património das pequenas famílias camponesas. Por isso, a fornicção era frequentemente a alternativa ao matrimónio, a contracepção devia praticar-se enão se considerava, portanto, um grande problema social. As guerras, a fome, pragas eram autenticas ameaças, por isso, a prática anticonceptiva foi uma realidade no tempo medieval e não constituía de forma alguma um problema social”⁸².

4.3. Não à Anticoncepção

O movimento contra anticoncepção apresentou várias razões de não ao uso dos anticonceptivos. Uma primeira razão que evocavam era aquela como são Raimundo defendia de que a anticoncepção era um homicídio voluntário e causal. O segundo elemento é que ela violava o principio de “não matarás” e Peraldo defendia que a qualificação de anticoncepção como homicídio é porque “nele se perde o que é matéria do corpo humano”. Bernardo de Sena sublinhava que os que assim procedem “não somente são assassinos de homens, mas algo mais horrível, assassinos de seus próprios filhos”. São Tomás por sua vez afirmava que “o uso de venenos de esterilidade é um pecado grave, no entanto, é menos grave que um homicídio porque o embrião pode ainda ser impellido por outro meio”. Classificava-se a relação marital que concluía na ejaculação extravaginal como anti ou contra natureza. Isto incluía a masturbação, a

⁸² Ibid., pp. 75-76.

sodomias e bestialidades e a anticoncepção. Desta feita, “os anticonceptivos são opostos ao bem originário do matrimónio. Assim segundo Alberto, o uso de venenos de esterilidade era visto como um pecado contra o matrimónio”⁸³.

4.4. Controle de Natalidade na época contemporânea (Séc. XIX-XX)

O primeiro elemento a considerar nesta época, é que estamos num contexto de profundas transformações. Regista-se a transição de uma sociedade agrária rural para uma sociedade industrial e urbana. As mulheres começam a se fazerem presentes nos sectores de trabalho e pouco a pouco a se afirmarem. A estabilidade de vida torna-se uma realidade e por consequência disso, o crescimento da população.

O incremento demográfico, começa a tirar sono a alguns pensadores e uma inquietação que só tinha uma e única resposta. Diminuir ou controlar os nascimentos. Nesta perspectiva, Thomas Malthus, no seu “ensaio sobre os princípios da população de 1798 coloca a preocupação pelo superpovoamento. Assim segundo ele cabia somente solução da restrição moral”⁸⁴. A tese deste jovem clérigo anglicano veio aumentar a tensão na sociedade. Para os ricos o fundamento foi recebido como uma boa notícia que iria libertar-lhes das amarras da moral rigorista; para os católicos foi uma tese que mereceu uma boa crítica e rejeição.

Do outro lado, nos inícios de 1900 estavam marcados por guerras mundiais. Guerra justa, e via-se a anticoncepção como uma acção injusta ou uma guerra injusta contra a vida. É um contexto de descobrimentos de alguns meios de técnicos para facilitar o controle artificial dos nascimentos (Ogino 1924 e Knaus 1929). É um momento de expansão da pílula anticonceptiva (1960) e libertação de muitos tabus relacionados com a sexualidade (1960-70), como a roupa, meios, cinema, a televisão, a mulher e outros.

Assim “os utilitaristas bem alheios as crenças cristãs tradicionais, propuseram a anticoncepção como remédio social. J. Bentham em 1797, insinuava o uso de esponjas para limitar o número de pobres, com o objectivo de diminuir as taxas de nascimentos

⁸³ Ibid., 76-79.

⁸⁴ Ibid., 98.

entre a gente humilde. A abstenção, prolongamento de lactência e os matrimónios tardios continuaram sendo métodos chaves”⁸⁵.

⁸⁵ Ibid., 99-102.

CAPÍTULO III

MAGISTÉRIO DA IGREJA E O CONTROLE DA NATALIDADE

O nosso mundo está cada vez mais a criar uma mentalidade e cultura de morte que não respeita nem valoriza a pessoa como tal e alguns procuram tirar a vida ao outros a todo custo porque vê o semelhante como uma ameaça para o seu triunfo material, intelectual, social ou político e por ai fora. Perante esta situação cada vez mais assustadora, a Igreja através do seu Magistério, não pode calar-se e cruzar os braços como se nada acontecesse. Ela trata de velar por seus filhos e “caminha através dos séculos até a plenitude da verdade. O Espírito Santo vai introduzindo aos fieis na verdade plena” (DV 8).

Para entender melhor e interpretar bem o Magistério da Igreja e não limitar-se a condena-lo é preciso antes de tudo compreender o contexto histórico e sociopolítico em que cada documento foi escrito e porque foi escrito. Outro elemento importante é saber que o Magistério não é ponto de chegada (não soluciona tecnicamente os problemas). Ele é ponto de partida, oferece pistas, anima, exorta para melhor fazer as escolhas acertadas não somente aos católicos mas também o ser humano.

Neste contexto, temos que buscar os elementos históricos, políticos e socioculturais desde os primeiros séculos até os nossos tempos. Isto nos ajudará de certa maneira a compreender a razão fundamental do Magistério que se calhar se tivéssemos vivido nesse tempo haveríamos de questionar tanto. Cada pessoa é resultado e consequência do seu tempo. Por isso, temos que procurar entender as coisas segundo a época histórica de cada acontecimento para evitar equívocos nos nossos raciocínios.

Em um primeiro momento vamos considerar que na antiguidade, vivia-se um ambiente de muitas guerras tribais, culturais, e apetite de conquistas territoriais, muitas pestes, um mundo pouco populado, muita mortalidade infantil e muito mais. Neste

contexto, era lógico animar as famílias a ter mais filhos para aumentar o número da população dos seus territórios. Quer dizer, havia uma grande necessidade de ter filhos. Nesse sentido, as relações conjugais e a geração da prole eram essenciais. Para este tempo o matrimónio e todo acto conjugal está ligado a continuidade da espécie humana. O fim procriativo do matrimónio é o que justificava toda a vida matrimonial, mas sempre com obrigação respeitar as transformações fisionómicas da mulher para o acto sexual como a gravidez, o período ou a velhice.

Um segundo momento, é o contexto da exaltação do amor frente ao matrimónio (Séc. XII-XIII) e o carácter natural e honesto do sexo era lógico que S. Tomás visse “a anticoncepção como antinatural”⁸⁶. Do outro lado dos humanistas desta época como a escola de Salamanca, ressaltavam a beneficência no momento de fazer relações sexuais. Observar estritamente a questão bem-estar, educação e da saúde física e psicológica da mulher.

O outro elemento contextual a ter em conta nesta avaliação do Magistério, é o tempo compreendido entre o séc. XIX-XX, em que ocorre grandes transformações sociais: “a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial; de uma sociedade rural para urbana; a presença da mulher em sociedade e trabalho; guerras mundiais (guerra justa, anticoncepção injusta); descobrimento de alguns meios técnicos para facilitar o controle da geração (Ogino 1924 e Knaus 1929); expansão da pílula anticonceptiva nos anos 60 e a libertação de muitos tabus (roupa, cinema, meios, televisão, minorias, mulheres)”⁸⁷.

1. Concílio Vaticano II (1965)

O Concílio Vaticano II, tem como ponto de partida o GS 49 que ressalta o sentido unitivo e o valor humano do acto conjugal. O número 50 vem reforçar esta unicidade ao afirmar que o matrimónio é uma comunidade de vida conjugal e de amor procriador. O acto conjugal como digno, honesto e que favorece o encontro do dom da reciprocidade. Neste sentido a “anticoncepção é moralmente mal porque contradisse o plano de Deus que ordena o acto conjugal a procriação. A anticoncepção ou contracepção é uma

⁸⁶ De la Torre, J., op. cit., pg. 77.

⁸⁷ De la Torre, J., Notas de aulas de Ética del Amor y de la Sexualidad, 2015.

mentalidade abertamente contrária à fé católica porque é uma oposição a vida matrimonial”⁸⁸.

O acto que não procura a procriação no acto conjugal se se pratica por outros motivos justificados, é qualificado de um acto anticonceptivo por mais que seja indirecta pois não era o objectivo muito menos a intenção do casal. O amor é o critério fundamental na relação interpessoal que aplicado no matrimónio define como uma comunidade de vida e o amor o acto conjugal é um encontro interpessoal entre os esposos que favorece o seu dom recíproco e com o enriquecimento mútuo em um clima de gratuidade gozoso.

Com o sentido unitivo e enriquecimento mútuo do acto conjugal, o Concílio nos dá indicações de mudanças de paradigma. Começa abandonar a antiga concepção condenatória e pessimista sobre os actos sexuais que não fossem ordenados à procriação. Começa apreciar a importância do amor e apresenta uma nova visão: “os actos sexuais são em si mesmo dignos e honestos” (GS 49).

No entanto, insiste que referente ao amor e a sexualidade matrimonial, não é suficiente o ideal da continência cristã nem o carácter sacramental do matrimónio, é preciso oferecer aos esposos uma norma concreta que lhes ajude a regular seu instinto sexual. A visão fundamental do Concílio é orientar todo o acto conjugal a descendência. O número 50 é que de certa forma apresenta o tema da anticoncepção de forma mais clara ao convidar a um juízo moral responsável da consciência

“Desempenhar-se-ão, portanto, desta missão com a sua responsabilidade humana e cristã; com um respeito cheio de docilidade para com Deus, de comum acordo e com esforço comum, formarão rectamente a própria consciência, tendo em conta o seu bem próprio e o dos filhos já nascidos ou que prevêem virão a nascer, sabendo ver as condições de tempo e da própria situação e tendo, finalmente, em consideração o bem da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja. São os próprios esposos que, em última instância, devem diante de Deus tomar esta decisão. Mas, no seu modo de proceder, tenham os esposos consciência de que não podem agir arbitrariamente, mas que sempre se devem guiar pela consciência, que se deve conformar com a lei divina, e ser dóceis ao magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta à luz do Evangelho (GS 50).

⁸⁸ Escobar, A. L., *La tensión doctrinal entre teología y Magisterio después de la Humanae Vitae en torno a la regulación artificial de natalidad*, Pontificia Universitas Lateranensis Academia Alfonsiana, Instituto Theologiae Moralis, Bogotá 1977, pg.154-155.

Os padres conciliares defendiam que os “valores humanos e divinos do acto conjugal ou acto natural dos esposos deviam converter-se em um acto pessoal e sobrenatural. Esta ideia vem a ser contrastada no número seguinte que diz “segundo estes princípios, não é lícito aos filhos da Igreja adoptar, na regulação dos nascimentos, caminhos que o magistério, explicitando a lei divina, reprovava. Todos, finalmente, tenham bem presente que a vida humana e a missão de a transmitir não se limitam a este mundo, nem podem ser medidas ou compreendidas unicamente em função dele, mas que estão sempre relacionadas com o eterno destino do homem”(GS 51).

Nesta ordem de ideias, verificando que o tema precisava de mais aprofundamento o Sumo Pontífice Pablo VI, “retirou o tema da discussão pública da sala conciliar. Com tensões e discussões que obrigaram o acréscimo a nota 14 ao documento aprovado na sala conciliar, Pablo VI, confiou a uma posterior investigação a comissão pró-estudo da população, família e natalidade antes do Pontífice fazer um juízo final e torna-lo uma doutrina do Magistério”⁸⁹.

O sentido unitivo e o valor humano do acto conjugal (GS 49), explicita que estes valores não excluindo o sentido procriativo, põe na virtude o sentido unitivo do acto conjugal. Deste modo o acto conjugal, é um acto de amor:

“Este amor, por ser un acto eminentemente humano ya que va de persona a persona con el afecto, enriquece y avalora con una dignidad especial las manifestaciones del cuerpo y del espíritu y las ennoblece como elementos y señales específicos de la castidad conyugal” (GS 49).

Neste sentido as tarefas do amor conjugal são “dignificar todos os aspectos e manifestações do encontro conjugal através de reconhecimento da igualdade da mútua dignidade; partilhar a prosperidade e a adversidade; executar de maneira verdadeiramente humana aos actos sexuais; resistir os perigos da infidelidade e da incontinência; todo para aperfeiçoar o amor na unidade, fidelidade e indissolubilidade”⁹⁰. A GS 50 defende esta tese ao afirmar que “o matrimónio e o amor conjugal estão ordenados por sua própria natureza à procriação e educação da prole. Os filhos são o dom mais excelente do casal e contribuem sobremaneira ao bem dos pais” (GS 50).

⁸⁹ De la Torre, J., op. cit., pg 259-260.

⁹⁰ Escobar, A. L., op.cit., pg. 159

O Concílio condena o uso de anticoncepção artificial directa. Procura dar novo vigor ao amor matrimonial e novo valor e condena todo tipo de atentado contra a vida inocente já incipiente expressa desde a concepção. Isto é, o aborto procurado e querido e o infanticídio é uma prática imoral. “Com efeito, Deus, senhor da vida, confiou aos homens, para que estes desempenhassem dum modo digno dos mesmos homens, o nobre encargo de conservar a vida. Esta deve, pois, ser salvaguardada, com extrema solicitude, desde o primeiro momento da concepção; o aborto e o infanticídio são crimes abomináveis”(GS 51).

Com esta tese, me parece que o Vaticano II, defende que o casal cristão deve negar a mentalidade anticonceptiva. Quem não faz age contra a Igreja e se identifica com as mentalidades anticonceptiva, gnóstica e maniqueia que se opõem a procriação e ao matrimónio e exaltam o acto sexual ao máximo e ilimitado desfrute do prazer.

Sobre a santidade do matrimónio o amor ordenado por Deus é aquele que “respeita a vida, conserva o sentido da mútua doação, promove a procriação verdadeiramente humana e responsável. Por isso, todo o atentado contra a vida, contra a mútua doação, contra a concepção, contra a procriação humana, são anticonceptivas e imorais por opor-se ao amor fecundo a santidade do matrimónio conjugal”⁹¹.

2. De Pio XI a Paulo VI

2.1. Pio XI – Casti Cannubii (31.12.1930)

A Casti Cannubii é uma resposta reacção contra a corrente anglicano que permitiam o uso dos anticonceptivos para regular os nascimentos. A sua base está na lei divina, natural e moral. Esta tese do Pio XI é recolhida nos documentos posteriores sobretudo na HV 11 e FC 29. Esta confirma a doutrina Agostiniana que defende que “o bem primário do matrimónio é a procriação e a função da mulher é chegar a ser mãe. A prole portanto, ocupa o primeiro lugar entre os bens do matrimónio. Por isso, toda prática anticonceptiva vai contra a lei de Deus e contra a lei natural. Qualquer uso do matrimónio cujo exercício do acto fica destituído de ser natural força procriativa, vai contra a lei natural e os que tal cometem se fazem culpados de um grave delito” (CC 20).

⁹¹. Ibid., pp. 174-5.

Para Pio XI, a melhor forma e unicamente lícita de evitar ter filhos é a continência total. Assim, o acto sexual é lícito e moral quando se faz olhando à transmissão de nova vida. Caso contrário, significa uma mera procura egoísta e pecaminosa do prazer. Neste sentido, o uso de anticonceptivos directo é uma oposição radical a prole e procura exclusiva do prazer sexual, privando da sua força procriativa. Logicamente condena também todo tipo de aborto procurado mas com uma moral distinta de anticoncepção, como um acto de homicídio.

2.2. PIO XII

Pio XII, com a tese da lei eterna, reafirma o carácter permanente da doutrina de Pio XI (somente métodos naturais excepto em casos terapêuticos). Para Pio XII, o fim primário e absoluto do acto conjugal é a procriação. Por isso, condena a anticoncepção e declara “todo o acto que tenta privar ou impedir a procriação de uma nova vida é imoral e nada pode mudar uma acção intrinsecamente imoral num acto moralmente lícito”. E continua firmemente, “esta condena é imudável por ser expressão da lei natural: é uma norma em vigor permanente”.

A esterilização directa é uma falta de prontidão ao serviço da vida e uma grave violação da lei moral e portanto, ilícito. Para tal, nem a autoridade pública tem algum direito nem de autorizar nem a prescrever sob pretexto de nenhuma indecisão a permitir. Admite sim a esterilização indirecta ou terapêutica.

2.3. Convergências entre Pio XI e Pio XII

Acto conjugal aberto à procriação em obediência a lei natural e divina; todo acto sexual ordenado a privar temporal ou definitivamente a procriação é intrinsecamente mal e contra a vontade de Deus manifestada na lei natural; o exercício não procriativo da intimidade conjugal mediante períodos agenésicos ou estéreis é lícito por causas naturais ou por motivos seriamente justificados.

Para Pio XI, o acto sexual está ordenado a procriação por isso condena rigorosamente a esterilização, admite o amor sexual dos esposos controlado pela transmissão de vida. Pio XII é menos rigorista. O ponto de referencia do amor matrimonial não é o onanismo, mas sim a regulação dos nascimentos.

3. João XXIII – *Mater et Magistra* (MM 1961)

Juan XXIII na encíclica MM, “faz ver com insistência que os problemas demográficos não se opõem a uma humana y digna procriação, e que eles são solucionáveis, antes de tudo, solucionando as injustiças sociais e a produção dos países”⁹². Isto quer dizer que há necessidade de desenhas linhas de acções concretas tanto na arena social como económica para resolver os problemas da população mundial.

Desta feita, condena as tensões da política anti natalícia (MM 187) e apela a responsabilidade humana. Contra os que defendem a limitação dos nascimentos por causa da grande e gritante desproporção entre o incremento da população e os meios responsáveis para subsistência responde que, a “solução fundamental do problema não deve procurar-se em expedientes que ofendem a ordem moral estabelecida por Deus e atacam os próprios mananciais da vida humana, mas num renovado esforço científico e técnico, por parte do homem, no sentido de aperfeiçoar e estender cada vez mais o seu domínio sobre a natureza” (MM 188).

Para João XXIII, estes problemas não se podem encarar, nem estas dificuldades se podem vencer, recorrendo a métodos e meios que são indignos de um ser racional e só encontram explicação num conceito puramente materialista do homem e da vida (MM 190). Para tal, “a solução acertada encontra-se apenas num progresso econômico e social que respeite e fomente os genuínos valores humanos, individuais e sociais, em conformidade com a moral, com a dignidade e o imenso valor da vida humana, e, juntamente, numa colaboração em escala mundial que permita e fomente a circulação ordenada e fecunda de conhecimentos úteis, de capitais e pessoas” (MM 191).

O Juan C. Reyes fazendo comentário as palavras de João XXIII, dá-nos algumas pistas que permitiriam aos pais ou famílias a assumir e cumprir digna e responsabilmente a sua missão paternal. Ele apresenta-os em três pontos a saber:

“Todo o ser humano deve obter da sociedade o direito a fazer uso dos recursos da terra que lhe proporciona uma vida digna; que os homens compartilhem suas habilidades e riquezas com os demais e que o descobrimento ou aquisição de um homem seja pertença de certo modo a todos

⁹² João XXIII, *Enciclica Mater et Magistra*, CEDP, n. 50, p. 2.263.

os homens; uma nivelção das desigualdades sociais e económicas para diminuir as tensões e ressentimentos entre os homens e nações”⁹³.

Os problemas de superpovoamento e a pobreza do mundo no se resolverão se persistir a políticas injustiças que guia as relações entre os povos e nações. Para que haja na verdade uma regulação dos nascimentos ou paternidade responsável é preciso acabar com as causas que provoca as desigualdades entre as pessoas e que haja respeito nas suas relações.

4. Paulo VI – *Humanae Vitae* (1968)

Como fizemos referência no início deste capítulo, a história sempre nos aconselha a recolhermos os acontecimentos do passado para melhor compreender o nosso presente e responsabilmente projectarmos o tipo de vida que queremos no futuro. É nesta perspectiva que para fazer uma interpretação equilibrada da *Humanae Vitae* é preciso viajarmos no tempo e no espaço e procurar entender as circunstâncias que antecederam este documento.

Somente para mencionar alguns elementos que inspiraram a escrita desta problematizada Encíclica. O contexto histórico e social em que foi escrita a HV foi antecedida de guerras mundiais, muitas pestes, muitas mortes e sobretudo a infantil, aparecimento da indústria agrária e o descobrimento dos meios técnicos de anticoncepção (1924 e 1929). Estes elementos influenciaram de certo modo da maneira como foi escrito e o pensamento é próprio da época. Seguramente se ela fosse escrita agora, a aproximação teria sido outra ou ao menos um pouco diferente desta que é contestada mesmo dentro da Igreja. Por isso, temos que procurar compreender e interpretar nesta perspectiva e procurando dar uma sempre adequar com a realidade do nosso tempo. Penso que não podemos permanecer parados no tempo mesmo quando o próprio tempo nos mostre alguns elementos concretos de estamos equivocados em alguns aspectos.

A HV vem responder a questão da RN como problema específico da época causada pela explosão demográfica mundial. Deste modo condena o recurso aos contraceptivos e o aborto provocado como meios lícitos para controlar a população

⁹³ Reyes, Juan de Castro, *La Regulación de los Nacimientos: Reflexiones Teológicas – morales para una acción pastoral*, Pontificia Universitas Lateranensis. Academia Alfonsiana, Instituto Theologiae Moralis. Santiago de Chile 1966, pg.82.

mundial. A missão dos homens em transmitir a vida não se pode pôr em causa. “O gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador” (HV 1), por isso, todo o acto conjugal deve estar aberto a vida (HV 3).

A encíclica expõe dois princípios: que não se podem desvincular eticamente o fim unitivo do fim procriador; como afirma Paulo VI “qualquer acto matrimonial deve ficar aberto a transmissão da vida humana” (HV 11) e que é um grande “erro pensar que um acto conjugal, feito voluntariamente infecundo, e por este intrinsecamente desonesto, poça ser honestado por vida conjugal fecunda” (HV 14). Ela condena a desconexão entre o fim unitivo e o fim procriador, através de uma intervenção nos processos naturais. Este forma o ponto fundamental da encíclica e que suscitou maior polémica dela.

A encíclica apresenta três pontos ou afirmações condenatórios: “a primeira, com relação ao aborto provocado; a segunda, com relação aos métodos esterilizantes; e a terceira, com relação ao resto dos métodos artificiais em geral e sem deter-se em nenhum deles em especial”⁹⁴.

4.1. Sobre a Paternidade Responsável

O Pontífice chama a uma consciência da responsabilidade que os esposos hão-de ter na sua paternidade: “o amor conjugal requer nos esposos uma consciência da sua missão de paternidade responsável. Em relação os processos biológicos, a paternidade responsável significa conhecimento e respeito das suas funções; a inteligência descobre no poder de dar a vida, leis biológicas que forma parte da pessoa humana”(HV10).

4.2. Sobre a licitude de la RN

Em relação às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, a paternidade responsável exerce-se tanto com a deliberação ponderada e generosa de fazer crescer uma família numerosa, como com a decisão, tomada por motivos graves e com respeito pela lei moral, de evitar temporariamente, ou mesmo por tempo indeterminado, um novo nascimento (HV 10). E conclui no mesmo número afirmando que o exercício responsável da paternidade implica, portanto, que os cônjuges

⁹⁴ Vico Peinado, J., *Liberación sexual y ética cristiana*, San Pablo, Madrid 1999, pg. 323.

reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores.

Reconhece o sentido unitivo do acto conjugal como honesto e digno (GS 49), mas subordina-o ao fim primário da procriação. Qualquer acto matrimonial deve ficar aberto a transmissão de vida (HV 11). Reafirma a doutrina da inseparabilidade das funções unitiva e procriativa do acto conjugal que o homem não pode desassociar por sua própria iniciativa (HV 12).

A HV considera que “o acto sexual humano, intrinsecamente orientado a procriação e a união das pessoas, segue sendo lícito e moralmente bom porque quando a primeira finalidade não está assegurado a sua natureza, é satisfeita a segunda. Por isso, os meios anticonceptivos, que afectam ao acto sexual, são por si mesmo contra natureza, já que violentam a finalidade do acto natural mesmo”⁹⁵.

Condena a licitude do aborto para controlar os nascimentos, sobretudo o aborto induzido ou directamente querido e procurado, mesmo que seja por razões terapêuticos (n. 14). Daqui segue outras condenações dos outros documentos. A vida desde a sua concepção deve ser salvaguardada com máximo cuidado (GS 51); uma discriminação fundada sobre os diversos períodos da vida não se justifica, desde o momento da fecundação do óvulo, fica inaugurada uma vida que não é do pai nem da mãe, mas sim um novo ser humano que se desenvolve por si mesmo (EV 60).

O Magistério continua a condenação da regulação da natalidade mediante o aborto procurado dizendo que: o ser humano há-de ser respeitado como pessoa desde o primeiro instante da sua existência, portanto, o aborto e infanticídio são crimes abomináveis. Este ensinamento permanece imutada e imutável (DV 26); e por sua vez a *Dignitas Personae*, 2008 afirma que o embrião humano, tem desde o principio a dignidade própria de pessoa (DP 5).

A HV aceita o uso de anticonceptivos para a RN somente como meios terapêuticos e condena taxativamente a esterilização directa, perpetua ou temporal (n.15) e admite para sua licitude o recurso aos períodos infecundos que a natureza oferece (n. 16).

⁹⁵ Cottier, M. G., *Regulación de la Natalidad. Problemas Sociológicos y Morales*, Ediciones Rialp. Madrid 1971, pp. 118-119.

A HV apresenta uma moral baseada na lei natural mais que na lei de Cristo, orienta mais ao retrocesso que dar estímulo, uma lei de medo de carne que do espírito e de liberdade. Assim fica claro a rejeição taxativa de regulação artificial dos nascimentos, não ao aborto procurado, não a anticoncepção, não a anti procriação, não a esterilização.

O coração da HV em relação a esta condenação encontramos no número 14 que resume os números 14, 15, 17, 18 que forma o núcleo toda tese de Paulo VI. Passamos a transcrever o texto integral:

“Em conformidade com estes pontos essenciais da visão humana e cristã do matrimônio, devemos, uma vez mais, declarar que é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas. É de excluir de igual modo, como o Magistério da Igreja repetidamente declarou, a esterilização direta, quer perpétua quer temporária, tanto do homem como da mulher” (15). Não se podem invocar, como razões válidas, para a justificação dos atos conjugais tornados intencionalmente infecundos, o mal menor, ou o fato de que tais atos constituiriam um todo com os atos fecundos, que foram realizados ou que depois se sucederam, e que, portanto, compartilhariam da única e idêntica bondade moral dos mesmos. Na verdade, se é lícito, algumas vezes, tolerar o mal menor para evitar um mal maior, ou para promover um bem superior (17), nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal, para que daí provenha o bem (18); isto é, ter como objeto de um ato positivo da vontade aquilo que é intrinsecamente desordenado e, portanto, indigno da pessoa humana, mesmo se for praticado com intenção de salvaguardar ou promover bens individuais, familiares, ou sociais. É um erro, por conseguinte, pensar que um ato conjugal, tornado voluntariamente infecundo, e por isso intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda”.

As afirmações da encíclica apoiam-se em três razões: “em primeiro lugar, apela-se a lei natural e a ordem querida por Deus (HV 4, 11, 13, 23); logo, a tradição da Igreja (HV 4, 6, 11, 12, 16); e por último, as graves consequências dos métodos artificiais do controlo de natalidade (HV 17). No entanto a encíclica não faz nenhuma referencia bíblica para possa confirmar a sua doutrina”⁹⁶.

Como dissemos acima, o discernimento e decisão do Pontífice Paulo VI foi segundo o contexto do seu tempo. Agora mais que nunca, é tempo de repensar e fazer novas aproximações. Esta tese do papa para este tempo de hoje, parece que não nos

⁹⁶ Vico, J., op. cit., pg. 324.

ajuda muito, por isso é necessário procurar outros novos critérios que se adequem a realidade actual. Na mesma linha, alguns textos dos primeiros Magistérios relativos a este assunto precisam de alguma mudança e repensar equilibradamente alguns textos da HV.

O rigorismo acentuado da HV criou espaço para ser criticado e atacado directamente desde o princípio, começando mesmo com os padres conciliares. De facto, 40 conferencias episcopais elaboraram documentos comentando e criticando fortemente sobretudo a de Alemanha, da América e da França. A proximidade que os bispos têm com os fiéis lhes levou a serem mais sensíveis sobre este tema porque meche directamente com a vida das famílias.

5. João Paulo II

Com a teologia do corpo apresenta uma visão do matrimónio e sexualidade de uma amplitude e profundidade imensurável. Amor e responsabilidade, como um aprofundamento da HV e defesa de Paulo VI.

5.1. Familiaris Consortio (1981)

Segunda esta exortação pontifícia o “o matrimónio e o amor conjugal estão ordenados a procriação e educação da prole, em que ambas instituições encontram a sua coroação. O Papa apresenta a HV como uma encíclica profética e não como uma intervenção conservadora do Magistério, por três razões: denúncia da utilização egoísta e indiscriminada das técnicas anticonceptivas, pondo assim um travão ao hedonismo; prediz as consequências negativas a que se presta o planeamento familiar como arma em mãos do primeiro mundo para reduzir as situações de neocolonialismo aos países do Terceiro Mundo e por fim defende a ecologia ao aceitar unicamente os métodos naturais no controle da natalidade”⁹⁷.

Como pode-se ver o Papa apresenta na sua defesa três elementos muito importantes na vida de todo o ser humano. De um lado faz ver as questões antropológicas a serem observadas, do outro lado os elementos políticos que devem ser evitados e regulados para a boa convivência mundial e por fim os aspectos ecológicos a serem tomados em consideração no uso das técnicas que a ciência nos oferecem. No entanto, não deixa de ser uma teologia moral rigorista que não admite excepções.

⁹⁷ De la Torre, op. cit., pg. 267.

A FC, apresenta a sexualidade humana na perspectiva de linguagem. O “anticoncepção impõe uma linguagem objectivamente contraditória, a do não doar-se ao outro totalmente” (FC 32). Este princípio é reforçado com o fundamento da inseparabilidade dos valores unitivo e procriativo que afirma que “Quando pelo contrário os cônjuges, mediante o recurso a períodos de infecundidade, respeitam a conexão indivisível dos significados unitivo e procriativo da sexualidade humana, comportam-se como «ministros» de plano de Deus e «usufruem» da sexualidade segundo o dinamismo originário da doação «total», se manipulações e alterações” (FC 32).

“O homem, chamado a viver responsabilmente o plano sapiente e amoroso de Deus, é um ser histórico, que se constrói, dia a dia, com numerosas decisões livres: por isso ele conhece, ama e cumpre o bem moral segundo etapas de crescimento. Por isso, De singular importância neste campo é a unidade dos juízos morais e pastorais dos sacerdotes: tal unidade deve cuidadosamente ser procurada e assegurada, para que os fiéis não tenham que sofrer problemas de consciência” (FC 34).

Este número abre uma possibilidade para reavaliar os diferentes juízos feitos sobre a contracepção, sobretudo as demasiadamente rigoristas e condenatórios. É preciso avaliar cada acto singularmente, e abandonar a ideia de que toda acção contraceptiva seja intrinsecamente desonesta, indigna e portanto abominável e imoral. Portanto, nesta tarefa mostrar o homem de hoje os caminhos favoráveis a viver o seu compromisso com Deus, consigo mesmo e com sua família, deve ajudar a compreender que “a natureza da pessoa é uma unidade de corpo e alma, na unidade das suas inclinações tanto na ordem espiritual como biológica, e de todas as outras características específicas, necessárias para a obtenção do seu fim. Por isso, a lei moral natural não pode ser concebida como uma tendência normativa meramente biológica, mas deve ser definida como a ordem racional segundo a qual o homem é chamado pelo Criador a dirigir e regular a sua vida e os seus actos, a usar e dispor do próprio corpo”(VS 50).

5.2. Evangelium Vitae (1995)

Depois da *Veritatis Splendor* de 1993 e a *Carta a Familias* de 1994, em 1995, Paulo II chegou com a *Evangelium Vitae* contra os ataques que a indústria farmacêutica e a investigação científica (biomédica) com a sua mentalidade de morte, acusa a Igreja como favorecedor do aborto ao denunciar os “contravalores inerentes a mentalidade

anticonceptiva que é muito diferente da verdadeira paternidade e maternidade responsável” (EV 13). Segundo este número estas políticas pró-aborto, agem contra a lei de Deus de *Não Matarás* ao impor e promoverem acções massivas anti-natalistas por meio de anticoncepção, esterilização e aborto em vez de políticas familiares e sociais, programas de crescimento cultural e de justa produção e distribuição dos recursos” (EV 16).

O pontífice, recomenda em casos não terapêuticos a recorrer os meios naturais de regular ou espaçar os nascimentos, porque “estes têm-se aperfeiçoado progressivamente sob o ponto de vista científico e oferecem possibilidades concretas para decisões de harmonia com os valores morais” (EV 97). Concepção de ver os filhos como um inimigo a evitar ao momento do encontro sexual entre os esposos, é uma postura egoísta e contra o chamamento primordial de colaborar na obra criadora de Deus (Gn1, 28ss), porque nega consciente e voluntariamente “a abertura da riqueza da vida de que o filho é portador” (EV 23). Esta acto de separação artificial dos valores unitivo e procriativo do encontro sexual é trair a união e arbitrar a fecundidade humana.

6. Os Bispos de África e a RAN

Os bispos de África se encontram em grande dilema sobre este tema. De um lado, a grande obediência a lei madre regida pela doutrina do magistério para “manter a comunhão que ligava Igreja que está em África à Igreja Universal” (Ecclesia in Africa 19); a prática cultural e costumeira dos povos em que são chamados a ensinar, a reger a santificar, por outro. A estas situações se associam a questão da lenta flexibilidade em interpretar adequando a tradição doutrinal a realidade actual. Um outro elemento é o problema global de como é vista a Igreja de e em África. Ela não é muito considerada e isso influencia de forma negativa ao rigorismo que ela tem em relação as questões doutrinarias.

Os problemas de África não são levados seriamente e muitas vezes não são valorizadas as suas opiniões. As declarações pós sinodal de família do Cardeal Kasper sobre os Bispos de África, ao dizer que os “assuntos de África não podemos resolver. Tem que haver espaço para que as conferências locais solucionem os seus problemas mas diria que com África isso é impossível. Mas eles não podem dizer-nos o que temos

que fazer”⁹⁸. É mais uma prova de que o mundo e a Igreja precisa de mudar a sua ideia sobre África.

Estes pronunciamentos levou a Obianuju Ekeocha, especialista nigeriana em ciências biomédicas, fundadora de *Culture of Life Africa* a escrever uma carta aberta ao Cardeal Kasper a manifestar sua indignação e choque ao pensar que as perspectivas e valores de África expressos em muitos dos assuntos dos padres sinodais africanos não foram ou não serão escutados. Obianuju convidava desta forma ao Cardeal Kasper, a Igreja Universal e o mundo em geral a escutar e a valorizar as opiniões de África e continuou dizendo: “esta entrevista me fez chorar – e me pôs muita tristeza no meu coração – porque como mulher africana que agora vivo na Europa, costume ver como a minha moral e meus valores são ignorados ou qualificados como um ‘assunto africano’ ou como uma mera ‘perspectiva africana’”⁹⁹.

São este tipo de pronunciamentos que em alguns casos influenciam aos Bispos de África na sua tomada de decisões. Existe um certo receio de se afirmarem e depois serem conotados negativamente, não serem entendidos e considerados atrasados e anti progressistas como esta leiga nigeriana é conotada no mundo. Por isso, não que admirar porque são muito cautelosos e algumas vezes até com um pouco de excesso de zelo apostólico referentes a questões do magistério. Tudo para manter a comunhão da Igreja de África com a Igreja Universal.

Daí que, eles em fiel obediência ao Magistério reafirmam rigorosamente os ensinamentos da doutrina do magistério e ensinam taxativamente a não confundir a paternidade responsável com uso dos meios nocivos a vida humana para controlar a natalidade. Reconhecem a necessidade de espaçar os filhos, para melhor garantir a educação e uma vida digna dos filhos e da família em geral. Para tal, afirmam que a única via moralmente lícita de fazê-lo é recorrer os meios que a natureza oferece ao corpo da mulher e nunca recurso aos anticonceptivos, a esterilização ou ao aborto.

⁹⁸ Sínodo de obispos: Denuncian vínculo “aborto-ayuda económica” en África. (ACI/EWTN Noticias). <https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>. O áudio das declarações do Cardeal Kasper pode-se escutar neste link. <http://edwardpentin.co.uk/statement-on-cardinal-kasper-interview/>

⁹⁹ Obianuju Ekeocha, Laica nigeriana, a Cardenal Kasper: Por favor escuche a los obispos africanos. (ACI/EWTN Noticias). <https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>

Ao falarem desta problemática de regulação dos nascimentos ou planificação familiar, destacam mais o problema do uso do preservativo e o aborto que são os meios mais usados para controlar a natalidade que de certa forma qualificam como sendo um atentado contra a vida. Apela aos fiéis a todos homens de boa vontade a respeitar a vida e nunca lutar contra ela reprimindo-a ou suprimindo desde o ventre materno. Por causa desta postura dos bispos em alguns países embora o aborto e o uso dos anticonceptivos seja frequente, os respectivos projectos de lei para a legalização dos mesmos se encontram arquivados nos respectivos parlamentos para um posterior debate.

6.1. O Aborto procurado e ajuda económica

Num dos temas do primeiro capítulo, apresentávamos o HIV/SIDA como um problema socio político e económico na África Subsaariana. Enquanto os pobres sofrem e morrem, as indústrias farmacêuticas vão enriquecendo graças a esses pobres. Da mesma forma, durante o Sínodo da Família realizada em Outubro de 2014 em Roma, os Bispos Africanos denunciaram “que existe uma forte pressão internacional para que países africanos aceitem o aborto e a união de pessoas do mesmo sexo como direitos humanos em troca de ajuda económica”¹⁰⁰. Esta é uma realidade que não se pode negar. Uganda é um dos exemplos entre vários que a poucos anos foi imposto uma sanção de corte de ajuda se continuassem com a sua lei anti gays.

É preciso compreender os africanos que é um povo como qualquer outro que tem suas formas de vida diferente dos outros povos. Tem a sua filosofia própria e procuram afirmarem-se. Os seus valores e a sua moral é preciso ser entendidos e não subestimarem. O mundo não pode impor normas aos africanos, é preciso respeitar a sua soberania e suas opiniões assim como querem que eles aceitem as posturas e pensamentos dos outros povos. Sem isto, e com imposição, o resultado será estragar as relações, porque quando se impõe as pessoas percebem como uma nova colonização que tanto sofreram no passado.

Perante esta pressão das organizações internacionais e do ocidente, os padres sinodais de África “reiteraram que o respeito a vida é um elemento fundamental da família. Por isso, convidaram os fiéis a aprofundar a encíclica do Paulo VI *Humanae*

¹⁰⁰ Sínodo de obispos: Denuncian vínculo “aborto-ayuda económica” en África
<https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>

Vitae para compreender melhor a importância da utilização dos métodos naturais de regulação da fertilidade e de não aceitação da anticoncepção. Que a união e procriação não estão separados do acto conjugal”¹⁰¹.

Segundo a GS, a HV e a FC, a “malícia moral da anticoncepção artificial não pode situar-se no mesmo plano que o aborto, que significa para a moral católica a supressão de uma vida humana indefesa. Assim, a planeamento familiar não pode ser interpretado em termos de atitude e mentalidade que considera a nova vida uma ameaça e não como uma aspiração do amor e da vida em comum de um homem e uma mulher. Há que insistir nas graves situações sociais e económicos de muitos parceiros empobrecidos. Neste caso sua decisão de não descendência ou limitar não se pode atribuir à atitudes hedonistas, materialistas ou consumistas, mas uma legítima e sempre necessária paternidade responsável”¹⁰². A FC insiste na necessidade de uma pedagogia do planeamento da maternidade através dos métodos naturais.

Os bispos de Moçambique na sua nota pastoral de 2007, *Sim à Vida e Não a Morte*, contra o aborto provocado chamava a todos fiéis, as autoridades civis e todos homens e mulheres a “lembrar que a defesa ou a prática do aborto provocado atenta gravemente contra a secular tradição cultural que nos identifica como africanos e como moçambicanos, e que tentar impor a legalização/legalização do aborto provocado é violentar, de forma grave, essa mesma secular tradição”¹⁰³.

Os bispos convidam a todos a não se esquecerem os grandes valores da cultura e tradição africanas e o papel que a família desempenha na sociedade africana. A este aspecto o Santo Padre João Paulo II, no número 43 da Exortação Pós-sinodal “Igreja em África”, diz:

“Na cultura e na tradição africana, o papel da família é considerado por todo o lado como fundamental. Aberta a este sentido da família, do amor e respeito pela vida, o africano ama os filhos, que são recebidos alegremente como um dom de Deus. “*Os filhos e filhas de África amam a vida. (...) Os povos da África respeitam a vida desde que é concebida até nascer. Alegrem-se com esta vida. Rejeitam a ideia de que ela possa ser aniquilada, mesmo quando a isso queriam*

¹⁰¹ Sínodo de obispos: Denuncian vínculo “aborto-ayuda económica en África”.

¹⁰² Gafo, J. y Elizari, F. J., *Conflicto entre vida y realización personal*, Ed. Fundacion Santa María, Madrid 1993, pg. 35-36.

¹⁰³ SIM À VIDA E NÃO À MORTE CONTRA O ABORTO PROVOCADO: Nota pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique às comunidades cristãs, aos que estão constituídos em autoridade e a todos os homens e mulheres de boa vontade. Maputo, 04 de Abril de 2007, pg. 4.

induzi-los as chamadas *civilizações avançadas*. E as práticas hostis à vida são-lhes impostas por meio de sistemas económicos ao serviço do egoísmo dos ricos”. Os africanos demonstram respeito pela vida até ao seu termo natural, e reservam lugar no seio da família para os anciãos e os parentes” (*Ecclesia in Africa* 43).

Para eles a preocupação de defender os direitos da mulher, presentes no Protocolo de Maputo, deve porém ser observado que o reconhecer os direitos da mulher, não deve conduzir ao extremo de reconhecer à mulher o direito de destruir a família e eliminar o corpo de um outro ser humano com uma identidade diferente que nela existe, cresce e espera ser ajudado a nascer.

“Queremos denunciar que alguns aspectos do artigo 14 do referido Protocolo são contra o espírito da Constituição de Moçambique, da Lei da Família e do Código Penal vigente que defende a vida desde o primeiro momento da sua concepção”¹⁰⁴.

O aborto procurado e querido, *pelo simples facto de ser legalizado não deixa de ser um mal, nem de ser um crime contra a vida*. Nenhum país, neste caso Moçambique, deve aceitar um mal só porque um outro país o admite. Os bispos terminavam na sua exortação pastoral sobre o provocado dizendo que ele é absolutamente condenável, se deve afirmar que a vida da criatura que se desenvolve no seio materno não depende somente da mãe e do pai, mas sim de toda a sociedade, que se deve empenhar em defender o direito inalienável à vida. O Sim à Vida deve levar-nos a promover a cultura da vida. Concluía.

Na mesma linha de pensamento O Episcopado da Rodésia/Zâmbia na sua Cata Pastoral Sim a Vida, “reafirmaram que desde o seno materno até a campa, Deus é o único dono da vida humana. Deus é Senhor da vida. O aborto mata a um inocente e isto pressupõe que o homem pode dar e tirar a vida, que é possível tirar a Deus o direito sobre a vida. O aborto destrui uma vida inocente, é sempre moralmente injusto. O aborto é algo horrível, inclusive quando se realiza numa clínica moderna. Um doutor com muita experiência vivida no contacto com o sofrimento e a morte escreveu que em toda sua vida e nunca teve que assistir algo tão horrível de ver ou ouvir os sons emitidos

¹⁰⁴ Ibid., pg. 4

por uma criança enquanto os seus membros eram cortados ou rasgados do útero e arrastados fora”¹⁰⁵.

6.2. A Verdade e Acções Humanitárias Internacionais

O outro problema que preocupa os bispos de África é falta de honestidade e sinceridade em que as organizações humanitárias internacionais apresentam nos seus projectos de erradicação da pobreza e enfermidades. São muitos os casos em que usaram essas políticas obscuras e injustas ocultando toda a verdade para esterilizarem as mulheres de idade fértil sobretudo as adolescentes e jovens. Alguns países quando se manifestam contra são ameaçados em cortarem a ajuda económica.

Um dos vários casos, é a vacina contra tétano que é um programa mascarado para controlo da população em Quênia que a Conferência local dos bispos denunciou. A Conferência louva a iniciativa e reconhece a necessidade de fazer as vacinações periódicas para a saúde da população. No entanto lhe preocupa muito o secretismo que este programa é levado a cabo. Deste secretismo foi descobrir que algo de errado estava na vacina. Aqui passamos a citar causa e motivação da denuncia do bispos quenianos:

“A Igreja conseguiu obter várias doses da vacina, as quais foram analisadas por quatro laboratórios diferentes em Quênia e no estrangeiro. Queremos anunciar que todas as provas demonstram que a vacina utilizada em Quênia em Março e Outubro de 2014 está contaminada com a hormona beta-HCG. Esta substância ‘causa infertilidades e abortos múltiplos nas mulheres’ e denuncia a intimidação que sofreram os médicos que confirmaram a informação acerca da vacina, e pedindo aos quenianos que evitem a submeterem-se a campanha contra tétano porque ‘estamos convencidos de que se trata de um programa mascarada de controlo da população’”¹⁰⁶.

Na mesma linha das denúncias e a respeito do aborto, a Conferência Nacional dos Bispos da Nigéria, através do seu Presidente, Arcebispo Kaigama veio reafirmar a posição da tradição da Igreja e advertiu que a *“Igreja não pode se curvar àqueles que nutrem um ódio patológico por seus juízos” e que os africanos não podem ser macacos*

¹⁰⁵ Congregación para la Doctrina de la Fe. El aborto provocado: Textos de la Declaración y Documentos de diversos episcopados. Ed. Palabra; Madrid 2000, pg. 64 -65

¹⁰⁶ Vacuna contra tétanos es “programa enmascarado” de control poblacional en Kenia (ACI/EWTN Noticias). <https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>

*de imitação, acreditando que o que vem do Ocidente é o ideal*¹⁰⁷. Para ele, as questões da moral cristã não são negociáveis e em termos de denúncia foi taxativo e contundente aos que criticam a Igreja e querem que os africanos se submetam as suas normas.

Nesta perspectiva, advertia a “submissão dos desejos de alguns governos e organizações internacionais que querem forçar o continente africano e especialmente a Nigéria a adoptar os seus valores e culturas adulteradas. Assim afirmava ele, ‘Não devemos ser engolidos pela posição tirana de alguns governos ou organizações não governamentais internacionais que desejam ditar a tendência moral do mundo com base em seus valores seculares’. Os africanos não devem ser macacos de imitação, acreditando que o que vem do Ocidente é o ideal”¹⁰⁸.

O Arcebispo antevê o perigo que os africanos correm em perderem os seus valores culturais, e conseqüentemente perder a sua identidade, tornando-os ‘nem africanos nem ocidentais’. Por isso, a necessidade de uma reflexão em todos os campos, tanto no campo intelectual como no sociopolítico e a ter em conta a necessidade de uma fidelidade a herança religiosa.

Um juízo subjectivo e emocional das afirmações do Arcebispo Kaigama é fatal e um grande incómodo desconfortante. Por isso, é preciso entender-lhe talvez a partir de uma visão de um relativismo cultural positivo. O que ele quer transmitir é que a comunidade internacional deve respeitar a soberania dos africanos, é um povo que tem sua cultura e seus valores. Acima de tudo, que não se deve impor valores extracontinental que são contravalores para os africanos. Deve haver um diálogo sincero e honesto para que ninguém saia prejudicado. Isto porque os africanos sempre saem a perder por causa da imposição que sempre sofrem.

Isto não quer dizer que não devem estar abertos a evolução aos novos tempos, mas sem perder os seus valores nem sua identidade, adequar convenientemente os sinais dos tempos moderno. Evitar fazer os africanos pensar como se fossem do ocidente, porque não são ocidentais e nunca serão, da mesma maneira que os do ocidente nunca

¹⁰⁷ Arcebispo Kaigama: Presidente da Conferência Episcopal da Nigéria mais uma vez honra sua posição: a Igreja não pode se curvar àqueles que “nutrem um ódio patológico por seus juízos”. <http://fratresinunum.com/2014/02/10/presidente-da-conferencia-episcopal-da-nigeria-mais-uma-vez->

¹⁰⁸ Ibidem.

em nenhum momento pensam e nunca pensarão como africanos. Logo, que haja uma honesta e respeitosa relação entre os povos sem rebaixar os outros por causa da sua maneira própria e singular de pensar e fazer as coisas.

Segundo as declarações acima, não estaríamos equivocados que tanto o Magistério ordinário como as declarações das Conferências Episcopais de África, reconhecem a importância da paternidade responsável, do uso dos meios naturais que a própria natureza oferece no corpo da mulher para a planificação familiar e espaçamento dos filhos. Reconhecem o valor unitivo e procriativo do amor conjugal e o valor da família para manter a estabilidade e harmonia social e da Igreja. Ponderam como dizia o Papa Francisco, considerar que ser bom católico não é sinónimo de ter muitos, mas sim uma responsável maternidade e paternidade. Defendem a integridade do amor conjugal e valoriza-o positivamente como sendo honesto e digno.

Por outro lado, são contra o uso de meios artificiais para o controlo da natalidade e condenam veemente o uso dos anticoncepcionais e a esterilização como forma lícita de espaçar os nascimentos. Condenam de igual maneira o aborto procurado e querido para regular os nascimentos e a esse acto consideram um crime abominável e imoral. Nada e ninguém pode levar uma acção intrinsecamente ilícito e transformar em actos licitamente morais. São unânimes em afirmar que as questões da Igreja referentes a moral e doutrina do Magistério não imudáveis e nunca se podem negociar.

Sem menosprezar a tradição da Igreja, esta posição julgo ser demasiadamente pesada e que certa maneira afugenta os fiéis. Algumas normas do Magistério precisam de ser revistos, reformados e actualizados ou adequados as exigências do tempo presente.

7. Uma palavra do Sínodo de Família de 2014

Nas respostas dadas do *Instrumentum Laboris* do Sínodo das Famílias de 2014, sobre a “transmissão da vida fala da relação entre a visão cristã da vida e da sexualidade como dimensões e aspectos muito íntimos da existência” (121). Ratificou significado profético da HV confirmando “a união inseparável entre o amor conjugal e a transmissão da vida. A Igreja é chamada a anunciar a fecundidade do amor, na luz daquela fé que ajuda a reconhecer em toda sua profundidade e riqueza a geração dos filhos” (122). Isto requer a preparação condigna dos jovens para assumir esta

responsabilidade, usando uma “linguagem renovada e incidindo mais na educação para o amor” (128), uma vida a dois e de doação.

A transmissão de vida implica não somente trazer a vida ao mundo, mas também a sua educação integral (formação moral, religiosa, académica profissional), assim como o Papa Francisco dizia na *Lumen Fidei* (LF 43), que “os pais são chamados não somente a gerar os filhos para a vida, mas a levá-los a Deus, para que sejam, através do Baptismo, regenerados como filhos de Deus e recebam o dom da fé” (132). Nesta tarefa, recomenda-se a participação de toda comunidade e sobretudo das instituições católicas de ensino e educação para que ajudem os pais a proporcionar “percursos de educação e formação para o amor, a afectividade e a sexualidade, destinados para às crianças, aos adolescente e aos jovens. Uma proposta de novos modelos de santidade conjugal que favoreça o crescimento das pessoas no contexto de um tecido familiar válido nas suas tramas de salvaguarda, educação e amor” (156).

Por sua vez, o documento sobre os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização *Relatio Synodi* apresenta a diminuição da natalidade como sendo um grande desafio pastoral e para a própria família. Para os padres sinodais, esta mentalidade de redução dos nascimentos “debilita o tecido social, compromete a relação entre as gerações e torna mais incerto o olhar sobre o futuro. A abertura à vida é uma exigência intrínseca do amor conjugal. Nesta perspectiva, a Igreja sustém as famílias que aceitam, educam e circundam de carinho os filhos portadores de deficiência” (57).

A descoberta da “beleza e da verdade de uma abertura incondicional à vida, a necessidade de viver em plenitude o amor é a base que pode apoiar-se um ensinamento adequado a respeito dos métodos naturais para a procriação responsável. Chama a visitar a HV sobre a necessidade de respeitar a dignidade da pessoa na avaliação dos métodos de regulação da natalidade” (58). Que as famílias sejam escolas de crescimento e de transmissão de virtudes, escolas de amor e de solidariedade, onde as crianças aprendem a viver e conviver com os outros fraternalmente, aprendem a educar a sua afectividade e afectos e responsabilmente regula os seus instintos ou impulsos genitais.

CAPÍTULO IV

REFLEXÃO MORAL E ORIENTAÇÃO PASTORAL

Neste capítulo faremos uma reflexão moral em vista a uma acção pastoral entre o povo africano e não só, de modos a ajudar a fazer melhores escolhas para a sua vida e a da sua família. Consciente de que o tema de regulação dos nascimentos é um tema moral e politicamente muito controverso, não pretendemos dizer que as linhas que vamos apresentar serão normas éticas ou morais melhores para todos ou todos casos. Mas sim, dar um reforço daquilo que já se sabe e saber equilibrar entre o que a madre Igreja ensina e o que na realidade se vive.

Vivemos num mundo plural com uma gama de diversidade de valores e com uma enorme diferença na hora de interpretação e viver esses valores. Esta diversidade deve ser vista e interpretada como uma riqueza para os povos e não como ameaça ou um inimigo a combater e ou a abater. É preciso ir ao encontro das culturas e dialogar com os seus valores para melhor convivência antes que fazer um juízo moral precipitado e sem um conhecimento profundo do porquê do ser dos tais valores. Todas culturas têm algo a ensinar-nos e algo a receber das outras culturas. Nenhum valor é melhor ou maior que outro e nenhuma cultura é superior que outra. Por isso os nossos juízos morais devem ser muito cuidadosos para não ofender os outros.

Por exemplo, no contexto africano o Evangelho é proclamado com os fiéis sentados porque não se deve escutar o rei ou os mais velhos conselheiros de pé. Quando alguém recebe conselhos dos mais velhos se senta e ao pedir perdão se ajoelha, valores esses que não têm sentido para o mundo ocidental. O mesmo acontece com o sentido de família e de comunidade que é concebido com um grande valor. Na África não existem primos nem tias, existe sim irmão e mãe biológica, mãe mais velha ou mais nova ou do

melhor, e por ai fora; o que é diferente nas outras partes do mundo. Estas são realidades que sem ir ao fundo da antropologia unitária africana uma pessoa desde longe pode fazer juízos morais equivocados e até dar todo tipo de adjectivos negativo aos africanos.

Um dado importante que devemos ter em conta nesta problemática de espaçamento dos filhos, é que os anticonceptivos não são somente para regular a natalidade como muitas pessoas pensam. Muitas mulheres sofrem fortemente de complicações e transtornos menstruais. Neste caso quando o ciclo menstrual é abundante, doloroso e insuportável, os contraceptivos desempenham um grande papel para regular o ciclo e diminuir a dor e sofrimento dessas mulheres.

1. Um olhar optimista e a favor

Para fazer uma decisão responsável e acertada faz falta sempre educar a consciência, através de uma formação e informação. Tendo uma conhecimento de causa e uma consciência esclarecida, as pessoas são capazes de fazer as suas escolhas livre e responsabilmente que lhes deixarão tranquilas tanto na sua fé quanto ao nível ético. Nos capítulos anteriores descrevemos as causas que levam os africanos a ter muitos filhos mesmo sabendo que não têm condições mínimas para o seu sustento quase todos desaguam nas prática costumeiras e culturais em que não ter filho é visto muito mal. Nessa mentalidade, tanto os que já são formados academicamente como os iletrados, ninguém quer ser visto como um inútil, incapaz de gerar vida.

Olhando a realidade de hoje; o agravamento de custo de vida, o crescente número de crianças abandonadas nas ruas e recém nascidos deitados nos contentores de lixo e muitas outras situações de penúria, chega-se a conclusão de que é preciso mudar e adequar alguns elementos da cultura mesmo aqueles aspectos que há décadas eram vistos como valores fundamentais da sociedade mas que não vão de acordo com crescimento ou evolução da história da humanidade de hoje, é preciso rever. Não basta trazer filhos ao mundo, é preciso garantir a sua sustentabilidade, educação e formação integral. Quem não pode dar o bem estar as crianças, é louvável a iniciativa de ter um ou dois filhos no máximo.

1.1. O Crescimento Demográfico e a Moral

Diante do dilema entre um espaçamento dos nascimentos que conduzem a uma redução do número dos membros da família e as afirmações do Magistério que anima

uma família numerosa, é necessário encontrar um meio termo colocando um certo equilíbrio na maneira de entender e interpretar estes dois aspectos. A esta matéria o episcopado francês sobre a regulação dos nascimentos afirmava que a “Igreja não é natalista a todo custo, mas sim que preconiza uma procriação responsável”¹⁰⁹. Esta afirmação do episcopado francês não se deve perceber como que a Igreja obrigasse as famílias a restringir o número de filhos a todo preço e por razões estatísticas e económicas, mas sim uma chamada a reflectir sobre a responsabilidade que os casais devem observar na geração dos filhos.

1.2. Necessidade de Espaçar os Filhos

O planeamento familiar muitas vezes e em muitos grupos e instituições afirmam ser outro nome ou sinónimo de contracepção. No entanto, o planeamento familiar “ultrapassa esta mera visão reducionista, pois ele é uma forma saudável, racional de espaçar os nascimentos, abrangendo áreas como a infertilidade e a sexualidade humana. Portanto, o Planeamento Familiar é um conjunto de acções que permitem às mulheres e os homens escolher quando querem ter um filho, o numero de filhos que querem e o espaçamento entre o nascimento dos seus filhos”¹¹⁰.

Com o planeamento familiar as pessoas recebem os cuidados necessários a observar na área de saúde sexual e reprodutiva, e ajuda as mulheres e homens a planear o número de filhos a ter e o espaçamento que querem. Ainda mais tem vários benefícios como a redução da mortalidade materna; melhoria de saúde infantil; melhoria das condições e opções de vida nas mulheres; prevenção da prática do aborto não terapêutico; prevenção dos contágios do HIV/SIDA nas crianças e entre outros. E Quando um casal faz o planeamento familiar, reduz a taxa de fertilidade e de mortalidade, isto levará ao desenvolvimento económico, melhoria da saúde para os filhos boa alimentação e melhor educação.

Num mundo em profundas mudanças, muito materialista ou consumista e de certa maneira egoísta, onde a pessoa serve enquanto pode produzir e dar, ou seja, onde se valoriza a pessoa no possui e tem e no seu ser, há sempre uma grande preocupação da educação dos filhos, da sua alimentação, saúde, formação profissional segundo os

¹⁰⁹ Episcopado Francês na sua Pastoral Colectiva sobre a Regulação dos nascimentos. DC, 19 de Março de 1961, Col. 371-373.

¹¹⁰ Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública. Moçambique, *ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO 2011 – 2015 (2020)*, Maputo, Agosto de 2010, pg. 4.

padrões e exigências de actuais. A inquietação do bem estar da família aumenta cada vez mais. Não existe ninguém que não deseje o melhor para sua família e seus filhos. Daí a chamada da consciência cada vez maior de responsabilidade directa na fecundidade e aos casais pais de família a se inclinar na redução dos nascimentos para melhor dos poucos que tenham.

O controle da fertilidade ou espaçamento dos nascimentos é necessário. Sendo países pobres, o índice de desemprego é muito elevado, e os que trabalham têm salários ilusórios e muito baixos que não chegam para manter a família mesmo em termos de alimentação sem contar as outras despesas; há muita dificuldade em levar os filhos a escola e dar-lhes uma boa educação e alimentar adequadamente.

No entanto, este trabalho deve ser feito de forma gradual de modos que seja recebida pelas comunidades. Deve-se começar pela educação ou formação, ensinar e disseminar a informação sobre a necessidade de fazerem o planeamento familiar, dando a conhecer todos os detalhes sobre isso. Informar o que é isso de planeamento familiar, como se faz e como se pode ter o seu acesso. Explicar bem quais são os métodos usados para planear, quem pode usar os anticonceptivos com todos os seus benefícios e as desvantagens que deles provêm.

É preciso explicar bem que o africano não é um modelo de sofrimento, que também podem viver como vivem os outros povos com uma vida estável, mas sem esquecer nem abandonar os valores que lhes identificam como africanos; a humildade, a partilha com os outros daquilo que possui, a simplicidade, a irmandade e outros. Fazer compreender qual é a necessidade do casal decidir o número de filhos que quer ter e o respectivo espaçamento entre eles. Os homens tenham consciência que é preciso deixar que a mulher tenha um tempo propício para a reconstrução do seu organismo após um parto.

Com o controle da fertilidade haverá equilíbrio entre o número da população e a quantidade de produção para o sustento adequado das famílias. Como consequências deste, haverá diminuição da desnutrição infantil aguda e adulta, diminuição das doenças venéreas, queda de índice de mortalidade global e sobretudo a da materna infantil. Para que haja uma vida digna é necessária a existência de melhores condições para viver. Não basta trazer os filhos ao mundo sem nenhuma condição para sustenta-los, somente castiga-los no sofrimento eterno. Assiste-se muitos casos que alguns nem sequer são

pais, mas sim simples progenitores, que souberam trazer a vida no mundo e nunca tomam conta delas.

Dito por outras palavras, enquanto a população aumenta a qualidade de vida baixa, o acesso a educação e a saúde reduz. Infelizmente esta realidade não constitui preocupação para maior parte dos governos africanos tão pouco estão capacitados para atender as necessidades dos seus povos. Levado como uma das prioridades esta problemática, tanto na zona urbana como suburbana as famílias podem planificar fazer determinado número de filhos, mediante as suas capacidades de sustentabilidade. Com a regulação dos nascimentos diminuiria significativamente o número assustador de crianças abandonadas nas ruas.

João XXIII, sinalou que embora “a transmissão da vida humana esteja encomendada a um acto pessoal e consciente, esta deve sentir-se vinculado a outros factores sociológicos, incluindo o problema da população” (MM 185ss). E por sua vez, frente ao grande incremento demográfico em alguns países, o papa João Paulo II apelou uma honesta regulação da paternidade (FC 31), respeitando os critérios e implicações éticos que nela requer.

Em suma, podemos dizer que o “problema do controle de natalidade é que os homens e mulheres devem ter o número de filhos que querem ter, quando querem ter. Ainda mais, a paternidade ou maternidade planificada se consideram desejáveis como uma política social e como uma conduta individual porque se leva ao máximo a saúde física e emocional da mulher e as crianças e segundo a capacidade psicológica e económica dos adultos para cuidar satisfatoriamente da sua prole”¹¹¹. Uma visão positiva e socialmente desejável é que o planeamento familiar ajuda os parceiros casados a espaçar os seus filhos de maneira inteligente e racional.

1.3. Princípio de duplo efeito e do mal menor

Em casos muito complicados e controversos como é este, pode ser útil o uso do princípio do duplo efeito ou a escolha do mal menor e sempre ter em conta a importância das circunstâncias na definição e qualificação moral dos actos dentro de determinada comunidade.

¹¹¹ AA. VV., *Discusión Internacional: El Aborto en un mundo cambiante*, Editorial Extemporaneos, México 1972, pg.131.

Por exemplo “uma pessoa infectada pelo HVI/SIDA, a acção de proteger o seu parceiro é uma acção correcta que tem dois efeitos: a protecção da saúde e anticoncepção. A intenção directa que leva ao uso do preservativo é proteger a própria saúde ou a de outra pessoa para poder manter a unidade da família em relações sexuais. Claro que quando se usa o preservativo é para prevenir a infecção e também impede a concepção”¹¹².

Hoje em dia é muito frequente o problema de miomas nas mulheres que lhes faz sofrer bastante. Há casos em que uma mulher tem que sofrer várias cirurgias e finalmente os procedimentos médicos aconselham a retirada do útero. Neste caso, em vez de deixar a mulher a morrer é racional tirar o útero para sanar a enfermidade da mulher. É logico que ao tirar o útero a mulher fica estéril. A intenção não é esterilidade ou anticonceptiva, mas sim terapêutica, para garantir a boa saúde dela.

Por isso, é muito importante considerar o uso dos anticonceptivos e a própria finalidade. Nem sempre que se usa os anticonceptivos é para controlar a natalidade ou regular os nascimentos. Eles podem ser usados também para fins terapêuticos. Por exemplo, o uso de anovulatórios para regular o período irregular, ou em terapia psicológica. No primeiro caso trata-se “de corrigir a constatada complicação menstrual, considerando-a patológica. O uso de anovulatório neste caso é estritamente clínico e terapêutico e não tem relação com o controle de natalidade nem se quer o exercício de sexualidade. O segundo caso aplica-se para atender clinicamente uma neuroses de gravidez, que dá a pessoa segurança para enfrentar psicologicamente sua situação ou outras situações de transtorno psicológico”¹¹³.

Os anovulatórios também pode-se usar para defender-se de uma possível agressão ou violação. Em países com conflitos armados, as violações sexuais das mulheres é muito frequente. Muitas pessoas são raptadas e forçadas a se casarem com os seus raptadores e a ter sexo com eles, com todo o risco de ficarem grávidas ou infectadas pelas DTS's. neste caso, o uso de anovulatórios para defender-se da gravidez que lhe provocará transtornos psicológicos e até a rejeição do próprio filho, é lícito procurar meios adequados para infertilidade. Dá-se o exemplo dos rebeldes que entraram num convento de irmãs na Índia e violaram sexualmente uma freira de 25

¹¹² Nwachuku Udaku., B., op. cit., pg. 288.

¹¹³ Vico., J., op. cit., pg. 344-345.

anos. Violada por 50 homens! Se ela ficasse grávida que faria a congregação? Mandar-lhe fora do convento? Deixar-lhe dar a luz e levar o bebé ao orfanato para que ela continue no convento? Se se considera esta última possibilidade, como ela, como mãe, se sentiria a reconhecer-se mãe biológica e o filho num orfanato? Ou mandariam em caso extremo fazer aborto logo no início?

Estas e outra questões que talvez nunca encontraríamos respostas, nos leva a recorrer ao princípio do mal menor, fazendo ou tornando o uso de anovulatórios e alguns meios anticonceptivos terapêuticos lícitos. Como se pode notar, a natureza dos acção humana, as intenções, e as respectivas consequências desempenham uma função muito importante na hora de fazer a decisão e a sua consequente avaliação ética. Nos casos descritos acima, a sua avaliação moral deve ser estritamente segundo as circunstâncias e as intenções e não ver acto como tal e julgar desde aí. Somente, quando as circunstâncias mudarem, aí sim também a sua consideração moral pode ser feita noutros moldes. Em algumas circunstâncias de certos casos o uso dos anticonceptivos é lícito e correcto.

Ao tratarmos de questões eticamente delicadas e muito controversos como é o caso do uso dos anticonceptivos tanto para o controle da natalidade como para questões terapêuticas, é sempre importante e necessário estar afastado do fundamentalismo ético-religioso e ideológico. Nesta lógica nos ajudará a saber escolher entre dois males o mal que menos provoca prejuízos como a Igreja na sua teologia moral sempre aconselhou e continua a encorajar seguindo os exemplos que dão a este ponto.

Tomando o caso em que um dos casais se encontra infectado com HIV/SIDA e não pode evitar o acto conjugal, o uso do preservativo, é considerado como mal menor porque protege o outro parceiro da infecção. Uma família com muitos filhos ou mesmo poucos mas que não é capaz de sustentar e dar uma vida digna, ou uma adolescente ou jovem solteira que ainda não está preparada para ter filhos, o uso de anticonceptivos para evitar a gravidez não desejada pode tornar-se mal menor que um aborto depois de conceber sem nenhuma intenção para tal.

Em termos de conclusão podemos dizer que a problemática da regulação dos nascimentos e o uso dos meios artificiais, é muito importante o equilíbrio nos critérios de avaliação moral dos actos. Não se pode dizer sim a tudo tão pouco não a tudo. É preciso saber ler os sinais dos tempos e adequar a moral as circunstâncias e os contextos

e valorizar a pertinência das intenções. Considerar de forma positiva o princípio do duplo efeito e do mal menor. É preciso ter-se em conta que os anticoncepcionais de diversas naturezas, não são usados somente para prevenir a gravidez, mas também para prevenir doenças infecciosas e como meios terapêuticos, isto é, para o bem estar e saúde das mulheres.

2. Um olhar negativo e contra o controle da natalidade

Fazendo uma leitura global da realidade de África Subsaariana encontramos que os factores socioculturais e económico políticos, e sobretudo as políticas internacionais de cooperação, contribuem de certa maneira para desgraça desta região do nosso planeta. A região é riquíssima em recursos minerais e energéticos. Os solos são ricos para a prática da agricultura tanto de subsistência como de rendimento. Infelizmente, tudo o que a região tem é para enriquecer cada vez mais os países ricos que investem com o seu capital. Os cereais (da primeira qualidade) que são produzidos são exportados para fora e os países ficam com o resto e em alguns casos mesmo sem nada e cada vez mais a passar privações alimentares.

Nota-se também que sempre que se descobre um minério ou algum de valor económico internacional, é uma guerra civil ou desestabilização do país onde foi descoberto e algumas vezes chegam a afectar os países vizinhos. Na medida em que os irmãos, filhos da mesma pátria vão se matando nos confrontos militares e rebeldes, os financiadores vão entrando e pilhando tal riqueza que necessitam. Só depois de terem levado o suficiente e ter semeado luto nas famílias e provocado divisões entre os grupos étnicos ou regionais, chega a intervenção da comunidade internacional. O pior de tudo, em alguns casos a comunidade internacional estará sempre no lado dos culpados. África tem terras férteis e sem ser habitadas e actualmente estão sendo descobertos muitos recursos minerais coisas, que podem sustentar as populações.

Verifica-se igualmente que em muitos dos países subsarianos existe um grande potencial que pode, num período de 10 a 20 anos, fazer frente a pobreza absoluta que se vive nestas regiões. Se levamos o caso de Moçambique que anos atrás ninguém se incomodava dele, com a descoberta dos gás natural no sul do país já em exploração, do carvão mineral no centro também em exploração, das areias pesadas no norte também em exploração e ultimamente do gás natural e petróleo no norte e dos recursos marinhos e florestais, virou o lugar de atenção dos grandes investidores.

Lamentavelmente, o país continua a viver abaixo da linha de pobreza. As populações são retiradas das zonas onde os seus antepassados e eles nasceram cresceram e viveram para zonas sem condições básicas para viver; sem água, nem hospital, nem escola para os seus filhos e sem condições para a prática da agricultura que é a base de sobrevivência. As indemnizações nunca são equivalentes e não podem manifestarem-se em gesto de exigir os seus direitos sob risco de morrerem com o tiro da polícia que é usada para reprimir as manifestações.

Estas e outras questões nos leva a pensar que a miséria de África Subsariana não é causada pelo crescimento ou densidade demográfico, tão pouco poderá ser resolvida pelas políticas por mais eficazes que sejam de controle de natalidade. Me parece que o problema de regulação dos nascimentos é puramente uma justificação das grandes injustiças que o mundo capitalista impõe nos pobres para controlar a economia mundial.

Há necessidade de mudança de políticas e mentalidade tanto para os governos africanos como nos parceiros económicos nacionais e internacionais. A comunidade internacional tem uma grande responsabilidade na penúria africana, pois desde o tempo da colonização até agora, levam a riqueza de África e desenvolvem os seus países. Aliás ainda continua a colonização, somente mudou a forma e do nome. Há que começar a mudar de discursos quando se trata de África, em vez pensar o que fazer para África deve-se pensar o que fazer com África. Os africanos devem ser os primeiros sujeitos activos e não sujeitos passivos.

África é um continente muito grande, mas nos discursos internacionais tratam África como se fosse um país ou simplesmente uma localidade. É frequente ouvir mencionarem os nomes dos países como China, Brasil, Malta, Alemanha, Austrália, Estados Unidos de América, Peru, e por ai em diante, mas quando chega a vez de falar de um país africano em vez de dizer Angola, Chade, Gana, dirão África. É esta mentalidade que primeiro deve ser trabalhada antes de impor aos africanos a coisas que até de certo modo vão contra os valores culturais do povo. É preciso acabar com as injustiças que provocam a exclusão humana em todas as suas dimensões.

Há necessidade de “reconhecer a todo o ser humano (neste caso a todo o africano) os direitos humanos (económicos e sociais): o direito ao trabalho e salário digno ao trabalhadores; a uns ingressos mínimos de subsistência; a protecção social contra os riscos da vida; a igualdade de oportunidades no acesso a educação, a saúde e

aos serviços sociais e outros”¹¹⁴. Onde não existe a justiça e o respeito dos outros, não é possível haver desenvolvimento e todo o desejo termina nos discursos.

Numa festa tradicional algures em África, estava lá o rei e a sua mãe. Quando lá chegaram deram um cadeira ao rei para sentar-se comodamente e a mãe deixaram sentar no chão. O rei levou a cadeira e deu a mãe e foi repreender aos organizadores da festa que eles não gostavam dele. Pois, quem não gosta de sua mãe também não gosta dele; quem ama e respeita o rei, ama e respeita também a sua mãe. O mesmo podemos aplicar neste caso. Quem ama e gosta as riquezas de África, deve necessariamente amar e respeitar os africanos e seus valores morais e culturais, tratar-lhes como pessoas com dignidade e não cidadãos da segunda classe.

O papa Pio XII, dizia a este propósito que “quando o amor e a caridade sentida vivamente unem a todos os homens é eficaz nos povos no seu desenvolvimento e nas suas diferenças segundo as condições de vida e cultura, ajuda a enriquecer com a comunicação de seus peculiares dotes e com recíproco intercâmbio de bens”¹¹⁵.

O problema de miséria ou pobreza absoluta que África Subsaariana é imposta, e sem saída vive não se resolverá nunca com a diminuição dos membros componentes nas famílias. É importante entender que para o africano a família é uma célula produtiva e os “filhos são um vínculo importante, não somente na família que configura, mas também no âmbito social de convivência em que ela se relaciona”¹¹⁶.

Portanto, uma família numerosa tem mais capacidade de produção com grandes extensões de terra de cultivo. “os filhos são considerados como uma contribuição positivo ao sustento familiar e nacional. hoje em uma sociedade pluralista, a família deixou de ser uma unidade produtiva e os filhos são considerados uma carga familiar”¹¹⁷ por evitar a todo custo. Esta é a política que querem inculcar nos africanos para acreditarem que os filhos são um peso, que portanto é preciso evitar tê-los.

¹¹⁴ González-Carvajal, L., *El Clamor de los Excluidos. Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres*, Sal Terrae, Santander 2009, pg. 156.

¹¹⁵ Pio XII. Unidad Caridad y Justicia: Texto oficial, subrayado y anotado, de la encíclica “*Summi Pontificatus*”. Editorial Atlántida. Tarragona 1944, pg.33-34

¹¹⁶ Vidal, M., *Moral de la Persona y Bioética Teológica, Moral de Actitudes II-1ªParte*, PS EDITORIAL, 8ª edición, Madrid, 1991, p. 544.

¹¹⁷ De Castro Reyes., J., op. cit., pp. 78-9.

Por mais que se reconheça que existem problemas demográficos em alguns países, sobretudo na África Subsaariana, é preciso situar-se numa perspectiva de educação que respeita os valores e direitos fundamentais dos homens. Em 1952, o papa Pio XII dizia em radio mensagem sobre este tema que:

“Certamente não negaremos que tal ou alguma região está no presente afectado por relativo superpopulação. Mas querer resolver a dificuldade com a pretendida fórmula que o número dos homens deve regulamentar-se segundo a economia pública, equivale a derrubar a ordem da natureza e todo o mundo psicológico e moral unido a ela”¹¹⁸.

Num pensamento paralelo a este, o Papa João XXIII na encíclica *Mater et Magistra* “faz ver com insistência que os problemas demográficos não se opõem a uma humana e digna procriação que elas são solucionadas, antes que todo, solucionando as injustiças sociais e a produção dos países”¹¹⁹. O que se precisa são acções sociais e económicas concretas para resolver os problemas da população mundial como De Castro Reyes sugere:

“Todo o ser humano deve obter da sociedade o direito a fazer uso dos recursos da terra que lhe proporcione uma vida digna; que todo os homens partilhem suas habilidades e riquezas em vista de sua natureza social. O descobrimento ou aquisição de um homem pertence em certo grau a todos os homens; uma nivelção das desigualdades sociais e económicas para diminuir as tensões e ressentimento entre os homens e as nações”¹²⁰.

Se levados seriamente estes elementos permitiriam aos pais a assumir e cumprir digna e responsabilmente a sua missão de pais de família.

2.1. Conflito Moral e o papel dos Pastores

Perante esta situação importa referir que a lei moral tem um alcance universal, mas a sua finalidade é iluminar a acção, que é sempre singular. Apesar desta universalidade moral, ela não atinge a todos da mesma maneira nem tem o mesmo valor em todas as culturas, por isso no momento de implementar uma certa norma deve se ter em conta este factor cultural e situacional que uma acção pode ser um valor numa e contravalor noutra situação. Dai que se deve evitar toda imposição em qualquer matéria.

¹¹⁸ Pio XII, Radio mensagem do Natal de 1952, CEDP, no. 19, p. 440.

¹¹⁹ João XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*, CEDP, no. 50, p.2.263.

¹²⁰ De Castro Reyes, J., op. cit., pg. 82.

No conflito entre a consciência e o mal menor que não pode justificar um acto moralmente ilícito em si mesmo, como ensina a HV 25, a tarefa dos pastores nesta situação é de animar os casais que encontram dificuldades em tomar decisões a não se afastarem dos sacramentos, como sucede frequentemente, mas sim a recorrer com humildade a penitência e a Eucaristia.

“A anticoncepção atenta contra a finalidade específica do matrimónio que é a fecundidade, inscrita essencialmente na natureza do amor-vida conjugal e da sexualidade; atenta também contra a unidade conjugal e os valores da alteridade e reciprocidade do amor; está também contra o conceito religioso e saudável do prazer ao serviço de um acto de doação de si. A negação dos valores religiosos e naturais, impossibilita o ideal da virgindade e a vivencia de uma castidade que se deseja”¹²¹.

Devemos unir as forças e confiantes lançar a mensagem de mais solidariedade, caridade, mais justiça e equidade e mais amor no coração dos homens para que possam compreender a necessidade de multiplicar o pão mais que diminuir o número dos beneficiários desse pão.

“Certamente diante as dificuldades a superar, é grande a tentação de trabalhar autoritariamente por diminuir o número dos convidados mais bem que multiplicar o pão a repartir. Não ignoramos que existem opiniões que nas organizações internacionais propõem um controle de nascimentos planificado, a fim de, se crê, procurar uma solução radical aos problemas dos países em via de desenvolvimento. A Igreja hoje, por sua parte, em todo campo de acção humana, convida ao progresso científico e técnico, mas reivindicando sempre o respeito dos direitos invioláveis da pessoa humana, cuja garantia devem ser em primeiro lugar os poderes públicos. Firmemente aposta a um controle dos nascimentos que seja a justa expressão do nosso venerável predecessor el papa Juan XXIII, se faria por métodos e meios que são indignos do homem. A igreja convida a todos os responsáveis a trabalhar em audácia e generosidade em favor de um desenvolvimento integral e solidário, que favorecerá um domínio racional de natalidade por meios de casais que chegaram a ser capazes de aceitar livremente seu destino”¹²².

2.2. Planeamento Familiar e a Paternidade Responsável

O problema demográfico é uma realidade conhecida por todos e todos estão de certo modo de acordo da existência deste fenómeno, o que difere ou está em desacordo ente eles são os meios a serem usados para a sua solução. Desta forma a questão do planeamento entra em conflito as vezes de interesses.

¹²¹ Ibid., pp. 45-46.

¹²² João XXIII, Encíclica Mater et Magistra, A.A.S., 53 (1961), pg. 47. Cottier, M. G. op. cit., pg. 194-4.

Para alguns e mais radicais “a solução passa necessariamente por limitação drástica da natalidade, utilizando para tal todos os meios a disposição. Para este grupo, vivemos em uma situação de emergência em que os recursos da terra estão esgotando, o risco da população e da degradação do meio ambiente está a superar a barreira tolerável”¹²³.

Este posicionamento logicamente é do mundo ocidental (euro-americano) com a preocupação de controlar e manter as suas conquistas materiais. De referir que este mundo é que mais consome a energia mundial contribuindo assim de uma maneira agressiva e negativamente a manutenção e preservação do ecossistema global.

“O desenvolvimento do primeiro mundo consome os recursos naturais que são de todos e assegura um progresso somente para si mesmo. Os países desenvolvidos, com 18% da população mundial, absorve 53% da energia e os países em desenvolvimento com 51% da população total do mundo, consome somente 14% da energia total”¹²⁴.

Como se pode ver, estes países economicamente desenvolvidos são os que mais dano criam para o meio ambiente e são responsáveis causadores da miséria dos outros por pensar somente neles e seu egoísta bem estar. Nesta perspectiva o argumento deles somente serve para os seus próprios países, pois nos outros países os tais recursos naturais ainda existem e alguns ainda sem ser explorados. A degradação do meio ambiente é causada por essa mentalidade egoísta de querer ter e ter cada vez mais sem pensar nos outros. Os 14% da energia global que esta maioria de 51% da população total consome, em nenhum momento pode constituir um perigo ao ecossistema, mas sim os 53% consumidos por uma minoria de 18% da população rica.

Em outras palavras, diríamos que esta tese para regular os nascimentos não tem nenhuma relevância para África Subsaariana. Não convence a ninguém, porque mostra de antemão um fundamento guiado pela ganância de riqueza. Se for a comparar os países do ocidente com os da África Subsaariana, nota-se muito bem que os africanos são extensos e pouca população e os do ocidentes pequenos e com maior população. Muitos países da Europa entram três ou cinco vezes em um país africano e são poucos os países africanos que tem mais de 45 milhões da população.

¹²³ Vico Peinado, J. , op. cit., pg. 304.

¹²⁴ Ibidem.

Nesta perspectiva, este grupo deve procurar apresentar ao mundo novos elementos argumentativos sobre este tema. O terceiro mundo ainda não tem falta de recursos naturais, mas sim desprovido de recursos de produção ou para explorar esses recursos. Ao contrário, este grupo radical e egoísta, guiados pela sede e apetite insaciável de riqueza, é que vai destruir e pilhar os recursos aí existentes. Então com o crescimento da população nessas regiões, vêm os seus projectos de exploração desenfreada das riquezas ameaças.

Esta é a verdadeira razão da radicalização do controle dos nascimentos; razão pela qual nunca acabam as guerras entre irmãos porque são eles que financiam as partes com armamento para se matarem. Matando-se reduzem os números da população e enquanto os irmãos matam-se entre eles, os gananciosos entram em missões humanitárias e tiram a riqueza que precisam, deixando África cada vez mais pobre. Como me referi acima, é difícil entender isto desde longe. Quem viveu e vive esta triste situação ao falar pode parecer uma calúnia ou ainda facilmente se pode pensar de ser muito emocional ou desequilibrado. Então precisamos outra forma ou proposta de solução deste problema.

2.3. Necessidade de Uma Nova Ordem Económica

Feito o recorrido da opinião do primeiro grupo radical, que acredita uma solução pela restrição dramática da natalidade, concluímos que para o ambiente e realidade subsaariana não vai beneficiar em nenhuma das formas. Por isso, admitimos um outro grupo presente como solução do problema demográfico pela revisão profunda da actual desordem económica internacional. Segundo Vico Peinado,

“As raízes profundas, da causa maior da pobreza é a injustiça estrutural que condena o Terceiro Mundo a marginalidade no desenvolvimento. Dai, se pensa que um dos potenciais do futuro do Terceiro Mundo é precisamente a sua população. O Terceiro Mundo tem a população mais jovem do mundo enquanto o Primeiro Mundo mais velha do mundo. Por isso, o primeiro mundo tem medo deste potencial populacional e pretende impor uma restrição forçada da mesma, condicionando ajudas económicas a um decréscimo em natalidade, favorecendo uma legislação antinatalista ou utilizando outros meios de pressão”¹²⁵.

Esta é uma das razões porque a Igreja em África é contundente e taxativa ao afirmar não ao uso dos meios artificiais de controle de natalidade; porque denunciavam

¹²⁵ Vico Peinado., pg. 304-305.

no Sínodo da Família de 2014 e em outros momentos as políticas mascaradas em forma de ajuda económica e apoio humanitário para controlar os nascimentos como o caso da vacina contra tétano contaminada com uma substância anticonceptiva e esterilizante em Quênia e outros países africanos. Várias ocasiões os Bispos africanos foram criticados e alguns casos ameaçados de morte por advertir os seus governantes e povo a terem cuidado com as políticas e opiniões do ocidente que pensam ser a melhor opinião desprezando e atacando as dos outros povos.

Eu faço meu, o posicionamento de Vico sobre a necessidade de planificação e justiça. Isto é, a urgência tanto do “controle demográfico como a criação de uma ordem económica internacional, que faça possível um desenvolvimento sustentável e equitativamente distribuído entre todos os habitantes da terra”¹²⁶ (Vico 306). Caso contrario o problema continuará e sempre as acusações irão aumentar até chegar a um nível de confronto físico bélico entre os dois mundos e ninguém vai assumir a responsabilidade dos danos causados. Aliás as devastações e danos que são causados pela exploração dos recursos ninguém assume.

Para que estes elementos sejam realizáveis é necessário que se respeite e aplique-se radicalmente, alguns princípios morais ou éticos que orientam a convivência harmoniosa desses povos. Não se deve impor nada a ninguém valores que eles desconhecem e que até alguns casos são contra seus princípios éticos. Talvez F. J. Elizari pode ajudar-nos a compreender melhor esta questão de boa convivência entre os povos nos seguintes termos:

“As intervenções dos Estados em ordem a influir nas tendências da fecundidade, em principio não são negáveis si respeitam corpos princípios e condições. Estas políticas hão-de harmonizar-se com o respeito a liberdade das pessoas e dos povos - Por ela, hão-de negar-se as medidas coercivas com as que se pretende impor aos casados ou incluso aos povos do Terceiro Mundo um determinado modelo de fecundidade, por exemplo prescrevendo a esterilização ou condicionando a ela o envio de ajuda – Nas políticas demográficas hão-de evitar fundamentos ideológicas; motivos raciais, de expansão territorial, etc. Igualmente, não são aceitáveis enfoques parciais: centrar-se exclusivamente na natalidade, esquecer a exigência de solidariedade, tao unida aos temas da população (partilhar os bens, dar maior liberdade as migrações); ocultar que o bem estar pode estar tão ameaçado pelas taxas de consumo e contaminação como pelos índices

¹²⁶ Ibid., 306.

de natalidade; cair em atitudes nacionalistas fechadas, surdas as dimensões planetárias do problema”¹²⁷.

Paralelamente ao fundamento de Elizari, L. Lorenzetti, defende que “a pobreza dos países superpovoados não se resolvem somente e unicamente diminuindo o número, mas sim favorecendo o progresso económico, social, cultural e políticas justas”¹²⁸.

Importante considerar que, o problema ético individual do controle da fecundidade é resultante de uma decisão consciente que tem em conta e respeita os valores éticos da comunidade. Quando um casal obedece a estas normas morais então o propósito de controlar a natalidade é correcta.

Em suma, o controle de natalidade “não é problema no exercício da paternidade responsável. O problema radica nos meios através dos quais se pretende conseguir esta finalidade. São estes meios e não a finalidade, os que requerem um discernimento ético”¹²⁹. Este posicionamento vem ratificar o principio da relação entre os meios e os fins. Isto é, os fins por mais de excelência tenha, nunca podem justificar os meios usados para alcançar a finalidade. Como se sabe, cada um tem a sua própria capacidade de perceber e interpretar as coisas e muitas vezes se interpreta com base nos interesses individuais.

Nesse sentido, justificar os meios pelo fim a atingir seria fatal. Aliás, é por esta via que hoje há muitos conflitos de interesses, guerras, e muitos outros males. Hoje não importa os meios, mas sim o fim; por isso, se tiraniza a vida de inocentes para obter o que se almeja. Então, antes dos fins a alcançar, primeiro fazer uma avaliação ética bem profunda dos meios a serem usados para a dada finalidade.

2.4. Necessidade de uma Pastoral de Conjunto

A dinâmica de vida do mundo de hoje, e sobretudo em matérias relacionadas com a ética e a percepção e interpretação dos valores socioculturais, religiosos e político-ideológicos, requerem um trabalho combinado para fazer frente aos desafios que essa realidade nos apresenta. A Igreja por si mesma não poderá alcançar o desejado resultado e o estado ou as políticas e organizações internacionais individualmente, tão

¹²⁷ Vico, J., op. cit., pg. 307. Cfr citação original de F. J. Elizari Basterra, *Bioética*, San Pablo, Madrid 1994, pg. 83-84.

¹²⁸ Ibid., 308.

¹²⁹ Ibid., 310.

pouco chegará a colher os frutos que espera. Por isso, é necessário um trabalho de conjunto e colaborativo que une as forças. Se estas instituições, trabalharem juntas, traçarem juntos as linhas de acção e os objetivos a alcançar e usar mais ao menos a mesma linguagem, aí sim as populações poderão sentirem-se protegidas.

Se cada um trabalhar sozinho guiado por seus interesses e atacando as outras instituições, todo trabalho resultará num fracasso total. Recordemos que a Igreja é uma instituição com uma autoridade moral mais forte que qualquer outra instituição, e que também as organizações internacionais e estados têm a força de atrair o povo com bens materiais que elas necessitam. Nesta luta de poder, o povo se encontra em muitas situações sem saída. Obedecer e viver segundo a sua fé ou seguir as ideologias que lhe oferecem algo para sua sobrevivência. O trabalho de conjunto vai minimizar este impasse e o sofrimento do povo ficará aliviado.

Os projectos que a Igreja, o Estado e as ONG's levam a cabo, tanto na formação dos seus membros, combinados pode de certa maneira a formar uma liderança mais apta para servir o povo segundo os sinais do próprio tempo em que vivemos. Não basta falar de moral ou respeito da vida e da cultura, tão pouco é suficiente distribuir preservativos, exigir o uso dos anticonceptivos e até alguns casos contaminar vacinas com produtos esterilizantes.

É preciso oferecer a população uma instrução e instrumentos próprios e segundo as circunstâncias de cada povo e de cada caso. A formação em todos os níveis é urgente. Esta preparação deve logicamente abranger diferentes especialistas como por exemplo os "antropólogos, teólogos, interpretes fidedignos do Magistério sobre a sexualidade no seu todo; pessoal médico, conhecedores científica do funcionamento biológico do corpo humano, das implicações e benefícios do uso dos anticonceptivos e da prática do aborto e da prevenção das DTS's e das gravidezes indesejadas; líderes tradicionais, conhecedores do funcionamento dos valores da cultura que orienta a convivência saudável da sociedade; tradutores, peritos na interpretação das línguas para que a informação a se disseminar possa chegar claramente a todos e a cada um na sua própria língua ou dialecto.

2.4.1. Finalidade do Trabalho/pastoral de conjunto

Conhecer as perspectivas culturais dos grupos alvos do nosso trabalho; dar a conhecer os métodos tanto naturais como artificiais de prevenção e controle dos nascimentos, suas vantagens e desvantagens para que se possa fazer uma escolha consciente e esclarecida; orientar a uma mudança de comportamentos e práticas seguras do sexo; compreensão das necessidades emocionais, espirituais e sociais das pessoas que enfrentam estas dificuldades (os que vivem com HIV/SIDA, as que praticaram aborto, vivem grávidas sem querer manter, os que sofrem transtornos psicológicos pelo uso dos anticoncepcionais e outros); Aconselhar a saber aceitar e viver uma vida positiva para os infectados pelo vírus do sida e os respectivos cuidados a observar.

2.4.2. Objetivos específicos da pastoral de conjunto de formação

Capacitar o pessoal de apoio para um conhecimento e informação adequada sobre o controle de natalidade (o planeamento familiar e o uso dos anticoncepcionais, anovulatórios, o aborto); criar o gosto e hábito de uso “da Bíblia, da teologia, das tradições, da liturgia, por meio de palestras para o desenvolver um sistema integral de valores na luta contra todos os males que ameaçam a vida humana; suscitar nos ministros ordenados e não ordenados atitudes positivas para com as pessoas que sofrem esta situação; capacitar os jovens com conhecimentos e competências para desenvolverem e manterem comportamentos positivos sobre os cuidados a ter na sua saúde reprodutiva e despertar neles uma compreensão mais profunda dos factores sociais e culturais que contribuem”¹³⁰ negativamente na compreensão da realidade em causa.

3. Pastoral da adolescência e da Juventude

Os adolescentes e os jovens formam a camada mais vulnerável em toda esta problemática anticonceptiva e controle dos nascimentos. Por isso, é preciso educar-lhes em valores e responsabilidade adequadas para que não desfaleçam diante desta situação. São necessárias acções concretas para com eles, facilitando-lhes os meios proporcionais para o seu crescimento saudável em valores éticos, humanos, culturais e religiosos. É preciso quebrar os tabus e formar os jovens de forma aberta sobre a sexualidade

¹³⁰ Cunlela, F., op. cit., pp. 235-236.

humana, as doenças de transmissão sexual e o sida. Uma vez compreendida o aspecto sexual e mudado o paradigma do amor e a necessidade do respeito do seu corpo, eles poderão responsabilmente fazer boas escolhas.

É necessário ajudar esta camada da população através de acções concretas e atraentes a eles a “estabelecer três prioridades precisas na vida: quando sejas maior será muito difícil, a orientação da vida, e a educação para a vida. Estes elementos se fazem melhor quando se é jovem”¹³¹.

A formação dos jovens em valores e responsabilidade em questões de sexualidade, serão capazes de aplicar o seu conhecimento no seu “próprio contexto cultural, organizacional, religioso, económico, social e educacional permitindo assim desenvolver competências morais, éticas e comunicativas”¹³².

É importante ter em conta que a explosão emocional provoca a marginação do pensamento. O pensamento se empobrece a custa da emoção e o sensorial. Isto é muito frequente na maioria dos nossos adolescentes e jovens de hoje. Para eles o importante é tocar, sentir e experimentar as coisas, sem se importar em ter consciência do que experimenta. Por isso, é necessário recuperar a dignidade e o valor da palavra.

Em casos extremos até pode-se dizer que é preciso restaurar o que já está roto. Voltar ao passado e à tradição unindo a realidade da sexualidade e o matrimónio formando o carácter de saber esperar. Claro que isto pode constituir um outro tabu impossível de alcançar. Mas é necessário dar a conhecer que também não devem atrasar demasiado a actividade sexual, sob risco de ter muitos transtornos no momento certo. No entanto, é muito importante realçar que o não ter relações sexuais nem sempre significa ser responsável.

3.1. Princípios Básicos

Aos adolescentes e jovens é sempre importar proporcionar-lhes uma informação séria, rigorosa, científica e bem actualizada que lhes facilitem a distinguir a ciência da crenças religiosas; que lhes permitem a sair da ignorância, das falsas crenças e prejuízos. Fazer-lhes perceber a importância da comunicação verbal, gestual, emocional

¹³¹ AJAN, *Un Pueblo que quiere vivir. Red Jesuita Africana contra el Sida*, Ediciones Mensajero, Bilbao 2008, pg 9.

¹³² Cunlela, F., op. cit., pg. 239.

e aprender a responder sem medo e evitar calar-se e proporcionar-lhes espaços próprios para que se comuniquem os assuntos mais secretos mais profundos e ocultos. Saber vincular com a saúde e bem estar e não no temor, culpabilidade ou vergonha. Que saibam aceitar p desejo, a atracão, a paixão, o sentimento, o encontro a procriação. A saber respeitar o pluralismo e liberdade e com tolerância. Este expressar o amor e o sexo lhes levará a respeitar o aspecto do mistério do outro.

Ensinar estes dois grupos a seguir os princípios básicos do respeito e ética: “educar no respeito e uma ética mínima frente a falta de limites, egocentrismo, a agressividade (não a coação); respeito que implica evitar abusos, violência, respeitar o não, respeitar o que o outro quer (consentimento); preocupar-se com o bem estar do outro como ética mínima (tratamento igualitário tanto económico, laboral como familiar); prazer e intimidade partilhados (ocupar-se do que gosta, prazer dos parceiros é dever dos dois, busca de amor e empatia); lealdade básica (dizer o que realmente se deseja e se sente. Certo direito do outro saber o que o parceiro deseja e seu compromisso real com ele e finalmente evitar condutas de risco”¹³³.

É preciso respeitar a autonomia deles mas sempre encorajando a responsabilidade nos seus actos. Saber educar os afectos desde o afectivo, desde a valorização positiva dos afectos. Pôr equilíbrio na vida sexual (nem si a tudo nem não a tudo). Assim afirma Javier na sua alusão sobre a prudência e equilíbrio: “nem sacralizar, nem insignificância do sexual; nem moralismo, nem banalidade da sexualidade; nem reduzir a tabu, nem a meras posturas; nem nada vale, nem todo vale; nem reprimir, nem deixar-se levar; nem negar sempre, nem consentir sempre; sem somente travões, nem somente acelerador; nem romanticismo idealista, nem materialista-higiénico e de posturas; mas entender que a sexualidade é uma possibilidade de encontro ou desencontro, de autorrealização e destruição”¹³⁴.

Educar os sentimentos é saber aproximar-se e saber distanciar-se. O amor não é estar sempre juntos porque isso asfixia o amor. Devem saber falar e saber calar-se. Saber pôr palavras aos sentimentos e saber expressar. O corpo fala, por isso é preciso saber escutar e aprender a linguagem do corpo. No entanto, o corpo também pode mentir.

¹³³De la Torre, J., Notas de aulas de Ética de Amor e da Sexualidade. Comillas 2015.

¹³⁴Ibidem.

Em forma resumida podemos dizer que é preciso ensinar a terem projectos concretos e conjuntos para que eles sejam capazes de educar os seus afectos. Valorizar a importância dos amigos na educação de si mesmo. Quando eles tiverem a capacidade de se relacionarem bem com os amigos e companheiros, terão uma boa relação com o parceiro. Saber cuidar a química do amor. Os ciúmes matam o amor. De trás dos ciúmes está a falta de autoestima e a insegurança. Um não pode estar numa dúvida permanente se está com a pessoa certa, que tu queres. A dúvida e os ciúmes contínuos matam o amor e a vida em geral. Estes e outros aspectos são elementos que deviam ser fontes ou temas nos programas de formação dos nossos jovens na preparação de uma vida a dois e no relacionamento interpessoal em geral.

CONCLUSÃO

Ao longo da nossa trajetória fomos dizendo que não pretendíamos neste trabalho trazer normas de conduta novas, mas sim aprofundar aquilo que muitos autores apresentaram e dar uma oportunidade aos leitores de reflectir e criticar as nossas próprias práticas. O tema do controle de natalidade (uso dos anticonceptivos, a esterilização total ou parcial, o aborto), é “um assunto juridicamente espinhoso, moralmente problemático, pastoralmente delicado e por isso mesmo divide ao nível ecuménico e sem normas claras desde a perspectiva médica” (R. McCormick).

O problema que se coloca ou seja a causa de divisão em opinião e classificação moral deste tema, não está no controle da natalidade como tal, mas sim, na forma e nos meios usados para a regulação dos nascimentos. Esta contradição é derivado em alguns casos a falta de observação dos critérios éticos que não respeitam as culturas ou a imposição que faz para levar a cabo este feito. Do outro lado, está a radicalidade e rigorismo do Magistério que parece não abrir espaço para um diálogo e que até em alguns momentos leva as pessoas a confundir a moral cristã com as dogmas marianas.

Dado estes factos, se chama a todos a um equilíbrio de pensamento que não danifique nem a convivência entre os povos, nem a vivência das crenças religiosas e culturais. Que Igreja ajude os fiéis a encontrar na moral cristã um instrumento para viver fielmente a sua fé na sua família e na sociedade por onde se encontra. Evitar que o Magistério seja um peso para os fiéis e em alguns casos se torne causa de abandono da Igreja.

O carácter actual do tema, a complexidade e factor problemático, requer de todos no momento de fazer qualquer abordagem referente a esta questão, ter em conta os diversos factores que levam primeiro as grandes taxas de nascimentos e a necessidade de controlar ou limitar essas taxas. Deve-se abertamente confrontar os aspectos socioculturais, económicos, religiosos, políticos dos respectivos povos. Pois a questão dos filhos para algumas culturas é um peso e até um inimigo do bem estar, do desfrute por evitar enquanto para os africanos os filhos é uma dádiva de Deus que nunca pode-se negar, uma bênção, uma riqueza. Por isso, por mais pobre que seja, sempre procuram terem seus filhos.

Na realidade, maior parte dos africanos, não estão bem informados sobre a necessidade do controle da natalidade através do planeamento familiar e como isso se faz. Daí que, muitos não entendem porque devem limitar os filhos, porque usar anticonceptivos se sempre viveram assim. Estes e outros aspectos pode-nos levar a concluir que muitos dos povos subsaarianos ainda não estão preparados para esta prática. É preciso dar-lhes tempo para se prepararem. Precisam ser compreendidos e paulatinamente formados e não impostos práticas estranhas de outras culturas. Caso não se respeite este processo paulatino, tudo será um fracasso poderá criar um caos nas relações internacionais entre os povos.

O certo, é que não se pode a política coerciva para atingir os objetivos. Há necessidade de fazer as coisas com clareza, honestidade, primando na verdade e justiça. Lembrar que no terceiro capítulo falamos das denúncias que algumas conferências episcopais de África fizeram dos casos ilícitos praticados pela comunidade internacional ou programas de ajuda humanitária usadas pelo Banco Mundial, Nações Unidas (UNICEF, FMI, OMS). Algumas delas estavam ligadas ao controle da natalidade compulsiva, colocando substâncias esterilizantes nas vacinas. Isto não é ético, e é juridicamente condenável, é um crime. Este é um dos factores que algumas famílias em alguns países mais atentos, negam que as suas filhas sejam vacinadas contra qualquer enfermidade.

É muito lamentável, que aqueles que são o garante da democracia e justiça internacional, promovem práticas desta natureza, para regular ou controlar a população mundial. Eu repito, se calcularmos a dimensão dos países africanos e o número da sua população, África não está superpovoado. E que não se deve usar essas políticas pelo

simples facto de eles serem pobres. É preciso que haja, consentimento dos implicados para o uso dos anticonceptivos sobretudo esterilizantes hormonais femininas que são mais vulneráveis a essas práticas injustas.

Na encíclica *Mater et Magistra*, João XXIII em alusão a esta matéria sobretudo na cooperação internacional e ajudas humanitárias aconselha o respeito às características de cada povo, guiados por obras desinteressadas e a respeitar a hierarquia de valores. Assim ele :

Aas nações em fase de desenvolvimento econômico apresentam uma individualidade própria, inconfundível nascidas do modelo natural em que vivem, pelas tradições muitas vezes ricas de valores humanos e pelas qualidades típicas de seus membros (n. 168). Assim, as nações economicamente desenvolvidas, ao ajuda-las, devem reconhecer e respeitar essa individualidade, e vencer a tentação de projetar a própria imagem, através daquela obra, sobre as comunidades em vias de desenvolvimentos (n. 169). É preciso evitar utilizar a sua cooperação para impor a esses países uma imitação da sua própria maneira de vida. Os países ricos evitem com especial cuidado a tentação de prestar ajudas técnica e financeira para influírem na situação política das comunidades em fase de desenvolvimento económico, a fim de levarem a cabo planos de predomínio (n. 170). Onde quer que isto se verifique, deve-se declarar explicitamente que estamos diante de nova forma de colonialismo, a qual, por mais habilmente que se disfarce, não deixará de ser menos dominadora do que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. Essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial (n. 171). Por é preciso lembrar que os progressos científicos e técnicos, o desenvolvimento económico, as melhorias nas condições de vida, constituem sem dúvida elementos positivos de uma civilização. Mas devemos lembrar que não são, nem podem ser, valores supremos; em comparação destes, revestem essencialmente um carácter instrumental (n. 174).

Todos esses são meios para alcançar o avanço da cultura e da civilização humana e não são bens ou valores supremos. Dai que, os ricos devem mudar a indiferença para os seus irmãos pobres, escutar-lhes com amor as suas justas reclamações e com equidade aplicar a uma justiça baseada na verdade. Se estes elementos forem observados com sinceridade, os obstáculos que impedem a justa e

responsável natalidade defendida pelos favoráveis a regulação dos nascimentos serão já ultrapassadas e a população mundial será regulada sem nenhum conflito.

Como vimos, num primeiro momento apresentamos a situação real de África Subsaariana, desde a sua característica física, sociocultural e política, a sua população e a situação do uso dos anticonceptivos como forma de controlar os nascimentos. Os anticonceptivos são pouco usados por motivos que acima descrevemos que na sua maioria tem que ver com as práticas culturais e crenças religiosas. Apresentamos os vários métodos anticonceptivos tanto os artificiais como os naturais com suas vantagens e desvantagens para que as pessoas compreendam e saibam. O conhecimento integral dos benefícios e prejuízos ou consequências permitirá o grupo alvo (população sexualmente activa e fértil) a fazer melhores escolhas, livres de toda e qualquer coação.

A tradição bíblica nos convida a todos a tratar de compreender a questão da sexualidade humana a partir da visão totalitária da pessoa humana que consiste no reconhecimento total da vida afectiva, familiar, social, cultural, e espiritual para manifestar plenamente a sua sexualidade no mundo. E como disse Kosnik, é preciso entender que a sexualidade a “é uma manifestação concreta do chamamento divino à complementaridade, vocação estendida a cada pessoa em cada acto da criação enraizada em cada essência da existência humana”. Portanto, a sexualidade é uma coisa querida por Deus, ela é dom gratuito de Deus que reflete um algo de amor do mesmo Deus e faz parte do plano original da criação sobre a humanidade e o mundo.

O livro de Génesis, diz que a sexualidade é uma coisa querida e que sai da vontade de Deus, e não há nada de embaraço ou de vergonha em nenhum caso. Assim, a procriação torna-se consequência ou resultado directo do plano de Deus, “multiplicai-vos e enchei a terra” (Gén 1, 28). Para o livro de Génesis o ponto central da criação é a dimensão procriadora da sexualidade humana, “Deus abençoou-os e disse-lhes: sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra” (Gén 1, 28). Por isso mesmo logo nos primeiros momentos da existência do homem e da mulher, foi abençoada a fecundidade do matrimónio como condição para a digna multiplicação do género humano.

Génesis 1, 26-28, apresenta três pontos fundamentais da sexualidade humana: primeiro, que o homem tem o mandato de Deus de proteger o corpo social e integrar a sexualidade no projecto da criação (multiplicar e encher a terra); em segundo lugar, que

de acordo com a lei divina e humana, a sexualidade pode ser impura quando ela põe em causa a ordem querida por Deus seu criador, ultrapassa os limites da ordem fundacional; terceiro, que o homem criado a imagem e semelhança de Deus, é um ser relacional.

No Novo Testamento, Jesus fala da sexualidade relacionando-a com o matrimónio e a virgindade que quando são bem vividas torna a sexualidade plena, boa, desejosa e frutífera. São Paulo exalta a vida matrimonial como símbolo de união de Cristo com a Igreja (Ef 5, 22-33) e que esta união é grande mistério de revelação de profundo significado. A questão anticonceptiva neotestamentária está ligada a estes valores contidos no amor matrimonial nas mais distintas dimensões.

A ética que Cristo veio trazer para a humanidade é a de responsabilidade e não de proibições e condenações. Por isso, no comportamento sexual deve-se evitar tudo aquilo que possa desviar o comportamento humano sexual. Jesus veio libertar o homem na sua totalidade. Ele veio iluminar as culturas centradas em si mesmas para uma maior abertura. Ele deu ao homem uma oportunidade para libertar-se da cultura que via a sexualidade como mera “genitalidade a uma sexualidade como dimensão integral; somente procriativa para uma linguagem da pessoa; limitada ao prazer para uma sexualidade vista como comunicação; de uma sexualidade singularmente dirigido ao matrimónio para uma sexualidade mais aberta e autónoma; de uma sexualidade ignorada (tabu) para uma sexualidade vivida com maior conhecimento científico; de uma sexualidade dirigida para uma sexualidade tratada com maior respeito de liberdades e direitos; de uma sexualidade uniforme para uma sexualidade com maior respeito da diversidade e pluralidade; de uma sexualidade ligada a religião para uma sexualidade mais secularizada; de uma sexualidade de dobro moral para uma sexualidade mais directa e menos hipócrita”¹³⁵.

Igual que o Antigo Testamento, o Novo Testamento também condena uso das ervas ou qualquer veneno anticonceptivo ou abortivo. No entanto, o controle da sexualidade era visto bem como forma de proteger a própria vida. A este propósito Séneca defendia não à relações sexuais durante a gravidez, por causa do perigo que implicava para o feto, ou durante a amamentação porque a mulher pode ficar grávida e cortar a produção do leite para alimentar o bebé.

¹³⁵ De la Torre, J., op. cit., pg. 230.

Fizemos referência da firme posição do Magistério da Igreja Católica em dizer não ao uso de meios artificiais para controlar a natalidade. Vimos também o conflito que a *Humanae Vitae* provocou nas suas afirmações condenatórias. Esta Encíclica é a referência de todo Magistério posterior. Isto é, o Magistério é contra o uso de meios artificiais para o controlo da natalidade e condena veemente o uso dos anticonceptivos e a esterilização como forma lícita de espaçar os nascimentos. Condena de igual maneira o aborto procurado e querido para regular os nascimentos e a esse acto considera um crime abominável e imoral. Nada e ninguém pode levar uma acção intrinsecamente ilícito e transformar em actos licitamente morais. Para o Magistério as questões da Igreja referentes a moral e doutrina do Magistério não imudáveis e nunca se podem negociar

No entanto, ele reconhece a importância da paternidade responsável, o uso dos meios naturais que a própria natureza oferece no corpo da mulher para a planificação familiar e espaçamento dos filhos. Reconhece o valor unitivo e procriativo do amor conjugal e o valor da família para manter a estabilidade e harmonia social e da Igreja. Ponderam como dizia o Papa Francisco, considerar que ser bom católico não é sinónimo de ter muitos, mas sim uma responsável maternidade e paternidade. Defende a integridade do amor conjugal e valoriza-o positivamente como sendo honesto e digno.

Como se pode ver, o Magistério não traz somente coisas más ou condenatórias. Por isso, temos que saber valorizar e acolher aqueles aspectos positivos que nos oferecem possibilidades de levar uma vida moralmente orientada.

Sobre a questão do aborto. Ele não é um acto desejável nem um sinal de progresso, não é nenhum valor a promover, não é algo bonito nem positivo, é um fracasso. Não é uma experiência grata, por isso, convém evitar com algumas medidas e políticas na educação na sexualidade e exercício sexual para evitar as gravidezes não desejáveis que são a causa da prática deste acto ilícito. Este é um convite as mulheres (adolescentes, jovens e adultas) a reflectir sobre as consequências do aborto na vida pessoal (psicológica, física, emocional e na sua vida religiosa e na vida sociofamiliar, e os transtornos pelo estresse-traumático que o aborto provoca (as disfunções sexual, os desejos suicidas e tentativa de suicídio, os divórcios e problemas crónicos de relação, os abortos repetitivos, os abusos de drogas ou do álcool como compensação).

O aborto sempre provoca o sentimento de culpa por ter abortado. Isto propicia um o segundo sentimento de tristeza, de medo e algumas vezes de raiva pelo facto de que em algumas sociedades e leis civis aceitam e a família e a Igreja condena por ser uma prática abominável e criminosa.

A este aspecto a Igreja é implacável na condenação do aborto. “Quem consciente e deliberadamente pratica um aborto, aceita que se pratique ou presta uma colaboração indispensável a sua realização, incorre numa culpa moral e uma pena canónica, isto é, comete um pecado e um delito”¹³⁶. Assim, o Cânon 1398 afirma, “quem procura um aborto, se este se produz, incorre em excomunhão *Latae Sententiae* (fica excomungado automaticamente sem necessidade de que alguma autoridade da Igreja o declare de maneira expressa) e o cânon 1041 estabelece que o que procura um aborto, se este consumir-se, assim como os que tenham cooperado positivamente, incorre numa irregularidade, que é o impedimento perpétuo para receber ordens sagradas.

Elemento importante a considerar em toda esta problemática da regulação dos nascimentos é como dizíamos acima, que o ambiente social desempenha um papel muito preponderante nos comportamentos até chegam a influenciar na tomada de decisões e condiciona de certa maneira a nossa conduta humana. Assim, no momentos de fazer as políticas neste aspecto, é preciso ter em conta a importância do grupo social, a protecção, a alteridade e a homeostasia moral das pessoas. Aliás deve-se atender o homem na sua totalidade. Por isso, João Paulo II na *Veritatis Splendor* cap. II, 35-85, fala da necessidade de usar a consciência em relação com a verdade, com a lei moral, com a liberdade, com a opção fundamental, com o acto moral como base para a avaliação moral de cada acção.

Na acção pastoral que a Igreja leva a cabo, é preciso primar em acções concretas que ajudem os fiéis a tomar decisões acertadas. Para as mulheres grávidas que procuram o aborto como solução, há-de procurar escuta-las, dialogar com elas e oferecer ajuda social. Deve-se procurar sempre com respeito a decisão delas, averiguar os motivos reais que impulsionam a recorrer o aborto e assim encontrar soluções adequadas a essas dificuldades. Às mães solteiras, deve-se abrir as portas da Igreja e acolher-lhes com carinho, amor e sem prejuízos. Elas pois continuam sendo filhas de Deus e da Igreja.

¹³⁶ Guerrero Martínez, F. y Juan Félix Bellido, J. F., *Una Opción a favor de la vida*, Ed. Ciudad Nueva, Madrid 1983, pg. 7.

Elas devem encontrar na caridade da comunidade cristã a solução dos seus problemas morais, sociais e psicológicos e outros.

Há-de entender que em boa parte o aborto e muitas outras perversões que são práticas são resultados de um “drama de solidão e múltiplas pressões, gravadas pela carência de verdadeiros interlocutores. Assim a escuta e o diálogo verdadeiro com elas podem garantir nelas condições para que elas tomem uma opção humana e responsável, iluminar as consciências, respeitar a sua liberdade. Com amor se pode ajudar a mulher a escolher entre o essencial e o accidental, e anima-la a adoptar soluções em que não havia pensado. No âmbito cristão pode ajuda-se a aprofundar a sua fé e a confirmar a sua vontade de viver uma verdadeira vida cristã”¹³⁷.

Contra a cultura de morte é preciso fazer uma opção civilizada rumo ao verdadeiro progresso evolutivo da humanidade. Colocar-se ao lado da vida à favor de uma sociedade mais justa, fraterna e mais humana.

O mundo plural com enorme gama de diversidade de valores e diferença na hora de interpretação e viver esses valores deve ser visto e interpretado como um riqueza para os povos e não como ameaça ou um inimigo a combater. É preciso ir ao encontro das culturas e dialogar com os seus valores para melhor convivência antes que fazer um juízo moral precipitado e sem um conhecimento profundo do porque do ser dos tais valores. Todas culturas tem algo a ensinar-nos e algo a receber das outras culturas. Nenhum valor é melhor ou maior que outro e nenhuma cultura é superior que outra. Por isso os nossos juízos morais devem ser muito cuidadosos para não ofender os outros.

Uma apreciação positiva e a favor do controle da natalidade ou regulação dos nascimentos diríamos que a realidade o mundo subsaariano hoje como o agravamento de custo de vida, o crescente número de crianças abandonadas nas ruas e recém nascidos deitados nos contentores de lixo e muitas outras situações de penúria, chega-se a conclusão de que é melhor seguir o caminho do mal menor. Não basta trazer filhos ao mundo, é preciso garantir a sua sustentabilidade, educação e formação integral. Quem não pode dar o bem estar as crianças, é louvável a iniciativa de ter um ou dois filhos no máximo.

¹³⁷ Gafo, J., *Bioética teológica*, Universidad P. Comillas- Declée de Brouwer, Madrid-Bilbao, 2003, pg. 61-62.

No entanto, o controle de natalidade não pode ser justificado como um meio de erradicar a pobreza porque a miséria na África nunca vai ser resolvida ou acabada esterilizando as mulheres, com a prática dos abortos ou impondo o uso dos anticoncepcionais. O disfarce de ajuda humanitária e financeira para controlar a população subsaariana e do mundo em geral, não vai resultar em fracasso e incremento de conflitos e perigar as relações internacionais entre os países. Ela será resolvida, somente quando os ricos mudarem a sua ganância e sobretudo com a uma revisão profunda da actual desordem económica internacional.

É necessário e urgente que os ricos tirem o medo do potencial populacional os pobres têm e desistam a pretensão de impor uma restrição forçada da mesma, condicionando ajudas económicas a um decréscimo em natalidade, favorecendo uma legislação antinatalista ou utilizando outros meios de pressão.

Para terminar, diria que em questões de sexualidade que é a base de toda problemática do controle de natalidade ou regulação dos nascimentos, é vivida de formas distintas, por isso devemos respeitar as diferentes manifestações da sexualidade e nenhum deve pretender que os outros vivam como eu vivo ele vive a sua sexualidade. “A ética sexual não pode reduzir-se a cumprir a função procriadora se não tem em conta também, incluso como valor prioritário, o carácter amoroso que simboliza a entrega do corpo. Ao insistir nesta função, a ética ficou reduzida a pura genitalidade, como se a excitação venérea constituísse a única forma possível de pecado. A ética deve ir mais além da pura genitalidade, pois em toda relação sexuada podem dar-se atitudes que, sem percurtir para nada nesta área, constituam uma conduta desumanizadora”¹³⁸.

Deve-se evitar dogmatizar as normas éticas que a Igreja nos ensina com muito carinho. Deve primar a ajudar os fiéis a viverem rectamente a sua fé e evitar o rigorismo nas normas e abster-se de insistir ou promover tudo que provoca angústia e cria sentimentos de culpa. Deve-se colocar a pessoa no centro da vida e fazer da sua sexualidade uma relação amorosa que quando vivida em matrimónio como doação e entrega corporal, fique orientada também à procriação (a uma paternidade e maternidade responsável).

¹³⁸ López Azpirtate, E., op. cit., pg. 86-87.

Deve-se insistir na educação juvenil e familiar, na transmissão dos valores espirituais e morais como aspectos privilegiar nos programas de consciencialização à uma responsabilidade sexual e para evitar a promiscuidade ou permissividade sexual e perversa e na prevenção das grávidas não desejadas. Ensinar a humanidade a se educar na responsabilidade. Entre dois males, devemos primar pelo mal que provoca menos prejuízo na vida. Neste contexto, entre o mal dos anticoncepcionais e do aborto, deve-se escolher o uso dos anticoncepcionais para evitar a gravidez não desejada para depois aborto que é um mal maior e que maior prejuízo de consciência e transtorno psíquico causa. É preciso considerar também o princípio do dobro efeito assim como o papel que as circunstâncias desempenham na tomada de decisão eticamente válida. Desta forma finalizamos com as palavras da *Gaudium et Spes*, que chama a “uma responsabilidade pessoal e colectiva, necessidade de discernir as circunstâncias e os tempos, atender o bem comum, formar a própria consciência, e escutar o Magistério para interpretar todo à luz do Evangelho” (GS 50).

BIBLIOGRAFIA

I. DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO

I.1. Documentos do Concílio Vaticano II e das Congregações da Santa Sé

Concilio Ecuménico Vaticano II. Asociación de Editores del Catecismo. Madrid, 1992.

_____GS Gaudium et Spes.

_____DV Dei Verbum.

_____LG Lumen Gentium.

Congregación para la Doctrina de la Fe

_____De Aborto Procurato (1974)

_____DV Donum Vitae (1987)

_____DP Dignitas Personae (2008)

Catecismo de la Iglesia Católica.

I.2. Documentos Papais, Sinodais e de Conferencias Episcopais

Pio XI, Casti Connubii (1930)

Pio XII, Radio mensagem do Natal de 1952, CEDP, no. 19, p. 440.

Paulo VI, Humanae Vitae (1968)

João XXIII, Encíclica Mater et Magistra, CEDP, no. 50, p.2.263

João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptor Hominis*, nº 10.

_____Exortação Apostólica *Pós- Synodal Ecclesia in Africa*, aos Bispos aos Presbíteros e Diáconos, aos Religiosos e Religiosas e a todos fiéis leigos sobre a Igreja em África e sua Missão Evangelizadora Rumo ao Ano 2000.

_____Exortações Apostólicas Familiaris Consortio (22 de novembro de 1981)

_____Encíclicas Veritatis Splendor (6 de Agosto de 1993)

_____Encíclica Evangelium Vitae (25 de Março de 1995)

Francisco, Exortação Apostólica Evangelii Gaudium ao Episcopado, ao Clero, às pessoas Consagradas e aos Fiéis leigos sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Actual, 2013.

Bispos Católicos de Moçambique às comunidades cristãs, aos que estão constituídos em autoridade e a todos os homens e mulheres de boa vontade, Nota pastoral SIM À VIDA E NÃO À MORTE CONTRA O ABORTO PROVOCADO, Maputo, 04 de Abril de 2007.

Episcopado Francês, Pastoral Colectiva sobre a Regulação dos nascimentos. DC, 19 de Março de 1961, Col. 371-373.

Conferencia Episcopal Española – Comité Episcopal para la defensa de la vida, El Aborto: 100 cuestiones y respuestas sobre la defensa de la vida humana y la actitud de los católicos, Ed. Paulinas, Madrid 1991.

II. Documentos Governamentais e Instituições

Instituto Nacional de Estatística: Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997.

Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Saúde Pública: ESTRATÉGIA DE PLANEAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO 2011 – 2015 (2020). Maputo, Agosto de 2010.

Moçambique. Boletim Informativo Julho 2013 – CNCS:
<http://www.cncs.org.mz/index.php/por/content/download/2209/21601/file/Boletim%2520Informativo%25...>

UNICEF et al (2012), Levels and trends in child mortality.

União Africana: Relatório Anual Sobre o Estado de Saúde Materno, Neonatal e Infantil de África. *Intervenções de SMNI de elevado impacto e de baixo custo em África*. Adis Abeba 2013.

III. LIVROS

- AJAN, *Un Pueblo que quiere vivir*. Red Jesuita Africana contra el Sida. Ediciones Mensajero, Bilbao 2008.
- Blázquez, N., *El aborto. No Matarás*, Biblioteca de Autores Cristianos. Madrid, 1997.
- Bermejo, J. C., *Sida, vida en el camino: líneas de acción pastoral*, San Pablo, Madrid, 1990.
- Cottier, M. G., *Regulación de la Natalidad. Problemas Sociológicos y Morales*, Ediciones Rialp. Madrid 1971.
- Charbonneau, P. E., *Moral Conjugal no século XX*, Editora Herder, São Paulo 1968.
- Cunlela, F., *Moçambique, a dignidade da pessoa humana criada a imagem e semelhança de Deus : uma reflexão ético-moral e pastoral da situação do SIDA em Moçambique*, Roma 2003.
- De Castro Reyes, J., *La Regulación de los Nacimientos: Reflexiones Teológicas – morales para una acción pastoral*, Pontificia Universitas Lateranensis. Academia Alfonsiana. Instituto Theologiae Moralis. Santiago de Chile, 1966.
- De la Torre Díaz, F.J., *Anticonceptivos y Ética. Una historia, una realidad, una decisión moral*, San Pablo, Madrid 2009.
- Elizari Basterra, F. J., *Bioética*, San Pablo, Madrid 1994.
- Escobar, A. L., *La tensión doctrinal entre teología y Magisterio después de la Humanae Vitae en torno a la regulación artificial de natalidad*, Pontificia Universitas Lateranensis Academia Alfonsiana. Instituto Theologiae Moralis. Bogotá 1977.
- Gafo, J., *Bioética Teológica*, Desclée De Brouwer y Universidad P. Comillas, Bilbao y Madrid 2003.
- Gafo, J. y Elizari, F. J., *Conflicto entre vida y realización personal*, Ed. Fundación Santa María. Madrid, 1993.
- González-Carvajal, Luis, *El Clamor de los Excluidos. Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres*, Sal Terrae, Santander 2009.
- Guerrero Martínez, F. y Bellido, J. F., *Una Opción a favor de la vida*, Ed. Ciudad Nueva, Madrid, 1983.

- Hanigan, P. J., *What are they saying about human sexuality?*, Paulist Press, New York 1982.
- Kosnik, A. et Al., *Human Sexuality: New Directions in Catholic Thought*, Search Press, London 1977.
- Lerma, M. F., *O Povo Macua e a Sua Cultura*, Ed. Ministério de Educação. I.I.C.T., Lisboa 1989.
- López Azpitarte, E., *Simbolismo de la sexualidade humana. Criterios para una ética sexual*, Sal Terrae, Santander 2001.
- Mondin, B., *O Homem quem é? Elementos da Antropologia Filosófica*, São Paulo 1980.
- Nekane, B. et al. (editores), *El desafio social del sida*, 1996.
- Nwachuku Udaku, B., *El sida en África: reflexiones y propuestas desde el pueblo Igbo*, Universidad P. Comillas, Madrid 2009.
- Raul, P. R., *Cultura Tradicional Bantu*, Ed. S. A. P. Luanda 1985.
- Sonfield, A., Hasstedt, K., Kavanaugh M. and Anderson R., *The Social and Economic Benefits of Women's Ability To Determine Whether and When to Have Children*, March 2013.
- Vico Peinado, J., *Liberación sexual y ética cristiana*, San Pablo. Madrid 1999.
- Vidal, M., *Moral de la Persona (Moral de Actitudes, II). Bioética, Ética sexual, ética de la convivencia*, PS Editorial. Madrid 1991.
- _____ *Moral de la Persona y Bioética Teológica, Moral de Actitudes II-1ª Parte*, PS, 8ª edición, Madrid, 1991.
- _____ *Moral de Actitudes, II 1ª*, Madrid 1991.
- _____ *Historia de la Teología Moral. La Moral en el Cristianismo Antiguo (ss. I-VII)*, Colección: Moral y Ética Teológica, Perpetuo Socorro.

4. Fontes de Internet e Artigos

Abstinence, be faithful, use condom:

http://es.wikipedia.org/wiki/Abstinence,_be_faithful,_use_a_condom.

Arcebispo Kaigama: Presidente da Conferência Episcopal da Nigéria mais uma vez honra sua posição: a Igreja não pode se curvar àqueles que “nutrem um ódio patológico por seus juízos”. <http://fratresinunum.com/2014/02/10/presidente-da-conferencia-episcopal-da-nigeria-mais-uma-vez-...>

Azivedo, Rivaldo, Uganda é bem-sucedida no combate à Aids pregando abstinência e fidelidade: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/uganda-bem-sucedida-no-combate-aids-pregando-abstin...>

Barba., Raquel, Sida y Hepatitis, Educación Sexual. Condomes, abstinencia y fidelidad contra el Sida.
<http://www.elmundo.es/elmundosalud/2004/04/12/hepatitissida/1081793702.html>

Fundo da População das Nações Unidas (FNUAP). África - Geografia humana: População, organização social (31.01.2015).
<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/africa---geografia-humana-populacao-organizacao...>

Martínez-González, M. A., Dissertação sobre o SIDA no dia 1 de Dezembro de 2004.
“Sin abstinencia y fidelidade de poco sirve el condon”.
<http://www.unav.es/noticias/opinion/op011204.html>

Sínodo de obispos: Denuncian vínculo “aborto-ayuda económica” en África (ACI/EWTN Noticias). <https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>

Taxa de Fecundidade: http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_fecundidade: Taxa de fecundidade – Wikipédia, a enciclopédia livre

Vacuna contra tétanos es “programa enmascarado” de control poblacional en Kenia (ACI/EWTN Noticias). <https://www.aciprensa.com/noticias/sinodo-de-obispos-denuncian-vinculo-aborto-ayuda-economica-en-africa-65572/>

<http://www.bibliomed.com.br/lib/showdoc.cfm%3FLibDocID%3D15315>

<http://www.infovida.org.ar/> Dr. Carlos Martínez, Pro-Vida (ONG) Argentina

<http://www.elpodium.org/sida-y-el-control-de-poblacion-riesgo-de-infeccion-en-las-mujeres-aumenta-por-uso-de-anticonceptivos.html>, Lunes, 26 sep 2011

<http://free.new.org/slanka01.htm>

http://www.robertogirardo.com/esp/articulos/las_pruebas_para_VIH.html

<http://www.vidahumana.org/vidafam/controldem/pobmundo.html>

<http://www.canalmoz.com/default.jsp?idUrlTop=2>

www.África-union.org

Outras fontes

Mthokozisi Maseko, Notas de aulas de Antropologia Filosófica. Cedara 1996.

Javier de la Torre, Notas de aulas de Ética de Amor e da Sexualidade. Comillas 2015.